



VILAREALSTºANTONIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NUMERO ENTRADA 94/2015

DATA 17/12/2015



Aprovado em sessão
extraordinária de
28 Dez. 2015

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo
António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 Vila Real de Santo António

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

17-12-2015

Saída/2015/7075

ASSUNTO: ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016

Deliberou esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2015, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação de aprovação da Proposta/2014/312 "Orçamento Municipal de 2016" tomada em reunião de câmara de dia 29 de outubro de 2015, atualizar todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório orçamento municipal para 2016, em 1.1%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2016 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2016-2019, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após apreciação técnica feita pela DGAL e parecer prévio pelo FAM, ao orçamento municipal para 2016.





VILAREALSTºANTONIO



Assim, junto envio a V.Exa. para efeitos de apreciação e posterior aprovação dessa Assembleia Municipal, fotocópia da deliberação.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara,

Luís Filipe Soromenho Gomes

fr



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

Aprovado em reunião
de 17 DEZ. 2015

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação de aprovação da Proposta/2014/312 "Orçamento Municipal de 2016" tomada em reunião de câmara de dia 29 de outubro de 2015, atualizar todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório orçamento municipal para 2016, em 1.1%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2016 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2016-2019, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após apreciação técnica feita pela DGAL e parecer prévio pelo FAM, ao orçamento municipal para 2016, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

N.º Propostas/2015/362

Aprovado em reunião
de 17 DEZ. 2015

ASSUNTO:

Orçamento Municipal para 2016

CONSIDERANDO QUE:

Os anos mais recentes foram marcados por uma aguda e global crise económico-financeira que afetou todas as sociedades e todas as suas instâncias.

Os reflexos dessa crise fizeram-se sentir gravemente em Portugal. O fraco crescimento da economia e a falta de liquidez dos agentes económicos repercutiram-se nas dificuldades financeiras que atingiram as empresas e as famílias. O nosso país teve de percorrer um doloroso caminho de ajustamento económico para enfrentar e superar uma crise que se conta entre as mais longas da história económica moderna.

O sector público sofreu o impacto da menor capacidade financeira dos seus contribuintes, manifesto numa quebra brutal das receitas, e simultaneamente teve de implementar políticas que correspondessem à necessidade do aumento dos apoios sociais aos cidadãos mais afetados.

As Autarquias, como as demais entidades públicas que dependem da arrecadação de taxas e impostos, sentiram as notórias quebras nas receitas. Esta situação prolonga-se no tempo. O poder local continua a deparar-se com uma situação de crise financeira grave e generalizada em todos os sectores da economia que tem tido impacto adverso na geração da receita e na composição da despesa. Para uma e para outra é necessário continuar a desenvolver mecanismos adequados para se ultrapassarem os constrangimentos a curto prazo.

Nos últimos meses de 2014 e ao longo de 2015, como fruto do programa implementado e dos sacrifícios de todos os portugueses, foram surgindo indicadores consistentes da



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

recuperação económica a nível nacional.

Era expectável que os sinais positivos da evolução económica do país se traduzissem numa evolução favorável das receitas a nível municipal. Infelizmente a execução da receita da autarquia não correspondeu ao que era legitimamente esperado e previsto para 2015.

Por consequência, depara-se um enorme desafio à gestão municipal, obrigando a uma gestão mais contida sobre as despesas correntes do Município e havendo até a necessidade de impor regras e medidas de contenção de custos e aumento de receitas por forma a minimizar o impacto da quebra de liquidez imediata sofrida nestes últimos anos.

Neste contexto, o presente Orçamento Municipal continua a ser um orçamento marcado por fortes condicionalismos, reflexo da conjuntura económica que continua a afetar o País, por um lado, e pelas restrições a que o Município está sujeito pela candidatura ao PAEL, por outro.

É expectável que as dificuldades sociais se mantenham em 2016, o que representará, inevitavelmente, a manutenção das necessidades de apoio aos grupos mais desfavorecidos da população municipal, às quais a Autarquia não pode ficar indiferente.

Impera a regra da prudência que o POCAL exige na aplicação às receitas de variação irregular, como são as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, o critério da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. Podemos afirmar que existem alguns sinais que indiciam que a economia está a recuperar, criando assim a expectativa para o incremento de receita nalgumas rubricas.

No seguimento do Plano de Ajustamento Financeiro consubstanciado na Candidatura ao Programa I do Programa de apoio à economia local (PAEL), previsto na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António a



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

2012/10/03, o orçamento municipal para o exercício de 2016 encontra-se condicionado pela candidatura ao PAEL, tendo de cumprir com requisitos legais que obrigam a uma **redução na despesa e otimização da receita.**

Decorreu um longo período temporal entre a candidatura ao PAEL e a atribuição por parte do Tribunal de Contas dos Vistos para os empréstimos aprovados. Por isso, o Município incorreu em despesas decorrentes do atraso dos pagamentos de dívida incluída no processo do PAEL e outras despesas, ao longo dos últimos três anos que tiveram por base uma previsão receita (p.e. a venda de terrenos), mas que, dada a conjuntura económica, acabaram por não ocorrer.

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O disposto no artigo 17º da Lei nº53/2014, de 25 de agosto, a contribuição total do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal ascende a € 817.199,48, o montante da realização correspondente ao ano de 2016 ascende a € 116.743,00.

A adesão do Município ao Fundo de Apoio Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto.

A aprovação da proposta do Programa de ajustamento municipal (PAM) na sessão de Câmara de 19 de setembro de 2015, contendo as alterações sugeridas pela equipa técnica do FAM.

As medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida do Município, incluídas no PAM e que visam:

- a. o reequilíbrio orçamental, nomeadamente, através da redução de despesa e otimização da receita;



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

- b. a reestruturação da dívida financeira (através da redução substancial de spread nos empréstimos do Reequilíbrio financeiro e consequente redução dos encargos financeiros) e da dívida não financeira (com o escalonamento da dívida a fornecedores); e
- c. a assistência financeira sob a forma de empréstimo (para liquidar dívida incluída no PAM) e da prestação de garantias (condição exigida pelas instituições bancárias para a redução do spread nos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro).

O orçamento municipal para 2016 prevê a aprovação por parte da Direção Executiva do FAM (Fundo de Apoio Municipal), da proposta de PAM apresentada, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

A aprovação do PAM e da assistência financeira, sob a forma de empréstimo e prestação de garantias, por parte da Direção Executiva do FAM, é essencial para a prossecução dos objetivos definidos no Plano.

O PAM evidencia uma necessidade líquida de financiamento no montante de € 17.933.589,59 (inclui € 15.833.590,59€ para liquidar dívida transitada e € 2.100.000 para equilibrar o resultado líquido negativo, estimado para o exercício de 2015, da VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, conforme artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto).

Após a aprovação, na sessão de Câmara realizada a 29/10/2015, da Proposta 2015/312 de 26/10/2015, com o Orçamento Municipal para 2016, o Município submeteu os documentos previsionais para apreciação técnica da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, no dia 03/11/2015.

No âmbito da apreciação técnica aos documentos previsionais para 2016, vem a DGAL recomendar a alteração do Orçamento Municipal para 2016 em conformidade com o parecer apresentado em anexo à presente proposta (Ofício DGAL 27-11-2015 S-001809-



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

2015).

Ainda no âmbito da apreciação técnica, o Município decidiu acatar as recomendações da DGAL.

O orçamento para o ano de 2016, apresenta o valor total de € 40.928.189,69 (quarenta milhões novecentos e vinte e oito mil cento e oitenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos), composto por dois orçamentos:

- I. O orçamento de base zero (€22.994.600,10)
- II. O orçamento correspondente à assistência financeira do Fundo de Apoio Municipal (€17.933.589,59)

O calendário orçamental previsto no artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina *“o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte”*.

O Município, de acordo com a alínea b) n.º1 do artigo 10º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, tem de submeter à DGAL, os documentos previsionais para apreciação técnica antes da sua apresentação, para aprovação, à assembleia municipal.

O Município acedeu a um PAM, a proposta de orçamento municipal está sujeita a parecer prévio do FAM, de acordo com o n.º 1 do artigo 31º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, antes de ser submetido à aprovação da assembleia municipal.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

1. Revogar a deliberação de aprovação da Proposta/2015/312 “Orçamento Municipal de 2016” tomada em reunião de Câmara de dia 29/10/2015.
2. A atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Relatório do orçamento municipal para 2016, em 1.1 %.

3. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2016 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2016-2019, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.
4. Submeter esta proposta à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após apreciação técnica feita pela DGAL e parecer prévio pelo FAM, ao orçamento municipal para 2016.

Vila Real de Santo António, 2 de dezembro de 2015

p/ O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de
Vila Real de Santo António
Praça Marquês de Pombal – Vila Real de Santo
António
8900-231 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

02 (02.02.01)-200/08/02 / DCAF

**ASSUNTO: MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. APRECIÇÃO TÉCNICA DOS DOCUMENTO
PREVISIONAIS DO ANO DE 2016 (PAEL).**

Na sequência do estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, envia-se a V. Exa. a apreciação técnica dos documentos previsionais do ano de 2016 feita por esta Direção-Geral, para os devidos efeitos.

A proposta de Orçamento Municipal apresentada não cumpre o equilíbrio orçamental previsto no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI).

De acordo com o disposto no art.º 44.º do RFALEI o limite definido no QPPO para a ano n+1 é vinculativo. Aquando da apresentação do Orçamento Municipal para 2015 o QPPO estabeleceu um limite de despesa para 2016 de €23.698.518, sendo que a proposta apresentada de €40.946.460,50 não cumpre o limite definido.

A previsão de venda de bens de investimento não cumpre o disposto no artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015.

O montante de previsão de receitas do OE excede os valores inscritos no mapa XIX da LOE2015, não cumprindo assim a regra previsional do POCAL.

Chama-se igualmente a atenção para o facto de que a previsão de despesa de investimento excede os montantes definidos no PAF, pelo que nos termos do art.º 104.º da LOE2015 a sua execução carecerá das autorizações previstas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o nº do processo

1/2

A apreciação técnica emitida por esta Direção-Geral deverá acompanhar os documentos previsionais a apresentar à assembleia municipal, recomendando-se, face aos desvios indicados, a alteração do documento em conformidade com o parecer.

Mais se informa V. Exa. de que, estando-se no 3.º ano de aplicação do plano de ajustamento financeiro e depois de o Município já ter beneficiado, no âmbito do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro, de empréstimos de 57,6M€ para pagamento de dívidas, constata-se que a trajetória financeira do Município é totalmente divergente do previsto no PAF, verificando-se mesmo um aumento muito expressivo dos montantes em dívida e dos pagamentos em atraso, o que consubstancia não só uma violação das metas previstas no PAF, como também das obrigações impostas pela LCPA e diferentes Leis do Orçamento do Estado.

Assim sendo, o Município terá que tomar as devidas e necessárias medidas de contenção orçamental, por forma a que a execução do Município seja pautada por uma afetação crescente de saldos orçamentais de receitas efetivas para a redução das suas dívidas, em particular das dívidas correntes, invertendo e corrigindo esta tendência de acumulação sistemática de nova dívida.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral



Lucília Ferra

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

I – Enquadramento

A presente análise dá cumprimento ao preconizado na alínea b), n.º 1, do artigo 10.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que vincula os Municípios aderentes ao Programa I a submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais e eventuais revisões, para apreciação técnica antes da sua apresentação, para aprovação à assembleia municipal que, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e no RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são:

- GOP (Grandes Opções do Plano) e;
- Orçamento.

Realça-se que os documentos previsionais em análise foram elaborados no segundo ano de vigência do novo RFALEI, diploma que introduz um reforço progressivo na disciplina orçamental, no que respeita à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual, às regras de endividamento e à extensão do perímetro de entidades.

II – Análise do *template* de comparação (de acordo com os dados remetidos pelo Município em anexo)

Quadro I – Empréstimo PAEL

em euros

Instrumento	Instituição de Crédito	Calendário de Operações		Montante da operação				
		Início	Termo	Contratado	Utilizado	1ª Tranche (60%)	2ª Tranche (20%)	3ª Tranche (20%)
PAEL	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	2014	2033	24.466.151,44	24.334.083,72	14.679.690,86	4.893.230,29	4.761.162,57

Verifica-se que foram libertadas as 3 *tranches* do empréstimo concedido no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no valor total de **€24.334.083,72**.

O montante transferido diverge do montante contratado pelo facto de terem sido anulados documentos de despesa no valor de €124.194,19, tendo ainda sido abatidos ao montante de financiamento, o valor de €7.873,53, referente a documentos de despesa considerados não elegíveis.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

Para além das verbas referentes ao PAEL o Município beneficiou de um reequilíbrio financeiro no montante de €33.314.322,94, dos quais utilizou €33.229.543,71.

Quadro II – Comparação das previsões da receita e despesa

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (1)	Valores Previstos no PAF para 2016 (2)	Desvio face ao previsto (3) = (2) - (1)
Total receita	40.946.460,50	24.684.219,43	-16.262.241,07
Receitas correntes	20.178.044,03	22.784.878,50	2.606.834,47
Receitas de capital	20.768.416,47	1.899.340,93	-18.869.075,54
Total despesa	40.946.460,50	23.813.114,07	-17.133.346,43
Despesas correntes	32.461.275,55	20.795.760,13	-11.665.515,42
Despesas de capital	8.485.184,95	3.017.353,94	-5.467.831,01

A receita e a despesa prevista no OM₂₀₁₆ apresentam valores superiores aos valores previstos para 2016 no PAF, uma revisão que ascende aos €16.262.241,07 no lado da receita e a €17.133.346,43 do lado da despesa.

Quadro III – Comparação dos saldos considerando as receitas e despesas efetivas, expurgadas das tranches em falta do PAEL (quando aplicável)

em euros

Descrição	Valores Estimados	
	PAF2016	OM2016
Saldo Global	3.397.403,38	3.721.997,10
Saldo Primário	6.699.576,57	9.954.507,22

O saldo global e primário decorrente da proposta de OM₂₀₁₆ são formalmente positivos, no entanto, estes valores estão sobreavaliados pelos valores inscritos na rubrica **Outras Receitas de Capital**, face ao previsto no PAF, que, como reconhecido pelo Município, reflete a expectativa de recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Expurgando o efeito provocado pela previsão desta receita, que ascende a €17.933.589,59 (conforme espera o Município) os saldos globais e primários apresentariam um comportamento

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

desfavorável face ao previsto no PAF, sendo de -€14.211.592,49 e -€7.979.082,37 respetivamente, evidenciando um risco orçamental significativo e um claro desvio face à trajetória prevista no PAF, devendo a realização da despesa estar dependente da efetiva contratualização do empréstimo.

A despesa prevista com o serviço da dívida subiu bastante no OM₂₀₁₆ comparativamente ao PAF, verificando-se que o grau de cobertura do serviço da dívida pelo saldo primário é mais desfavorável no OM₂₀₁₆ do que no PAF.

Os dados enviados no *template* pelo Município não coincidiam com os dados existentes na DGAL relativo à candidatura do PAEL. Contactado o Município, foi referido que os quadros I, II e III, teriam sido alterados em sede de esclarecimentos ao Tribunal de Contas, aquando do visto dos contratos de empréstimo do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro. A alteração promovida foi objeto de deliberação na Assembleia Municipal de 27-03-2014. Desta forma, os valores considerados no comparativo OM₂₀₁₆ com o PAF foram os que constam dos novos quadros I, II e III.

I.1 - Principais variações no lado da receita

Na previsão das **Receitas Correntes**, apura-se um desvio que ascende aos -€2.606.834,47, o que representa uma diminuição de 11,4% face ao previsto no PAF para o ano 2016.

Contribuem para este desvio, essencialmente, as componentes **Rendimentos de Propriedade e as Vendas de Bens e Serviços Correntes**.

Ao nível dos **Impostos Diretos**, o desvio ascende a €201.059,71. Na parcela do IMI, o desvio é favorável em €163.919,41 justificada pelo Município, por força da redução das isenções temporárias. O IMT também tem uma estimativa positiva de €38.635,71 no OM₂₀₁₆ face ao PAF.

Nos **Impostos Indiretos** o desvio desfavorável face ao PAF, o qual incorre em €503.487,11, deve-se, de acordo com a fundamentação apresentada pelo Município, à quebra de receita face ao plano previsto, nas rubricas loteamento e obras, ocupação da via publica e publicidade.

Relativamente à rubrica das **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, o desvio inferior apurado de €588.579,40 é explicado pelo Município, como decorrente da aplicação da média da receita cobrada nos últimos 24 meses.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

Ainda em relação às receitas correntes, enaltece-se que o POCAL define, no seu ponto 3.3, que a previsão das importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração. Nesta sequência, afere-se que os valores previstos de **Impostos Diretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades**, se encontram ligeiramente sobredotados face aos montantes que decorrem da aplicação da regra previsional constante da alínea a) do ponto 3.3. do POCAL.¹ No conjunto destas três classificações (Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades) a previsão no OM para 2016 é superior à média das cobranças dos últimos 24 meses (no valor total de €222.325,15), não cumprindo o Município esta alínea do ponto 3.3. do POCAL.

A previsão de receita do IMI embora excedendo o valor da média dos últimos 24 meses, parece estar em linha com a arrecadação que se tem verificado em 2015.

Ao nível dos **Rendimentos de Propriedade**, existe um desvio desfavorável no valor de **€1.190.069,67**. É referido que a média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano, a principal diferença é proveniente da rubrica dos dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras, no PAF estava previsto €1.100.556,33 e no orçamento para 2016 prevê-se somente €71.145,00.

Relativamente às **Transferências Correntes**, apura-se um desvio favorável que ascende aos **€265.834,07**, justificando o Município que os desvios decorrem essencialmente do valor previsto na rubrica do Fundo de Equilíbrio Financeiro, que apresenta uma média superior ao previsto no PAF, com um valor de €1.516.551,36 contra o previsto no PAF de €1.349.011,39 e da rubrica Outras, que apresenta o valor médio de €798.422,17 contra o valor de €527.729,81 previsto no PAF, o valor nesta rubrica decorre de verbas previstas receber do IEPF referente a programas de emprego. Na proposta de orçamento para 2016, não está prevista qualquer receita na rubrica Empresas públicas municipais e intermunicipais, no PAF estava prevista uma receita de €250.000,00.

Na componente das **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, o desvio obtido é desfavorável no valor elevado de **€1.035.658,50**. Dentro desta classificação, a principal influência negativa é nos serviços, sendo referido pelo Município que a média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi inferior ao

¹ Período de referência: outubro de 2013 a setembro de 2015, inclusive.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

previsto no plano. O afastamento que se verifica entre o OM₂₀₁₆ e o PAF deve-se, essencialmente, ao facto da média das receitas cobradas na rubrica "Recolha e Tratamento" ser de 1,6M€ face aos 2,5M€ previstos no PAF. Na venda de bens e nas rendas, os desvios foram reduzidos e favoráveis, contrariando um pouco a quebra nos serviços.

De notar que, peso embora a redução da previsão face ao PAF o montante previsto da venda de bens e serviços é mesmo assim 1,3M€ superior à média verificada nos últimos 24 meses.

Neste âmbito, importa referir que apesar da elaboração da proposta de orçamento municipal constituir um instrumento fundamental para o planeamento e gestão municipal, refletindo as reais expetativas do Município e atender ao máximo rigor e aderência à realidade, existem mecanismos no sentido de adequar o orçamento ao real cenário de execução orçamental, pelo que, na falta de norma em contrário, as regras previsionais previstas no POCAL deverão prevalecer aquando do exercício de elaboração. Reajustes às previsões apuradas decorrentes da aplicação das regras previsionais previstas no POCAL são possíveis, carecendo, no entanto, de fundamentação sustentável.

Da análise ao nível das **Receitas de Capital**, apura-se um desvio significativamente favorável de **€18.869.075,54** face ao PAF, o qual decorre essencialmente da dotação prevista ao nível da rubrica **Outras Receitas de Capital**.

No que respeita à previsão orçamental de receitas resultantes da venda de imóveis, o artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015 refere que **na elaboração dos documentos previsionais para 2016, os municípios não podem orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração, constatando-se que o município não dotou a rubrica em observância à referida disposição legal.** A média dos últimos 36 meses foi de €113.698,71 e o valor estimado no OM₂₀₁₆ foi de €1.776.576,00, o que implica um excesso de €1.662.877,29.

Na rubrica das **Outras Receitas de Capital**, o desvio é muito favorável e apresenta o valor de **€18.113.589,59**. A fundamentação do Município revela que a receita prevista é referente a um valor a receber da VNC - Empreendimentos Turísticos €180.000,00 e €17.933.589,59 referente às

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

necessidades líquidas de financiamento apuradas na elaboração do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) apresentado ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), no âmbito da Lei 53/2014, de 25 de agosto. A verba do FAM ainda não está contratualizada, pelo que, de acordo com a alínea d) do ponto 3.3 do POCAL – Regras Previsionais, o montante solicitado não pode ser considerado no orçamento, motivo pelo qual a autarquia considerou este montante nas outras receitas de capital, para conseguir ter receita suficiente para a dotação de despesa. Esta inscrição reflete uma sobrestimação da receita no orçamento e existe o risco de a mesma não vir a ser arrecadada, na medida em que ainda não há certeza sobre a aprovação da candidatura apresentada pela autarquia ao FAM.

I.2 - Principais variações no lado da despesa

Nas **Despesas Correntes**, apura-se um desvio superior ao PAF no montante de **€11.665.515,42**. Este desvio representa uma subida de 56,1% face ao estimado no PAF para o ano de 2016.

No que concerne às **Despesas com o Pessoal**, apura-se um desvio ligeiramente desfavorável face ao PAF, o qual ascende a **€157.029,94**. Este desvio ocorre devido à subida dos encargos com a Segurança Social, sendo que nas remunerações certas e permanentes e nos abonos variáveis ou eventuais a previsão do OM₂₀₁₆ é inferior à estimada no PAF, sendo fundamentado pelo Município pela redução dos programas ocupacionais, das horas extraordinárias e das ajudas de custo.

Relativamente à **Aquisição de Bens e Serviços**, o elevado desvio desfavorável apurado, que ascende a **€5.589.595,13** face ao PAF, é justificado pelo Município, pela dívida contraída em anos anteriores.

Ao nível da rubrica **Juros e outros encargos**, verifica-se também um grande desvio desfavorável, no valor de **€2.930.336,93**, desvio este motivado, essencialmente, pelos juros e outros encargos a pagar referentes à dívida do Município.

No que alude às **Transferências Correntes**, constata-se um acréscimo na dotação, face ao que havia sido inscrito no PAF, no valor de **€2.306.086,54**. Para esta situação contribui o desvio nas transferências para as Empresas públicas municipais e intermunicipais, no montante de **€1.523.886,61**.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

No que respeita às **Despesas de Capital**, verifica-se um aumento face ao previsto no PAF em **€5.467.831,01**.

O principal enfoque no desvio nas despesas de capital corresponde às rubricas das **Transferências de Capital e Outras Despesas de Capital**.

No que concerne a **Aquisição de Bens de Capital**, o desvio apurado, que ascende a **€534.726,90**, é justificado pelo Município como decorrente, essencialmente, de valores de dívida transitada.

Atendendo à relevância desta componente específica da despesa, procede-se a uma análise comparativa entre os valores apresentados e executados pelo Município e os constantes no PAF aprovado:

**Quadro IV – Comparação entre os montantes pagos e os previstos no PAF,
ao nível da Aquisição de Bens de Capital**

		em euros					
		2012	2013	2014	2015 *	2016	Total
PAF aprovado	Aquisição de bens	5.844.091,90	13.018.852,44	839.765,20	850.682,09	861.060,46	21.414.452,09
Execução e OM 2016	Aquisição de bens	1.294.204,91	2.304.955,31	16.619.243,33	436.483,66	1.025.782,82	21.680.670,03

*Na linha da execução para o ano de 2015, consideram-se os pagamentos reportados até ao mês de outubro, no controlo orçamental da despesa na aplicação do SIAL - consulta de 26-11-2015.

Fonte: Controlo Orçamental da Despesa – SIAL e Quadro III do PAF

É possível identificar um desvio entre a execução ocorrida e a previsão para 2016 e os valores previstos em sede de PAF.

Ao nível da rubrica **Transferências de Capital**, apura-se um desvio desfavorável, que ascende a **€2.309.358,17**. Contribui para este desvio, principalmente as transferências previstas para as Empresas públicas municipais e intermunicipais no valor de €2.100.000,00. O Município refere que esta verba será para equilibrar o resultado líquido negativo, estimado, para o ano de 2015 da empresa VRSA – Sociedade de Gestão Urbana.

Relativamente à rubrica **Ativos Financeiros**, verifica-se que a dotação inscrita para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal se encontra coerentemente dotada face aos valores comunicados por esta Direção-Geral em 26 de setembro de 2014, tendo ainda o município adotado a

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

classificação económica difundida através da *Nota Explicativa – Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM*, do SATAPOCAL. Ao nível das GOP's apresentadas pelo município, o não mesmo procedeu à inscrição no PPI de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação do FAM, em consonância com as instruções da referida nota técnica. O Município considerou a subscrição do FAM somente nas atividades mais relevantes (AMR's).

Relativamente à rubrica **Outras Despesas de Capital**, o desvio apurado face ao PAF, e que ascende a **€1.428.046,86**, é justificado pelo Município pelos montantes de dívidas transitados de anos anteriores referentes a processos em tribunal, que são previstos serem regularizados com o recurso à assistência financeira do FAM.

No **Anexo A** à presente ficha, encontra-se reproduzido o *"template"* de acompanhamento do orçamento municipal, com as fundamentações dos desvios mais significativos apresentadas pelo Município de Vila Real de Santo António.

II – Análise do cumprimento das medidas previstas em PAEL

Verifica-se que à data da análise, o Município já usufruiu da totalidade do empréstimo PAEL, totalizando as 3 *tranches* do empréstimo, o montante de **€24.334.083,72**. O montante transferido diverge do montante financiado pelo facto de terem sido anulados documentos de despesa no valor de €124.194,19, tendo ainda sido abatidos ao montante de financiamento, o valor de €7.873,53, referente a documentos de despesa considerados não elegíveis.

Os encargos com o PAEL (juros e amortizações) previstos no mapa *"Plano do Serviço da Dívida"*, disponibilizado pelo Município, encontram-se corretamente assegurados na proposta de OM₂₀₁₆.

De acordo com o preconizado no artigo 40.º sob a epígrafe Equilíbrio Orçamental no RFALEI, os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O Município de Vila Real de Santo António elaborou o orçamento municipal em inobservância formal a este princípio, uma vez que, a receita corrente prevista no OM₂₀₁₆ é de €20.178.044,03 e a

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

despesa corrente (€32.461.275,55), acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€3.605.254,11) ascende ao valor negativo de -€15.888.485,63, concluindo-se que o Município não observa assim a equação:

$\text{Receita corrente} \geq [\text{Despesa corrente} + \text{Amortizações médias de EMLP}]$

Alerta-se que o equilíbrio orçamental se deverá verificar quer em sede de previsão, quer em sede de execução.

Não obstante, sobre esta questão poderá o Município, em sede de execução (a 31 de dezembro), enquadrar-se num de 2 cenários²:

- Cenário 1: Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, pois a receita corrente bruta cobrada é superior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP;
- Cenário 2: A receita corrente bruta cobrada é inferior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP, mas tal diferença é menor do que 5% da receita corrente bruta cobrada no ano de 2015.

No caso do cenário 2, a verificação do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental fica dependente da execução orçamental do ano seguinte (n.º 3 do artigo 40.º, do RFALEI), no qual o desvio verificado terá de ser obrigatoriamente compensado, sob pena da violação da indicada regra.

Na alçada do princípio da anualidade e plurianualidade previsto no artigo 41.º do mesmo regime financeiro, o Município enquadrou o seu orçamento num **Q.P.P.O. – Quadro Plurianual de Programação Orçamental** que, de acordo com esta norma legal, faz parte do documento que especifica o Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local, definindo ainda que os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, introduzindo a possibilidade de atualização anual.

Adicionalmente, e de acordo com o artigo 44.º, o QPPO define os limites para a despesa do Município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do

² Nota explicativa do SATAPOCAL sobre a Regra do Equilíbrio Orçamental, disponível no Portal Autárquico.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município, sendo os limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Verifica-se que o Município de Vila Real de Santo António não cumpriu com os limites previstos no QPPO elaborado no ano 2015, e que eram vinculativos para o ano seguinte, o ano 2016, já que o montante definido para 2016 no QPPO que acompanhou o Orçamento Municipal de 2015 era de €23.698.518, um montante bastante inferior aos €40.946.460,50 da proposta de orçamento agora apresentada³.

Confirma-se que os totais da receita e da despesa, constantes do presente QPPO, para o ano de 2016, correspondem aos respetivos valores da proposta do OM₂₀₁₆.

O quadro plurianual de programação orçamental é atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no orçamento municipal. Deste modo, aquando da elaboração do orçamento municipal para o ano 2016, deverão os municípios assegurar que dão cumprimento ao preconizado no artigo 44.º da Lei n.º73/2013, respeitando os limites aos quais se vincularam em sede da elaboração do QPPO. Não obstante, uma vez que poderão ocorrer factos supervenientes, não previstos aquando da elaboração das projeções para o ano 2016, e que alteram os montantes aos quais o município se vinculou em sede de QPPO, estes montantes só poderão entrar em linha de conta por via de uma revisão ao orçamento municipal. Uma vez que se pressupõe que as projeções tiveram por base montantes de execução reais, à data da elaboração do OM₂₀₁₆, bem como, compromissos plurianuais já assumidos, alterações aos limites vinculados no QPPO exigem que o município sustente e documente adequadamente os factos.

No que respeita ao dever de publicidade previsto na alínea a), n.º 2 do artigo 79.º do RFALEI, deverá o Município disponibilizar no respetivo sítio eletrónico os documentos previsionais, nomeadamente a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo.

No que concerne às transferências provenientes do O.E, o Município não dotou o seu orçamento coerentemente com os montantes previstos no **Mapa XIX do Orçamento do Estado para 2015 – Transferências para os Municípios, no âmbito da participação dos municípios nos impostos do Estado**, para o ano 2015, não dando, deste modo, cumprimento à alínea c) do ponto 3.3 do POCAL.

³ Mesmo expurgando o impacto da dívida que o Município espera vir a financiar no âmbito do FAM (€15.833.590) não se cumpriria o limite definido no QPPO.

11

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

Existe uma diferença no FEF Corrente e FSM (+€18.270,00) entre o orçamentado e o valor constante no Mapa XIX do OE de 2015.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou o mapa designado por **Grandes Opções do Plano do ano 2016 (GOP's)**, concluindo-se da sua análise que **os investimentos nele inscritos não parecem evidenciar total similaridade com a previsão apresentada no Quadro XII – Lista de investimentos em curso e previstos**, que integra o PAF, pelo que se sugere um controlo ao nível da execução mais apertado, por forma a alinhar a mesma com as metas previstas no PAF para restabelecimento da situação financeira a que se encontra vinculado.

Neste âmbito prevê a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2015, no seu artigo 104.º, que os Municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **não carecem de autorização prévia dos membros do Governo para assumir encargos ou realizar investimentos que não estejam previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro desde que seja respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas**, caso contrário, a sua execução carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

Afere-se que o Município prevê exceder o limite global fixado no PAF para este tipo de despesas, pelo que a **execução de novos investimentos carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março**.

No que respeita ao cumprimento das medidas propostas no PAF, designadamente a aplicação das taxas máximas de IMI, Derrama e Participação no IRS, para o ano de 2015 com cobrança durante o ano 2016, o Município refere na sua proposta de OM₂₀₁₆ que pretende continuar a aplicar as taxas máximas. Nesta fase, as mesmas ainda não foram definidas no *site* da AT.

Incluída na proposta de orçamento municipal para o ano 2016 consta, a título de **responsabilidades contingentes**, um quadro (n.º 5 do ponto 01 – Relatório do Orçamento de 2016), onde o Município identifica **45 situações de créditos não reconhecidos, equivalentes a €4.833.701,28**, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como, o mapa das entidades participadas (anexo 04 – Mapa das entidades participadas), previsto na alínea c) do

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

n.º 2 do mesmo artigo. Enaltece-se que a existência destes passivos contingentes agrava o risco orçamental para o ano de 2016 e para os anos futuros.

As medidas para a redução da dívida não têm tido o impacto esperado e o município não tem procedido à implementação de medidas adicionais que corrijam a evolução, verificando-se que, apesar de ter beneficiado de empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, o Município não tem conseguido atingir as metas previstas no PAF no que concerne a diminuição da sua dívida, apresentando mesmo uma trajetória de agravamento da sua situação financeira.

A execução orçamental não tem sido pautada pela contenção da despesa, continuando-se a assumir um nível excessivo de compromissos que redundam na acumulação de mais dívida.

Esta evolução é tanto mais grave porquanto não só a dívida é superior à de 2011, como tem aumentado todos os anos, com um ritmo crescente sobretudo em 2014 que continua em 2015.

De facto, no final de 2011 a dívida total do Município era de 67M€, sendo que no final do 3.º trimestre de 2015, a dívida do Município é de 79,9M€⁴, um aumento de 12,9M€ face a 2011 e um valor muito superior aos 63,8M€ previstos no PAF para o final de 2015.

No final de 2012 a dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores (excluindo empréstimos e incluindo factoring) era de 60,6M€. Em 2013 e 2014 o Município recebeu no âmbito do PAEL e do empréstimo de reequilíbrio financeiro 57,6M€ para pagamento dessas dívidas, mas fruto da execução orçamental da autarquia em vez de se manter ou diminuir o montante em dívida foi aumentando, o que é totalmente contrário à trajetória de ajustamento com a qual o Município se comprometeu no PAF.

A dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores (excluindo empréstimos) é, no final do 3.º trimestre, de 18,7M€, o que se traduz num valor extremamente elevado, representando um risco de gestão de tesouraria, pelo que o Município deverá enveredar os esforços necessários para cumprir a redução da sua dívida de curto prazo, que no PAF apresentado se previa ser de 4,9M€ no final de 2015.

⁴ No mapa do endividamento referente ao 3.º trimestre de 2015, todas as dívidas foram reportadas como sendo de curto prazo ou de médio e longo prazo. Não existe a informação sobre as operações não orçamentais (O.T's) o que implica que na realidade, a dívida orçamental seja um pouco abaixo dos 79,9M€ a 30-09-2015.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

Acresce que esta acumulação de dívida se tem traduzido num aumento dos pagamentos em atraso, em violação do disposto na LCPA, sendo que no final de outubro de 2015 estes totalizam 11,2M€⁵.

Neste âmbito chama-se a atenção para o facto de que o Município não inscreveu no seu passivo o valor de €817.199,48 referente à subscrição das unidades de participação do FAM. Assim sendo, deverá o Município proceder a esta correção, recomendando-se a leitura da nota elaborada pelo SATAPOCAL disponível em www.portalautarquico.pt Página Inicial > Finanças Locais > POCAL > SATAPOCAL > Outros Entendimentos.

III – Parecer

Uma vez que o Município já beneficiou da totalidade das *tranches* inerentes ao empréstimo PAEL e de reequilíbrio financeiro, seria expectável a continuidade no esforço de consolidação orçamental, o que se traduziria numa redução da despesa efetiva face ao PAEL. No entanto, verifica-se que o Município considera ainda um avultado montante de dívida transitada, a qual será ainda transferida para o exercício de 2016, sendo que não tem prosseguido uma política de consolidação orçamental.

De facto, apesar dos compromissos assumidos no PAF, a dívida da autarquia tem aumentado todos os anos, passando de 67M€ em 2011 para 79,9M€ no final do 3.º trimestre de 2015.

Este aumento reflete-se sobretudo na dívida não financeira de curto prazo, que no final do 3.º trimestre de 2015 atingiu os 18,7M€, sendo que no PAF apresentado, a autarquia tinha como previsão terminar 2015 com 4,9M€ de dívida de curto prazo. De notar que, este é exatamente o tipo de dívida que mais reflexo tem na economia e na tesouraria dos fornecedores, bem como nos riscos de tesouraria para o próprio Município.

De notar que, apesar dos compromissos terem sido assumido já no âmbito da LCPA, tem-se verificado um aumento dos pagamentos em atraso.

Neste âmbito, o Município tem a expectativa de arrecadar no ano de 2016 o valor de 17,9M€ através do recurso ao FAM para colmatar esta situação, sendo que, não só esta receita é ainda incerta, como não havendo uma inversão de trajetória e a assunção de políticas de consolidação orçamental,

⁵ A 31-12-2014 os pagamentos em atraso registados no SIIAL eram de €8.812.281.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

políticas que já deveriam ter sido aplicadas em sede do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, a receita adicional não resolverá o problema de desequilíbrio estrutural da autarquia.

Atendendo à situação de acentuado desvio face à trajetória do PAF e ao reforço progressivo na disciplina orçamental na redução do endividamento, execução orçamental subordinada à LCPA - Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso e ao PAEL, a prudência recomenda que a execução das dotações da despesa revistas em alta na proposta de orçamento municipal para 2016 comparativamente aos pressupostos avançados no PAF, esteja dependente da efetiva arrecadação da receita e da verificação da redução prevista noutras despesas.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou um orçamento com uma previsão de receita e de despesa superior à do PAF e em inobservância à regra de equilíbrio orçamental, prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez que a receita corrente prevista não é suficiente para fazer face à despesa corrente estimada, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Da análise à proposta de orçamento municipal para o ano 2016, foram identificadas, em termos de responsabilidades contingentes, 45 potenciais situações de crédito não reconhecido, que totalizam €4.833.701,28, conforme previsto na alínea a), do n.º1, do artigo 46.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro (RFALEI). Estes passivos contingentes, atendendo ao seu volume, podem, caso se venham a materializar, agravar a situação financeira da autarquia.

Dada a adesão ao PAEL (Programa I) é obrigatório a fixação das taxas máximas no IMI, Derrama e Participação no IRS. Constatou-se que o município tem aplicado (e pretende continuar a aplicar) as taxas máximas nestas receitas.

No que concerne à aplicação das regras previsionais, afere-se que os Impostos Diretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades se encontram ligeiramente sobredotados face aos montantes que decorrem da aplicação da regra previsional constante da alínea a) do ponto 3.3. do POCAL⁶, o mesmo acontecendo com a previsão das transferências do OE.

⁶ Período de referência: outubro 2013 a setembro 2015, inclusive.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

A previsão da receita proveniente de venda de bens de investimento, nomeadamente de venda de bens imóveis, apresentada pelo Município de Vila Real de Santo António, na sua proposta de Orçamento, não cumpre o previsto no artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015.

O Município apresenta o agregado **Despesas de Capital**, com um aumento face ao previsto no PAF. A **Aquisição de Bens de Capital** também apresenta uma previsão no OM₂₀₁₆ superior à estimativa do PAF. Uma vez que se afere que o Município prevê exceder o limite global fixado no PAF para este tipo de despesas, a execução de novos investimentos carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

De acordo com o artigo 44.º, o QPPO define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes, **sendo os limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes. Na elaboração da proposta de orçamento municipal para o ano 2016, o Município não deu cumprimento ao preconizado no artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, dado que os limites aos quais se vinculou em sede da elaboração do QPPO não foram respeitados.**

Alerta-se para o facto de o Município estar obrigado a cumprir o plano apresentado, conforme o aprovado, caso contrário, terá de tomar medidas corretivas dos desvios, conforme o previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei supra mencionado, sendo que atendendo à trajetória financeira do Município medidas adicionais surgem como absolutamente necessárias.

A execução do Município deverá assim ser pautada por uma afetação crescente de saldos orçamentais de receitas efetivas para a redução das suas dívidas, em particular as dívidas correntes, por forma a que se obtenham os saldos orçamentais com os quais o Município se comprometeu em sede de candidatura ao PAEL, bem como a trajetória descendente do seu endividamento, com a tomada de medidas adicionais, caso tal venha a ser necessário. Atendendo a que a margem no incremento da receita parece diminuta, deverão ser equacionadas medidas de **redução da despesa**. Na parte da despesa, atendendo ao elevado peso dos juros e outros encargos, seria de todo desejável a procura de soluções que permitissem reduzir a fatura de juros a pagar, que no OM₂₀₁₆ surgem com um valor de cerca de 6,2M€, uma verba bastante elevada para a autarquia na

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

sua atual situação. Seria de equacionar igualmente contenção da despesa com aquisição de bens e serviços, bem como das transferências.



PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016

Anexo A

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF para 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Receitas correntes	20.178.044,03	22.784.878,50	2.606.834,47	A média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Impostos diretos	9.597.187,83	9.396.128,12	-201.059,71	
IMI	7.704.254,21	7.540.334,80	-163.919,41	A tendência da cobrança do IMI é ascendente, por força da redução das isenções temporárias.
IMT	1.263.673,00	1.225.037,29	-38.635,71	A média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi superior ao previsto no plano
Derrama	153.846,23	153.845,85	-0,38	
Outros	475.414,39	476.910,18	1.495,79	A diferença deve-se facto da execução da receita média cobrada nos últimos 24 meses do Imposto Único de Circulação ter sido abaixo do previsto.
Impostos indiretos	306.987,48	810.474,59	503.487,11	A contribuição maior para esta quebra de receita face ao plano previsto deve-se às seguintes rubricas: "loteamento e obras" onde se previa 479.378,86€, a média de receita é de 113.218,98€; "ocupação da via publica" onde se previa 142.158,99€ e a média é de 38.946,61€; "Publicidade" com uma previsão de 135.539,17€ e a média ficou nos 31.245,36€. Contudo a rubrica de "inspeção de ascensores" previa no plano um valor de 23.509,96€ e teve uma média de cobrança de 32.308,89€; a rubrica de "outros" com uma previsão no plano de 22.251,03€ teve uma receita média de 76.839,79€; a "licença especial de ruído" sem valor previsto no plano, teve uma média de receita cobrada nos últimos 24 meses de 8.016,37€.
Taxas, multas e outras penalidades	886.165,92	1.474.745,32	588.579,40	A média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Taxas	857.093,46	1.346.455,21	489.361,75	A receita prevista no PAF nesta rubrica, inclui a receita pela concessão dos parques de estacionamento no Concelho que ronda os 865.200€, no Orçamento Municipal 2016 a receita prevista com os parques de estacionamento encontra-se na subrubrica "Rendas" em "Venda de bens e serviços correntes". As "Taxas" em 2016, incluem a receita da "taxa turística" no valor de 250.000,00€ e da "taxa municipal de Protecção" civil com 198.296,33€.
Multas	29.072,46	128.290,11	99.217,65	A média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano, a divergência decorre essencialmente da rubrica de juros de mora onde se previa no PAF uma receita de 108.263,99€ e no orçamento de 2016 temos previstos apenas 14.050,11€
Rendimentos da propriedade	447.498,02	1.637.567,69	1.190.069,67	A média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano, a principal diferença provem da rubrica dos dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras, no PAF previa-se 1.100.556,33€ e no orçamento para 2016 prevê-se 71.145,00€
Transferências correntes	3.497.438,36	3.231.604,29	-265.834,07	Os desvios decorrem essencialmente do valor previsto na rubrica do "Fundo de equilíbrio financeiro" que apresenta uma média superior ao previsto no PAF, com um valor de 1.516.551,36€ contra o previsto no PAF de 1.349.011,39€ e da rubrica "Outras" que apresenta o valor médio de 798.422,17€ contra o valor de 527.729,81€ previsto no PAF, o valor nesta rubrica decorre de verbas previstas receber do IEFEP referente a programas de emprego. No orçamento de 2016 não está prevista qualquer receita na rubrica "Empresas públicas municipais e intermunicipais", no PAF estava prevista uma receita de 250.000€.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF para 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Venda de bens e serviços correntes	5.140.201,73	6.175.860,23	1.035.658,50	
Venda de bens	49.270,03	29.327,37	-19.942,66	A média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi superior ao previsto no Plano. A diferença de 20.078€ refere-se a dívidas de água (dívidas anteriores a 31-10-2010) que se encontra por receber.
Serviços	3.949.242,85	5.406.684,73	1.457.441,88	A média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no Plano. O desvio que se verifica entre o OM 2016 e o PAF deve-se, essencialmente, ao facto da média das receitas cobradas na rubrica "Recolha e Tratamento" ser de 1,6 milhões de euros face aos 2,5 milhões de euros previstos no PAF. Acresce ainda que a receita prevista no PAF para a rubrica "Parque de estacionamento" (583 mil euros) é superior à receita prevista no OM 2016 de cerca 112 mil euros e que está incluída na rubrica rendas.
Rendas	1.141.688,85	739.848,13	-401.840,72	O desvio verificado deve-se ao facto da média das receitas cobradas nos últimos 24 meses ser superior ao previsto no PAF para 2016. O aumento das receitas na rubrica "Habitação" no OM 2016 (298.640,84€) face ao valor previsto no PAF (175.137,27€), deve-se a novos contratos de arrendamento de habitação social que tiveram início no final de 2013 e durante o ano de 2014. A rubrica "Outras" inclui a receita prevista concessão dos parques de estacionamento no Concelho que ronda os 112 mil euros, no PAF a receita dos parques de estacionamento estava prevista de 583 mil euros na rubrica "Serviços".
Outras receitas correntes	302.564,69	58.498,26	-244.066,43	A média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi superior ao previsto no Plano
Receitas de capital	20.768.416,47	1.899.340,93	-18.869.075,54	
Venda de bens de investimento	1.776.576,00	1.000.000,00	-776.576,00	
Terrenos	1.750.235,00	1.000.000,00	-750.235,00	A receita prevista a rubrica "Terrenos - Sociedades e quase sociedades não financeiras" no OM 2016 de 1 750 000€ é superior à média da receita dos últimos 36 meses, refere-se à expectativa de venda de Lotes de terreno de um imóvel sito em Monte Gordo, no PAF estava prevista uma receita de 1 000 000,00€. A receita prevista no OM 2016 na rubrica "Terrenos - Famílias" (235,00€) é superior ao valor previsto no PAF (0,00€).
Habitações	26.341,00	0,00	-26.341,00	Receita prevista no OM 2016 é superior à média da receita cobrada nos últimos 36 meses e à receita prevista no PAF (0,00€).
Edifícios	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	878.250,88	899.340,93	21.090,05	No OM 2016, a rubrica "Transferências de capital" inclui a previsão de receita: do FEF (166.837,00€), a expectativa de cobrança de dívida por parte do Município de Castro Marim na rubrica "Outras" (240.000,00€) e a receita com projetos cofinanciados (471.413,88€) na rubrica "Administração central-estado-participação em projetos cofinanciados". No PAF a receita prevista de 899.349,93€ refere-se ao Fundo de equilíbrio financeiro - capital e a outras receitas previstas com projetos ao investimento cofinanciados.
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	166.837,00	232.890,53	66.053,53	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF para 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	18.113.589,59	0,00	-18.113.589,59	A receita prevista no OM 2016 é superior à receita inscrita no PAF. A receita prevista refere-se a 180.000,00€ (valor a receber da VNC - Empreendimentos Turísticos e 17.933.589,59€ referente às necessidades líquidas de financiamento apuradas na elaboração do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) apresentado ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), no âmbito da Lei 53/2014, de 25 de agosto.
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	
Total receita	40.946.460,50	24.684.219,43	-16.262.241,07	Orçamento base zero 23.012.870,91€ + 17.933.589,59€ (PAM)
Receitas correntes	20.178.044,03	22.784.878,50	2.606.834,47	
Receitas de capital	20.768.416,47	1.899.340,93	-18.869.075,54	
Despesas correntes	32.461.275,55	20.795.760,13	-11.665.515,42	
Despesas com o pessoal	7.609.192,51	7.452.162,57	-157.029,94	
Remunerações certas e permanentes	5.369.328,92	5.589.121,93	219.793,01	5.369.328,92€ Orçamento base zero
Abonos variáveis ou eventuais	266.891,71	447.129,75	180.238,04	Obzero = 266.891,71€
Segurança social	1.972.971,88	1.415.910,89	-557.060,99	Obzero 1.245.560,56€ + dívida contraída (727.411,32€)
Aquisição de bens e serviços	12.334.371,63	6.744.776,50	-5.589.595,13	Obzero = 5.139.828,58€ + dívida contraída 7.014.543,05€
Aquisição de bens	1.455.972,93	2.111.961,25	655.988,32	Obzero = 566.996,51€ + dívida contraída = 888.976,42€
Aquisição de serviços	10.878.398,70	4.632.815,25	-6.245.583,45	Obzero = 4.752.832,07€ + dívida contraída = 6.125.566,63€
Juros e outros encargos	6.232.510,12	3.302.173,19	-2.930.336,93	Obzero = 2.229.269,46€ + dívida contraída = 4.003.240,65€
Resultantes do PAEL	701.559,17	724.555,67	22.996,50	Obzero = 701.559,17€
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	5.530.950,95	2.577.617,52	-2.953.333,43	Obzero = 1.529.436,95€ + dívida contraída = 4.003.240,65€
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	
Transferências correntes	5.477.253,00	3.171.166,46	-2.306.086,54	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	3.118.897,14	1.595.010,53	-1.523.886,61	Obzero = 1.000.000,00€ + dívida contraída = 2.118.897,14€
Freguesias	135.934,62	144.637,50	8.702,88	Obzero 112.400,00€ + dívida contraída = 23.534,62€
Associações de municípios	215.823,02	126.443,43	-89.379,59	Obzero = 74.000,00€ + dívida transitada = 141.823,02€
Instituições sem fins lucrativos	1.154.738,12	700.000,00	-454.738,12	Obzero 685.875,00€ + dívida contraída = 468.863,12€
Famílias	331.195,52	600.000,00	268.804,48	Obzero = 269.688,20€ + dívida contraída = 64.696,94€
Outras	520.664,58	5.075,00	-515.589,58	Nesta Rubrica foram consideradas as restantes rubricas do grupo 04 Obzero 216.050,43€ + dívida contraída = 304.614,15€
Subsídios	0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	807.948,29	125.481,41	-682.466,88	Obzero = 463.511,90€ + dívida contraída = 344.436,39€

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2016**

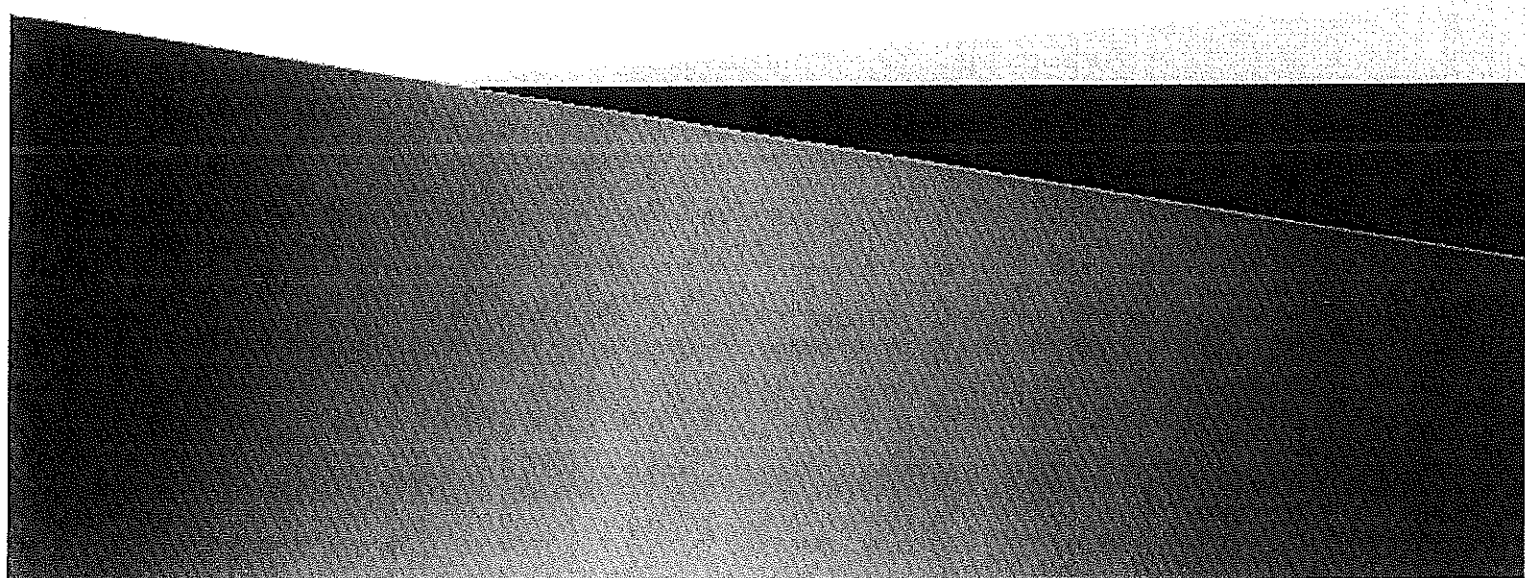
Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF para 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Despesas de capital	8.485.184,95	3.017.353,94	-5.467.831,01	
Aquisição de bens de capital	1.025.782,82	491.055,92	-534.726,90	OBzero = 302.219,59€ + dívida contraída = 723.563,23€
Investimentos	448.349,00	232.890,53	-215.458,47	
Terrenos	52.561,58	0,00	-52.561,58	OBzero = 26.250,00€ + dívida transitada = 26.311,58€
Habitções	10.285,29	0,00	-10.285,29	OBzero = 0€ + dívida transitada = 10.285,29€
Edifícios	2.329,52	0,00	-2.329,52	OBzero = 0€ + dívida transitada = 2.275,45€
Construções diversas	338.054,78	232.890,53	-105.164,25	OBzero = 0 + dívida contraída = 338.054,78€
Outros	45.117,83	0,00	-45.117,83	OBzero = 0€ + dívida transitada = 45.117,83€
Locação financeira	180.906,79	258.165,39	77.258,60	OBzero = 180.906,79€
Bens de domínio público	396.527,03	0,00	-396.527,03	OBzero = 95.062,80€ + dívida contraída = 355.868,78€
Transferências de capital	2.309.358,17	0,00	-2.309.358,17	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	2.100.000,00	0,00	-2.100.000,00	OM 2016 = 2.100.000,00€
Freguesias	0,00	0,00	0,00	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	209.358,17	0,00	-209.358,17	OBzero 44.846,16€ + dívida transitada 164.512,01€
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	116.743,00	0,00	-116.743,00	Contribuição do Município para a constituição do capital FAM de acordo com o n.º 1 e n.º 3 do art. 17.º da Lei 53/2014 de 25 de Agosto de 2014
Passivos financeiros	3.605.254,10	2.526.298,02	-1.078.956,08	
Resultantes do PAEL	1.222.808,24	1.057.391,96	-165.416,28	OBzero= 1.222.808,24€
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2.382.445,86	1.468.906,06	-913.539,80	OBzero= 2.382.445,86€
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	OBzero = 0,00€
Outras despesas de capital	1.428.046,86	0,00	-1.428.046,86	Dívida transitada
Total despesa	40.946.460,50	23.813.114,07	-17.133.346,43	
Despesa corrente	32.461.275,55	20.795.760,13	-11.665.515,42	
Despesa de capital	8.485.184,95	3.017.353,94	-5.467.831,01	



Município de VRSA

Orçamento municipal
2016

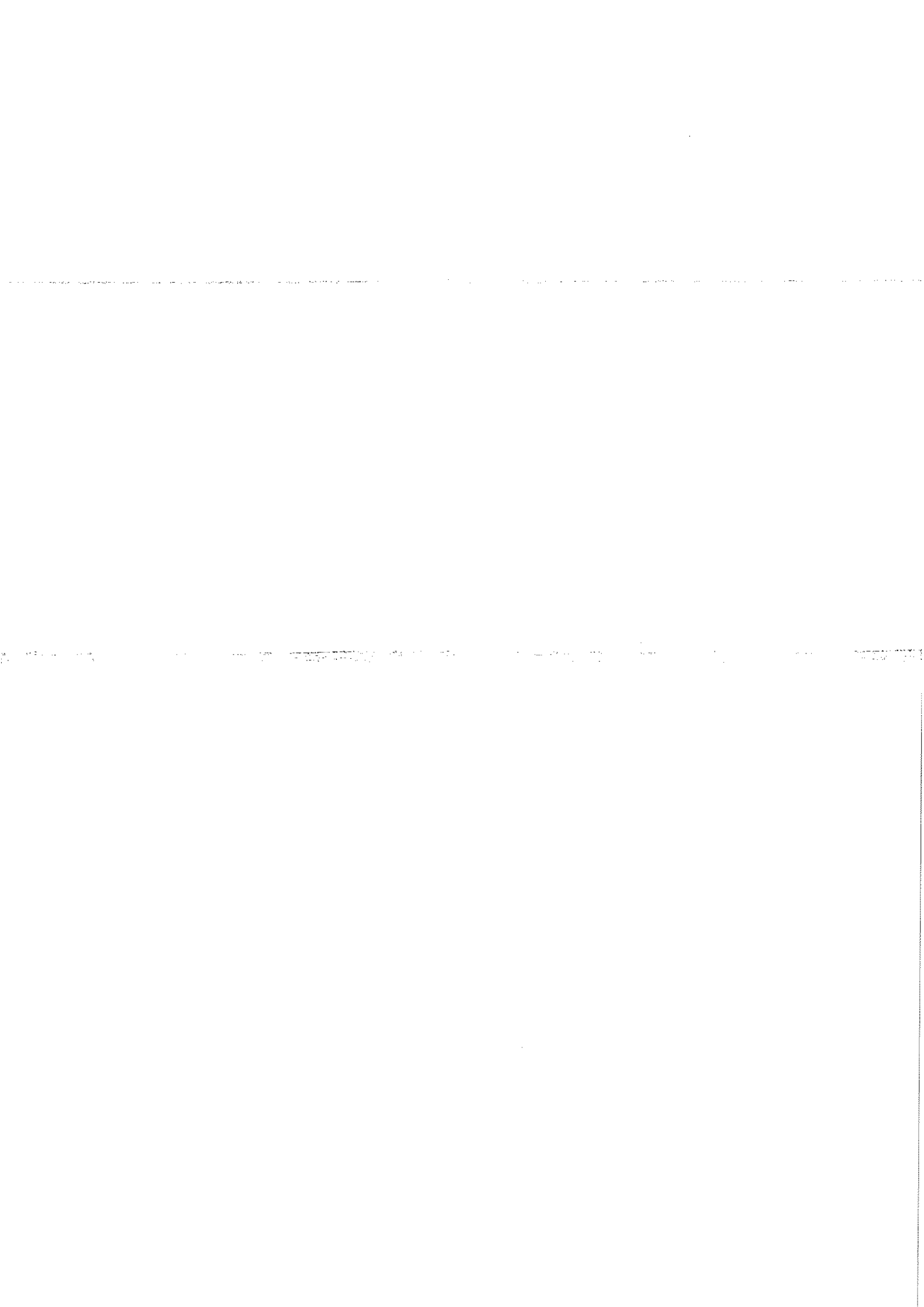


ESTRUTURA:

- ✚ Relatório do orçamento para o ano 2016
- ✚ Mapa Resumo do Orçamento
- ✚ Mapa Resumo do Orçamento por Capítulo
- ✚ Lista Geral do Orçamento por Capítulo
- ✚ Resumo da Despesa por Classificação Orgânica
- ✚ Grandes Opções do Plano (GOP)
- ✚ Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
- ✚ Actividades Mais Relevantes (AMR)
- ✚ Quadro Plurianual de Programação Orçamental
2016-2019

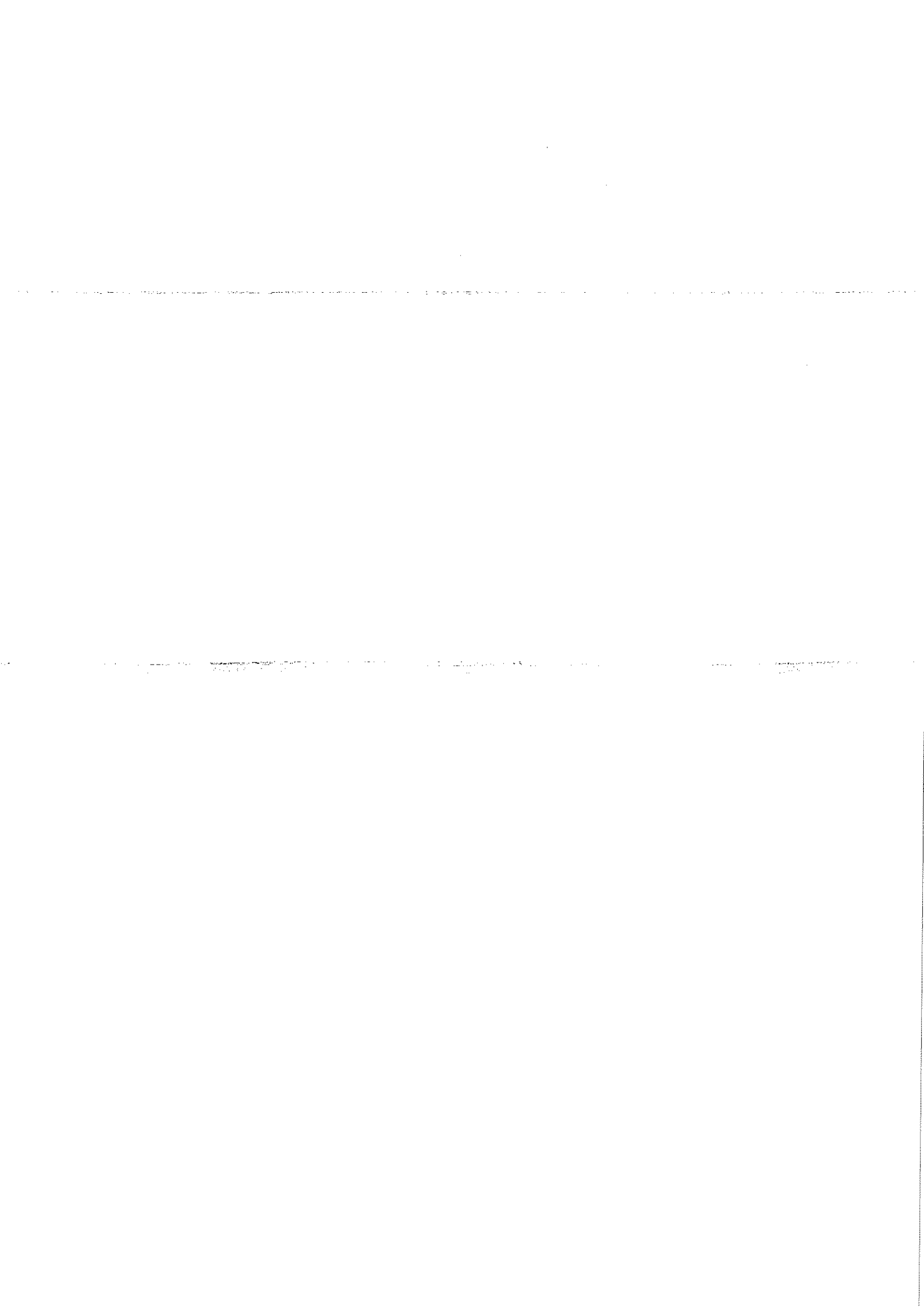
ANEXOS:

- Plano de Actividades e Orçamento de 2016 da VRSA,
Sociedade de Gestão Urbana, E.M. SA
- Mapa das Entidades Participadas



X

Relatório do orçamento para o ano 2016





VILAREALSTºANTONIO



Relatório do Orçamento de 2016

1. Enquadramento do processo orçamental 2016

Contexto Macroeconómico

A proposta de orçamento para 2016 para o Município de Vila Real de Santo António encontra-se elaborada de acordo com os grandes objetivos estratégicos constantes do programa do Executivo para o presente mandato, traduzidos nas Grandes Opções do Plano (GOP), tendo em conta tanto o enquadramento legal nacional como o europeu e a informação que se pode inferir dos principais indicadores macroeconómicos nacionais e internacionais, disponibilizados pelo INE¹, BdP², BCE³.

Mantêm-se, tal como no orçamento de 2015, os condicionalismos de avaliação do contexto macroeconómico decorrentes da inexistência de informação sobre a proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2016.

Assim e para contextualizar o quadro macroeconómico em que se insere o orçamento de 2016 e as previsões de receita que o sustentam, o Município recorre a dados disponibilizados nos sites do INE, BdP, BCE, que não disponibilizam qualquer contextualização dos Municípios.

O BdP prevê uma trajetória de crescimento moderado do PIB e da taxa de inflação (taxa de variação homóloga do índice de preços ao consumidor), tanto na Área Euro como em Portugal, o que corresponderá a uma melhoria no desempenho da economia.

¹ INE – Instituto Nacional de Estatística

² BdP – Banco de Portugal

³ BCE – Banco Central Europeu





VILAREALSTºANTONIO

Fig 1. Dados de previsão macroeconómica

		Data da projeção	2014	2015 (p)	2016 (p)	2017 (p)
PIB (tvh %)	Portugal	08-06-2015	0,9	1,7	1,9	2
	Área Euro	03-09-2015	0,9	1,4	1,7	1,8
Índice harmonizado de preços no consumidor	Portugal	08-06-2015	-0,2	0,5	1,2	1,3
	Área Euro	03-09-2015	0,4	0,01	1,1	1,7

Fonte: Banco de Portugal (atualizado em 03-09-2015)

Conforme dados do BdP, no âmbito da participação do consumo para a riqueza nacional, depois de uma contração no consumo público é exetável que este estabilize, ocorrendo contudo um aumento do consumo privado. Nas projeções do BdP as exportações continuam a ter uma posição preponderante na produção de riqueza que se deverá intensificar em 2016 e anos seguintes.

Os principais indicadores recentes, disponíveis no BdP revelam esta progressão positiva da economia, traduzida na evolução positiva do PIB, do consumo privado, do investimento (de que se salienta a formação bruta de capital fixo), das exportações, ainda que com oscilações. Contudo, mantêm-se níveis elevados na dívida pública.

Mantêm-se as taxas de juros referenciais do BCE determinadas em setembro de 2014, em 0,05%, a qual foi acompanhada por uma descida das taxas Euribor em todos os prazos, impulsionando condições de crédito mais favoráveis.

1.1 Constrangimentos externos à elaboração do Orçamento

O Orçamento de 2016 ocorre assim no âmbito de um clima económico em fase de transição de um período recessivo ou de estagnação para um clima de crescimento económico incipiente, bem como no âmbito da subordinação a um quadro legal em mutação que coloca novos desafios à gestão municipal:

- a) A adaptação contínua às recomendações e regulamentos de entidades reguladoras (ERSAR) obrigam a reajustamentos dos sistemas fiscais municipais entre outros;





VILAREALSTºANTONIO

- b) Os diplomas: nova Lei de Enquadramento Orçamental e o novo regime administrativo e financeiro das Administrações Públicas, na adoção do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública), que implicarão uma alteração de procedimentos, Norma de Controlo Interno e Sistemas Informáticos, ainda por avaliar.

Adicionalmente, o próprio Regime Financeiro da Administração Local e Entidade Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e suas alterações, ainda não totalmente regulamentado, implicam vários condicionalismos:

- a) Não é disponibilizada aos Municípios informação relativa a “Projeções dos principais agregados macroeconómicos com influência no Orçamento do Estado” e “Linhas gerais da política orçamental do Governo, nomeadamente quanto às medidas com impacto na receita fiscal”.
- b) Continua por regular o Quadro Plurianual de Programação Orçamental (de despesa e receita) na Administração Local. Não foram assim criadas as condições legais para o cumprimento desta legislação, não obstante o carácter plurianual que o município tem vindo a desenvolver no processo de planeamento do seu orçamento da despesa, bem como criando de per si de instrumentos, ainda incipientes, previsão de receita.
- c) Mantém-se o risco da eliminação do IMT, com data prevista de redução de um terço a partir de 2017. Atualmente a receita do IMT corresponde a cerca de 7 % da receita do Município.

Note-se que a estrutura da receita fiscal do MVRSA está desajustada dos custos que o concelho tem, por via de receber nos meses de verão uma população flutuante de dimensão superior à população residente, mas só ter como base fiscal impostos sobre população residente.

Ao nível da despesa estrutural, a participação no capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM), num valor total próximo dos 817.199 € (em 7 anos), tem um impacto negativo nas disponibilidades financeiras do município.





VILAREALSTºANTONIO

1.2 Evolução recente do Município de Vila Real de Santo António

Em 8 anos (de 2007 a 2014) face à crise institucional e financeira levou a que o Município se encontrasse hoje sujeito ao PAEL e em reequilíbrio financeiro e a aguardar decisão ao Programa de ajustamento municipal apresentado ao FAM.

O esforço de melhoria que vem a ser concretizado desde as primeiras contas com parecer de ROC em 2009, em que sucessivamente e face às recomendações e reservas do ROC, o Município promoveu a regularização sucessiva das situações identificadas, designadamente em reservas decorrentes de processos ou procedimentos herdados do passado.

Em 2015, a situação financeira do Município mantém-se muito delicada apesar de se ter reduzido a dívida de curto prazo com o desembolso, em 2014, dos empréstimos do PAEL e do reequilíbrio financeiro, devido ao longo período que decorreu entre a candidatura ao PAEL e a concessão dos vistos pelo TdC, acrescendo ainda o facto, do Município não dispor de fundos disponíveis positivos.

Na elaboração do orçamento municipal 2016, releva-se, em termos de contexto, a apresentação do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) aprovado nas sessões de câmara de 25-05-2015, 01-09-2015 e 29-09-2015, decorrente da adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do artigo 24.º da Lei 53/20154, de 25 de agosto, do qual aguardamos a apreciação da Direcção Executiva do FAM (sobre a versão aprovada pela Câmara a 29-09-2015).

No PAM, constam medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida até ao limite legalmente admissível, com base nos seguintes mecanismos:

- a) Reequilíbrio orçamental, que inclui, nomeadamente, medidas de:
 - i) Redução e racionalização da despesa corrente e do capital;
 - ii) Maximização da receita própria;
 - iii) Existência de instrumentos de controlo interno.
- b) Reestruturação da dívida financeira e não financeira;
- c) Assistência financeira.





VILAREALSTºANTONIO

O PAM evidencia uma necessidade líquida de financiamento no montante de € 17.933.589,59 (inclui € 15.833.590,59€⁴ para liquidar dívida transitada e € 2.100.000 para equilibrar o resultado líquido negativo, estimado para o exercício de 2015, da VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, conforme artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto).

2. As Opções estratégicas do Orçamento para 2016

O Orçamento de 2016 prossegue o caminho traçado que procura assegurar a sustentabilidade financeira do Município, quer ao nível da sua receita estrutural quer por via do controlo da despesa, bem como, identificando formas de assegurar o investimento, possível, em áreas prioritárias do concelho. As opções estratégicas do Orçamento para 2016, da CVRSA incluem as medidas de reequilíbrio orçamental, previstas no artigo 35.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e indicadas no PAM apresentado ao FAM, conforme Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental (Anexo I), as quais asseguram essencialmente:

1. Manter as taxas máximas dos impostos por imposição legal (IMI, IRS e Derrama);
2. Otimizar a cobrança de receita do Município;
3. Conter, otimizando, a despesa corrente do Município
4. Estabelecer regras para a execução do orçamento municipal

O presente orçamento traduz a opção política deste Executivo, de utilizar a previsão de receita mais prudente, com estimativas conservadoras que tendem a assegurar a estabilidade estrutural das contas do Município, que permitem reduzir o prazo de pagamento e passem a libertar fundos próprios para liquidação de dívida.

2.1 Manter as taxas máximas dos impostos por imposição legal (IMI, IRS e Derrama)

Importa, desde logo, destacar como fundamental que o orçamento municipal para 2016, o Executivo mantém o compromisso assumido no âmbito do PAEL, nomeadamente em:

⁴ O Montante da dívida transitada incluída no PAM (15.833.591€), refere-se a despesa corrente (13.678.141€) e despesa de capital (2.155.450€).





VILAREALSTºANTONIO

- Aplicar a taxa de IMI (0,8% para os prédios rústicos e de 0,5% para os prédios urbanos);
- Aplicar a taxa de participação do IRS nos 5%;
- Lançar a taxa máxima 1,5% na Derrama;
- Desenvolver junto do governo uma proposta para a melhoria da qualidade de informação disponibilizada pela Autoridade Tributária ao Município no sentido de uma melhor avaliação de política fiscal em sede de IMI, IMT e Derrama. De momento a informação disponibilizada é manifestamente insuficiente para uma avaliação específica dos impactos dos impostos de forma a implementar políticas fiscais mais justas;
- No âmbito do IMI, retomar o processo de monitorização e aferição no terreno, se possível em articulação com a Autoridade Tributária, de avaliação/reavaliação de imóveis, tendo em vista a correção de irregularidades (p. e. discrepâncias entre áreas reais e as registadas nos registos prediais, prédios com características de urbanos classificados como rústicos e índices de localização desatualizados, entre outras) detetadas em imóveis reavaliados em 2010/2011 pelos serviços da Autoridade Tributária em conjunto com o Município de Vila Real de Santo António;
- Promover em articulação com a Autoridade Tributária ações para a arrecadação da receita dos impostos municipais em atraso à data de 31-12-2014, que permitirá ao Município de Vila Real de Santo António reduzir os seus pagamentos em atraso e consequentemente o seu endividamento.

2.2 Otimizar a cobrança de receita do Município

As receitas totais crescem cerca de 9 % em 2016 por comparação com o ano de 2015 conforme quadro infra. Adicionalmente, e no que respeita às receitas inscritas no Orçamento, importa destacar a seguinte evolução:





VILAREALSTºANTONIO

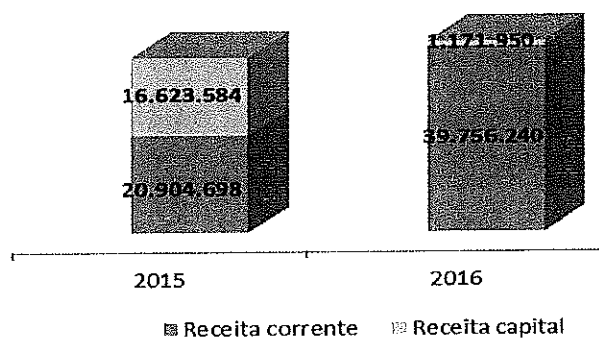
Fig. 2 - Comparativo de orçamento 2015 e 2016 (em euros)

Receitas	2015	2016	(2016-2015)	%
Receita corrente	20.904.698	39.756.240	18.851.542	90,2%
Receita capital	16.623.584	1.171.950	-15.451.634	-93,0%
Outras Receitas	38.064	---	-38.064	-100,0%
Receita total	37.566.346	40.928.190	3.361.844	8,9%

Ainda no âmbito da receita, contata-se não haver equilíbrio estrutural⁵. No âmbito do orçamento é relevante a manutenção de limitações legais quanto à inscrição de receita de cobrança certa, designadamente quando ultrapassam a média de:

- 24 meses nos impostos, taxas e tarifas, constantes no POCAL;
- 36 meses relativamente à venda de bens imóveis, constantes no artigo 253.º da Lei 82 - B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado).

Fig. 3 – Evolução da receita para 2016



No que respeita à receita corrente, importa destacar as seguintes rubricas:

⁵ Nos termos do n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total das operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores.



VILAREALSTºANTONIO

- i. **Impostos diretos (9.597.188€)** – em relação ao IMI, estima-se um aumento de 311.768 € (3.4%) por força da diminuição das isenções temporárias (o valor estimado é superior a 200.000€), no IMT optou-se por manter a receita prevista em 2015 (1.263.673€). Finalmente, no que respeita à Derrama inscreveu-se no orçamento uma verba de 153.846€ superior em 1.523€ relativamente a 2015. O POCAL impõe um teto máximo a inscrever pela média dos últimos 24 meses, no entanto estima-se que face à execução provisória de 2015, o município arrecade um valor superior ao inscrito.
- ii. **Taxas, multas e outras penalidades (886.166€)** – Esta rubrica compreende essencialmente a receita dos mercados e feiras (101.679€), Taxa pela apreciação de pedidos (241.593€), Taxa Municipal de proteção civil (198.296€).
- iii. **Rendimentos de Propriedade (447.498€)** – manutenção da receita de 250.000€ referente ao Contrato de gestão das águas e saneamento com a SGU e estimativa de cerca 122.000€ proveniente da distribuição de dividendos por parte de entidades participadas, nomeadamente, Águas do Algarve, SA e Algar, S.A..
- iv. **Transferências correntes (3.479.168€)** – compreendem essencialmente, receitas provenientes da Administração Central, tendo por base o Mapa XIX da LOE 2015, (FEF – 1.501.536€; FSM – 325.545€ e Participação fixa no IRS – 577.290€), Outras transferências provenientes de protocolo celerados por transferência de competências nomeadamente na educação (798.422€) e transferência proveniente do Estado no âmbito de subsídios/projetos (276.374€).
- v. **Vendas e Prestação de Serviços (5.140.202€)** - no ano de 2016, estima-se uma redução (-18%) face à receita prevista para 2015. A receita prevista decorre essencialmente das receitas da Recolha de tratamento de Resíduos sólidos (1.692.130€), do Parque de Campismo (1.837.847€) e das Rendas (1.141.689€) na qual se inclui a retribuição total de cerca 110.000€ decorrente da renda fixa mensal (6 meses), em contraponto com a receita, obtida em 2015, com a retribuição inicial de 490.000€ da concessão dos parques de estacionamento na via pública, receita que não voltará a repetir-se.





VILAREALSTºANTONIO

- vi. Outras receitas correntes (19.899.032€), compreendem essencialmente a receita necessária (19.596.466,58€) ao cumprimento da regra do equilíbrio previsto no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI).

No que respeita às receitas de capital, importa realçar as seguintes situações:

- i. Venda de Bens de Investimento (113.698,71€) – A receita prevista inscrita no OM₂₀₁₆ refere-se à média da receita obtida com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses. O Município prevê a alienação por lotes do terreno “Vasco da Gama em Monte Gordo” durante o ano de 2016 (1.750.000€), montante não incluído na venda de bens de investimento, por não haver Contrato de promessa de compra de venda.
- ii. Transferências de capital (878.251€) – diminuição de 854.917,12 (- 49%), face a 2015, devido à diminuição transferências provenientes do Estado.
- iii. Outras receitas de capital (180.000€) – a estimativa de receita corresponde à dívida a ser liquidada conforme plano de pagamentos em negociação, com VNC – Vila Nova de Cacela – Promoção Imobiliária e Investimentos Turísticos, Lda, decorrente do Protocolo celebrado no âmbito do Plano de Urbanização das Sesmarias.

No âmbito da adesão ao FAM, salienta-se que as receitas de capital, provenientes da alienação de património municipal, quando não previstas no PAM, são utilizadas exclusivamente na redução extraordinária da dívida, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 35 da Lei 53/2014, de 25 de agosto.

2.3 Conter, otimizando, a despesa corrente do Município

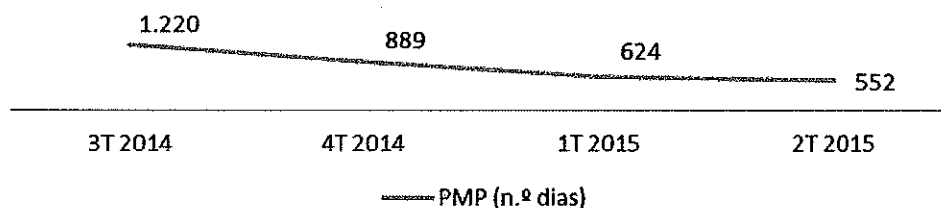
Neste contexto, no que se refere às relações comerciais com fornecedores, o Município mantém um elevado prazo médio de pagamentos, facto que não permite a promoção dos melhores preços na contratação, devido à perceção do risco por parte dos fornecedores.





VILAREALSTºANTONIO

Face ao descrito no parágrafo anterior, o MVRSA constata-se a redução dos pagamentos efetuados no âmbito do PAEL e do reequilíbrio Financeiro para 552 dias à data de 30-06-2015 (ver Fig. 4).



O Município aguarda pela aprovação da Direção executiva do FAM (Fundo de Apoio Municipal) à proposta de Plano de Ajustamento Municipal (PAM), no qual constam medidas de racionalização e contenção de despesa, num esforço que visa o reequilíbrio orçamental.

O orçamento para o ano de 2016, apresenta o valor total de € 40.928.189,69 (quarenta milhões novecentos e vinte e oito mil cento e oitenta e nove euros e sessenta nove cêntimos), decompõe-se da seguinte forma:

- Orçamento de base zero (€21.300.007,19)
- Compromissos assumidos em 2015 e não pagos (€1.694.592,91)
- Orçamento correspondente ao financiamento do Fundo de Apoio Municipal (€17.933.589,59)

O orçamento da despesa apresenta um aumento na despesa face ao ano de 2015, conforme quadro comparativo (Fig. 5):

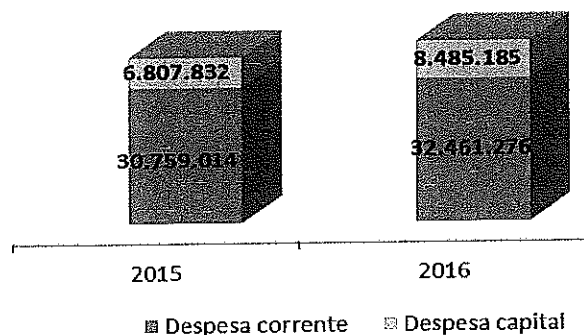
Fig. 5 - Comparativo de orçamento 2015 e 2016 (em euros)

Despesa	2015	2016	(2016-2015)	%
Despesa corrente	30.759.014	32.443.005	1.683.991	5,5%
Despesa capital	6.807.832	8.485.185	1.677.353	24,6%
Despesa total	37.566.846	40.928.190	3.361.344	8,9%



VILAREALSTºANTONIO

Fig. 6 – Evolução da despesa para 2016



No que respeita à despesa corrente, importa destacar as principais variações:

- i. Despesa com pessoal (7.609.193€) – redução líquida de 950.572€ (-11%) face a 2015, decorre essencialmente da redução dos programas ocupacionais (POC's); e redução nas horas extraordinárias e ajudas de custo.
- ii. Aquisição de bens e serviços (12.326.101€) – o orçamento total na rubrica 02 inclui cerca de 6.000.000€ de dívida transitada a liquidar com recurso financiamento a conceder pelo FAM, cerca de 5.047.000€ refere-se ao orçamento corrente para 2016 e 1.069.000€ são compromissos assumidos em 2015 e não pagos.
- iii. Juros e outros encargos (6.232.510€) – o aumento líquido da despesa em 1.936.333€ (45%), o qual resulta essencialmente: i) da diminuição, estimada em cerca de 1.064.392€, nos Juros dos empréstimos de médio e longo prazo⁶, por redução de spread nos empréstimos do reequilíbrio financeiro, no âmbito do FAM; e ii) do aumento na rubrica “outros juros” de 3.001.199€, referente a juros de mora resultantes da dívida não

⁶ O montante previsto na rubrica 0301 – Juros da dívida pública (2.027.458€), inclui juros o montante de 273.487€, valor estimado para os juros do financiamento do FAM, contudo estes juros não constam no Mapa do serviço da dívida (Ponto 3 deste Relatório). De acordo com a alínea d) do ponto 3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (diploma de aprovou o POCAL), na sua atual redação, “as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato”.



VILAREALSTºANTONIO

financeira em mora. A rubrica **Outros juros** (4.202.325€) inclui 4.001.514€ (95%) de dívida transitada constante nas necessidades de financiamento no PAM.

- iv. **Transferência correntes** (5.477.253€) – o orçamento total na rubrica 04 inclui cerca de 3.100.000€ de dívida transitada a liquidar com recurso ao financiamento a conceder pelo FAM e cerca de 2.187.000€ refere-se ao orçamento corrente para 2016 para ações de âmbito social, o remanescente (210.131€) são compromissos assumidos em 2015 e não pagos.

No que respeita à despesa de capital, destacam-se as seguintes rubricas:

- i. **Aquisições de bens de capital** (1.025.783€) – diminuição de cerca 500.000€ (33%) face a 2015. O orçamento total na rubrica 07 inclui cerca de 563.000€ de dívida transitada a liquidar com recurso à assistência financeira a conceder pelo FAM e cerca de 462.000€ de orçamento corrente para 2016, para Investimentos (146.200€), Construções diversas (120.014€), Locação financeira de um edifício (180.907€) e Outras construções e infraestruturas de domínio público (135.721€).
- Nos termos do artigo 104.º da LOE 2015, por o valor previsto na despesa de investimento exceder o montante (491.055,91€) definido no PAF, alterado em 30-04-2014, a execução, em 2016, de qualquer despesa de investimento carece das autorizações prévias dos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e das autarquias locais, previstas no artigo 15.º do Decreto-lei 38/2008, de 7 de março.
- ii. **Transferências de capital** (2.309.358€) – inclui o valor de 2.100.000€, para equilibrar o resultado líquido negativo, estimado, para o exercício de 2015, da VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, conforme artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto) e cerca de 209.000€ referente ao Contrato programa com o Lusitano Futebol Clube, dos quais 165.000€ são dívida transitada a liquidar com recurso à assistência financeira do FAM.
- iii. **Ativos financeiros** (116.743€) – refere-se à participação no capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no ano de 2016.
- iv. **Passivos financeiros** (3.605.254€) – aumento de cerca 577.000€ (19%) face a 2015 e decorre da amortização dos empréstimos contraídos na presente data.





VILAREALSTºANTONIO

O detalhe do serviço da dívida é apresentado no Mapa do serviço da dívida que consta no ponto 3 deste relatório e o Capital em Dívida a 31/12/2015 são valores previsionais aferidos no final do mês de setembro/2015.

- v. Outras despesas de capital (1.428.047€) – refere-se a Processo em tribunal, que se prevê regularizar com o recurso à assistência financeira do FAM.

2.4 Estabelecer regras para a execução do orçamento municipal

Sem prejuízo do disposto neste ponto, são aplicáveis as disposições constantes do Regulamento de Controlo Interno Municipal de Vila Real de Santo António, aprovado em reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2004, publicado do Edital n.º 180/2005 (2.ª série), de 21 de março de 2005. A fim de prosseguir o caminho da contenção da despesa e por forma a existir um maior controlo da despesa, importa dar seguimento a um conjunto de medidas e regras que a seguir se elencam:

- i. Caberá aos chefes de Divisão, para as divisões, e o chefe de Gabinete, para o gabinete de apoio ao executivo, fazer a gestão do orçamento da sua divisão, de acordo com o orçamento atribuído;
- ii. No início do ano cada chefe de Divisão/Gabinete, será informado pela DGAF/Cabimentação, dos montantes aprovados em sede de orçamento municipal;
- iii. No início do ano cada chefe de Divisão/Gabinete será informado pela DGAF/Cabimentação da despesa cabimentada que transita de exercícios anteriores;
- iv. Cada chefe de Divisão/Gabinete será ainda informado pela DGAF/Cabimentação, do montante do orçamento disponível, informação essa que em princípio terá uma periodicidade mensal, podendo ser inferior se assim se justificar ou for solicitado;
- v. Em sede de execução da despesa, deverão todos os pedidos de despesa (RI - Requisição Interna) ser centralizados no serviço responsável pela promoção da ação, para que o chefe de Divisão/Gabinete possa confirmar a dotação antes de se executar a despesa;





VILAREALSTºANTONIO

- vi. Nos casos em que as ações sejam transversais a mais que uma Divisão/Gabinete, deve haver sempre comunicação, via Gestão documental, por forma a haver centralização no serviço responsável;
- vii. No seguimento do circuito da despesa que se encontra em vigor, na fase da cabimentação (RI), devem os setores indicar onde cabimentar a despesa de acordo com o seu orçamento disponível da Divisão/Gabinete respetivo;
- viii. Quando o pedido chegar à cabimentação será verificada e confirmada a dotação disponível do orçamento da Divisão/Gabinete respetivo, se for verificado que não há dotação, deverá ser devolvido o pedido ao serviço emissor respetivo, informando o mesmo para indicar de onde deverá ser diminuída a verba do seu orçamento para realizar aquela despesa;
- ix. Não havendo dotação disponível no orçamento da divisão para efetuar o pedido de despesa é encaminhado ao Presidente da Câmara por forma a este, decidir se recusa a execução da mesma ou se aprova a mesma indicando, nesse caso, de entre outras divisões de onde diminuir a dotação para poder executar aquela despesa.

3. Verificação da regra do Equilíbrio orçamental

De acordo com a regra do equilíbrio orçamental prevista na Lei 73/2013, de 3 de setembro os orçamentos municipais devem ser elaborados em observância com este princípio, observando a seguinte equação:

$$\text{Receita corrente} \geq [\text{Despesa corrente} + \text{Amortizações médias de EMLP}]$$

O orçamento do Município de Vila Real de Santo António, cumpre com a regra do equilíbrio orçamental estabelecida no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, conforme quadro seguinte:





VILAREALSTºANTONIO

Equilíbrio orçamental	Valor
Receitas correntes	39.756.240,10
Σ (Despesa Corrente + Amortizações de Capital)	36.048.258,85
Despesa corrente ⁷	32.443.004,74
Amortizações de capital	3.605.254,11
Artigo 40.º, n.º 2, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	3.707.981,25

No termos do n.º 3, do artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4. Quadro Plurianual de Programação Municipal (QPPO)

O quadro plurianual de programação orçamental previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, define os limites da despesa do município, bem como as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município, numa base móvel, para quatro anos.

Os limites são vinculativos, para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os seguintes, o QPPO é atualizado, anualmente, no orçamento municipal.

Aquando da apresentação do Orçamento municipal para 2015 o QPPO estabeleceu um limite de despesa para 2016 de 23.698.518€, sendo a proposta de orçamento para 2016 de 40.928.190€⁸, originando um desvio de 17.229.671€, face ao limite definido. Tal desvio decorre, essencialmente, do facto de não ter ocorrido durante o ano de 2015, a arrecadação de receita no âmbito do FAM (14.435.540€).

⁷ Inclui juros financeiros de empréstimos no montante de 2.027.458,12€.

⁸ Inclui dívida transitada no valor de 15.733.591€



5. Mapa com o plano do serviço da dívida para 2016

Empréstimo	Banco	Capital em dívida		Prazo		Taxa de juro inicial	Taxa de juro atual	2016		
		01-01-2015	31-12-2015	Inicial	Restante			Amortização	Juros	Total
0909/000013/487/0019 - 0909/001176/091	CGD	82.793,48	67.936,93	24	4	1,60%	1,55%	14.952,20	1.415,86	16.368,06
0909/000015/487/0019 - 0909/001185/991	CGD	337.967,45	303.294,29	25	7	1,59%	1,59%	34.950,58	3.309,57	38.260,15
56021963514	CCAM	212.999,87	186.374,89	20	7	0,24%	0,16%	26.624,98	2.521,19	29.146,17
9015/002224/987/0019 - 9015/004946/291	CGD	107.029,20	53.605,35	10	1	0,41%	0,42%	53.605,35	5.076,04	58.681,39
142715141	Millennium BCP	205.470,14	181.556,94	15	7	0,46%	0,46%	23.977,74	2.270,52	26.248,26
142714171	Millennium BCP	233.878,67	206.659,21	15	7	0,46%	0,46%	27.292,92	2.584,44	29.877,36
142711261	Millennium BCP	263.113,48	232.491,60	15	7	0,46%	0,46%	30.704,52	2.907,49	33.612,01
142710291	Millennium BCP	496.992,17	439.150,83	15	7	0,46%	0,46%	57.997,46	5.491,94	63.489,40
142716111	Millennium BCP	584.696,66	516.648,02	15	7	0,46%	0,46%	68.232,30	6.461,10	74.693,40
0130022 830 015	BPI	1.507.405,90	1.344.443,10	15	8	0,82%	0,68%	162.962,80	15.431,39	178.394,19
0130022 830 016	BPI	1.214.262,30	1.082.990,70	15	8	0,82%	0,68%	131.271,60	12.430,46	143.702,06
0018.000.3249677002069	Santander Totta	3.455.683,14	3.319.123,65	20	18	6,34%	6,20%	179.412,09	102.615,64	282.027,73
0033.0000.4544149416505	Millennium BCP	3.900.000,00	3.700.000,00	20	18	6,84%	6,34%	200.000,00	114.391,00	314.391,00
0046.0332.00.6001957228	Banco Popular	204.990,42	194.463,59	15	13	4,41%	4,41%	10.971,34	8.013,20	18.984,53
0045.570404.000.667508765	CCAM	494.374,49	482.446,17	20	18	7,39%	7,20%	26.078,17	14.915,54	40.993,71
0036.0114991.0000.306973 (*)	Montepio	369.543,71	345.251,37	10	8	8,41%	8,41%	36.043,40	10.539,97	46.583,37
0010.00000.1300.22010418	BPI/CGD/BNVO	24.650.000,00	24.001.315,79	20	18	6,84%	6,68%	1.297.368,42	742.036,36	2.039.404,78
PAEL0291E133142014.01	DGTF/IGCP	14.312.698,59	13.578.714,05	20	18	3,15%	3,15%	733.984,54	428.268,87	1.162.253,41
PAEL0291E133142014.02	DGTF/IGCP	4.770.899,53	4.526.238,01	20	18	2,96%	2,96%	244.661,52	134.268,08	378.929,60
PAEL0291E133142014.03	DGTF/IGCP	4.761.162,57	4.517.000,39	20	18	3,07%	3,07%	244.162,18	139.022,22	383.184,40
Total		62.283.859,81	59.279.704,88					3.605.254,11	1.753.970,88	5.359.224,99

6. Descrição das Responsabilidade Contingentes

Entidade Credora	NIF	Situação Atual	Montante	Obs.:
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.	500197814	Processo 241/13.08ELLE	1.080.609,29	Pedido de indemnização
ACA - Alberto Couto Alves, S.A.	501312412	Processo 79/13.5BELLE	336.000,00	Valor pedido 687.560,05€ - Encontram-se pendentes negociações entre as partes tendo em vista a celebração de um acordo extrajudicial
Orlandino José Gonçalves Rosa	132997371	Processo 2241/07.3BELLE	300.000,00	Há relatório do contencioso onde constam os termos da sentença - Valor indeterminável à data
Santos e Pombo - Instalações Elétricas, Lda.	503915386	Processo 529/07.0BELLE	153.492,97	Inclui Capital e juros de mora à data da instauração da Ação (Biblioteca Municipal)
José Manuel Santos Ferreira da Silva		Processo 688/13.7TBVRS	1.084.500,00	Condenação das RR a pagar solidariamente ao Autor por danos patrimoniais e não patrimoniais
RAZÃO E SUGESTÃO - Unipessoal, Lda.	508817293	Injunção 74328/12.0VPRT	1.633,91	Está suspensa a instância
PLASTICOLORS - Transf. de Matérias Plásticas, Lda.	504183346	Processo 34/12.2BEMDL	3.031,21	Falta pagar juros no valor de 3.031,21€
HR PROTECÇÃO, S.A.	505766205	Injunção 42463/12.0VPRT	1.198,17	Falta pagar juros (1.198,17€)
GEOCONTROLE - Geotécnica e Estruturas de Fundação, S.A.	500126321	Processo 406/13.5BELLE	1.899,49	Falta pagar juros de mora 1.899,49 € mais vencidos até ao pagamento.
GUSTAVO - CUDELL - Outdoor Solutions, S.A.	500132453	Processo 1909/13.78EPRT	642,00	Falta pagar 642,00 €. Juros e despesas da agente de execução.
FLORÊNCIO RAMINHOS E FILHOS, LDA.	500682470	Processo 49/13.3TBVRS	3.500,00	Foi pago o capital do PAEL. Falta pagar juros. Valor aproximado: 3.500,00 €
ASSOCIAÇÃO CULTURAL SETE SOIS SETE LUAS	505564300	Processo 449/13.9BELLE	25.491,80	No pedido consta também o pagamento de juros no valor de 25.491,80 €. O processo prossegue para este pagamento.

Entidade Credora	NIF	Situação Atual	Montante	Obs.
MUNICIPIA, S.A.	504475606	Processo 120/12.9TBVRS	84.608,91	Foi pago o valor do montante de capital falta pagar juros, está para ser celebrado um acordo que prevê o pagamento do valor em falta em 10 prestações até ao final do ano de 2015
CAAL – CENTRO AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA.	501250204	Processo 366/12.0BELLE	3.488,00	Foi pago o valor do capital. Falta pagar juros solicitados na Ação no montante de 3.488,00 €. (foi a única Ação em que se decidiu a capitalização de juros)
TEATRO MARIONETAS DO PORTO	502554592	Injunção 34004/13.9YIPRT	1.481,05	Foi pago o valor do capital. Ainda não há decisão. Pedem juros de mora no valor de 1.481,05 €.
CESPA PORTUGAL, S.A.	503307483	Processo 257/11.1BELLE-A	77.890,56	Foi pago o valor do capital/pedem o prosseguimento do processo para cobrança de juros e despesas no valor de 77.890,56€.
GASTRADE SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÃO, LDA (SERVIAL E HIDRAULICONCEPT)	502927089	Processo 655/12.3BELLE	22.183,48	Foi pago o capital em dívida, pedem o pagamento de juros de mora no valor de 8.810,80 € + 13.372,68 €. O processo está a decorrer.
TNL, S.A	505032465	Injunção 118314/12.9YIPRT	675,44	Foi pago o capital e apresentou requerimento para cobrança de juros no valor total de 675,44 €.
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	502012005	Processo 303/12.1TBVRS	18.310,58	Foi pago o capital. Encontra-se por pagar os juros pedidos no valor de 18.310,58€
AQUINO CONSTRUÇÕES, S.A. (AQUINO E RODRIGUES)	500721050	Processo 134/12.9BELLE	727,43	Juros
ANTÓNIO MANUEL ALEIXO CANDEIAS	117520292	Processo 315/12.5BELLE	56.867,18	Falta pagar o valor do pedido no montante de 47.475€ mais juros, até integral pagamento, que eram em 14 de Maio de 2012: 3.798,00€ (cálculo à data de 20-03-2015 - 9.392,18€). Refere-se à parte do contrato de prestação de serviços 17/2009 que aguarda fatura.
SERRA LOPES CORTES MARTINS E ASSOCIADOS	502127015	Injunção 266417/11.2YIPRT	4.500,95	Foi pago o valor do capital: reclamam juros no valor de 4.500,95 €.
VIANAS - MÁQUINAS, FERRAMENTAS E MATERIAL DE INCÊNDIO, LDA.	501745068	Injunção 55653/12.7YIPRT	1.264,94	O Município foi condenado ao pagamento do capital e juros a efetuar por conta da dotação orçamental do S.T.A 1.264,94 € e juros vencidos.

Entidade Credora	NIF	Situação Atual	Montante	Obs.
RONSEGUR – RONDAS E SEGURANÇA, LDA	507011724	Processo 352/12.0BELLE-A	66.629,92	Foi pago o valor do capital. Pede a continuação do processo para o pagamento de juros no valor de 66.629,92 €.
NORTE ESCOLAR, S.A	503128368	Injunção 157888/13.0YIPRT	4.530,91	Pedem juros de mora no valor de 4.530,91 €. O capital já foi pago.
MELFA, LDA	502792531	Processo 401/13.4BELLE	479,37	Pedem juros de mora no valor de 479,37 €. O capital já foi pago.
JOÃO FERNANDES DA SILVA, LDA	500669686	Processo 363/13.8BELLE	103.140,34	Foi pago o valor do capital. Pedem juros de mora no valor de 103.140,34€
PROCESL – ENGENHARIA HIDRAULICA E AMBIENTAL, LDA.	501683631	Processo 958/13.0BELLE-A	6.122,68	Relativamente aos três processos encontra-se pago o capital. Está em dívida o valor de juros.
ZEMBE FARO – SOC. TÉCNICA E COMERCIAL, LDA.	510417752	Injunção 160738/14.6YIPRT	2.183,02	Está por liquidar o valor dos juros (2.183,02€).
QUOTIDIAN, LDA	512092400	Processo 437/14.8BELSB	9.000,00	Foi pago o capital. Existia negociação para o pagamento dos juros.
BONS OFICIOS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	508622999	Processo 3/11.0TBVRS	1.500,00	Está por liquidar o valor dos juros + custas
ITAU – INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, S.A.	500142858	Processo 819/14.5BELLE	6.500,00	Encontra-se em dívida o capital e juros (6.500,00)
GREEN VALUE - ENERGIE BUILDING SOLUTIONS, LDA	508344085	Processo 195/14.6BELLE	18.006,93	Foi pago. Falta pagar os juros que foram solicitados na Ação.
VECOFABRIL - ACESSÓRIOS E TRANSF. DE VEÍCULOS, LDA.	501150595	Processo 807/13.9BELLE	510,00	Está marcado julgamento. Falta juros
SILVEX INDUSTRIA DE PLÁSTICOS E PAPÉIS, S.A.	500249725	Injunção N.º 145971/14.9YIPRT	5.011,40	Parte do valor do capital e juros encontram-se em dívida.
VIAGENS ABREU, S.A	500297177	Injunção N.º 161401/13.0YIPRT	1.962,11	Valor de capital 8.720,00€ registado patrimonialmente - Falta juros.
INSYNCRON, S.A	508407095	Injunção N.º 161401/13.0YIPRT	6.500,00	Encontra-se paga uma parte da dívida. Falta os juros e custas de parte. Juros (5.105,61) aproximado 6.500,00 total

Entidade Credora	NIF	Situação Atual	Montante	Obs.
LIMPALGARVE SERVIÇOS E SISTEMAS DE LIMPEZA, LDA.	504332210	Processo 190/08.4BELLE	38.375,50	O Município foi condenado ao pagamento de 38.375,50€. Com juros ainda não devidos. Está em fase de recurso.
WERNER KERN E OUTROS	202983870	Processo 795/11.6BELLE	229.000,19	Pedido de indemnização por licenciamento nulo, no valor de 229.000,19€ acrescido de juros desde a data da citação até integral pagamento. O Município contestou a totalidade do pedido.
LISTORRES - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, S.A.	502474114	Processo 143/04.1BELLE	148.726,74	Pedido de 148.726,74€ no âmbito da "empreitada de construção de adaptação do terreno Sul a Arquivo Municipal" por suspensão da obra. O Município contestou a totalidade do valor está ainda em fase de pagamento na 1ª Instância.
SANEOBRA (CABRAL & FILHOS, S.A.)	501155570	Processo 446/11.9BELLE	105.320,72	Pedido de 105.320,72€ referente a execução de trabalhos a mais e respetivos juros. O Município contestou tendo sido proferida sentença de indeferimento do pedido. Está em recurso para o S.T.A.
GISELA BRANT		Processo 236/07.3TBVRS	45.930,10	Pedido de indemnização extra contratual no valor de 42.176,51 por danos morais e 3.753,59€ danos patrimoniais. O Município contestou o pedido na totalidade.
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.	500197814	Processo 121/12.7BELLE	485.181,01	Pedido de pagamento de trabalhos a mais no valor de 166.115,66€ acrescidos de IVA e juros legais desde a data das faturas totalizando 319.065,35€. O pedido foi contestado na totalidade.
FERNANDA HERMINIA DE J. C. DRAGO COUTINHO PÓVOS		Processo 170/06.4TBVRS	6.000,00	Pedido de 6.000,00€ (e um reconhecimento por parte do Município da sua qualidade de proprietária de uma parcela de terreno onde se encontra o depósito de água do Pocinho.)

Entidade Credora	NIF	Situação Atual	Montante	Obs.
ARH Algarve - Administração da Região Hidrográfica do Algarve (atual Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)	508609720	Proc. N.º 22.02.2009.0000010	279.092,98	Ofício n.º 504462-201107-DRHI de 19-07-2011 - O valor total pedido ascende a 412.838,81€ (inclui 133.745,83€ de taxas de recursos hídricos (TRH) referentes ao ano de 2009 e está reconhecido como dívida). O valor restante refere-se a TRH dos anos de 2008, 2009 (NL complementar) e 2010 com o valor total 226.401,63€ (capital) + Juros à data do Ofício no valor de 52.691,35€.
TOTAL DOS CRÉDITOS			4 833 701,28	

7

ANEXO I – Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

Formulário I - Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental

Município:

Vila Real de Santo António

Data:

30-09-2015

Medidas	Natureza (permanente/tem- porária)	Alínea (*)	Descrição	Impactos previstos					Ato Deliberativo (**)	Prazos de implementação (trimestres de início e de conclusão)
				2015 (em €)	2017 (em €)	2018 (em €)	2019 (em €)	2020 (em €)		
h) Racionalização da despesa Identificação e quantificação do património municipal e serviços a alienar, concessão ou ceder a exploração, com uma justificação das vantagens económicas para o município;										
Alienação dos Terrenos do atual Parque de Campismo.	Permanente	g1)	Alienação de Alvos Territoriais da EM, implicará redução de despesa na Rub: 020204 - Locação de edifícios	-363.564	-363.564	-363.564	-363.564	-363.564	A aprovar pelo executivo e AM	Concurso público a lançar em 2016, no município implicará redução de custos com renda do Parque de Campismo. Os impactos previstos na redução de despesa não estão refletidos no Formulário III. O produto da venda será utilizado para pagar passivo de médio e longo prazo (dívida bancária).
Concessão da Prestação de serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana no Município de Vila Real de Santo António.	Temporária	g2)	Impacto previsto com a concessão do serviço de recolha de resíduos e limpeza urbana. Rub: 02 e 01.	640.653	660.374	680.488	701.005	721.933		Consideramos a medida temporária devido ao facto de se tratar uma concessão por tempo limitado (p.e., 10 anos)
Prestação de serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Recolha de Montros, Lavagem de Contentores, Limpeza Urbana no Município de Vila Real de Santo António.	Temporária		Concessão da Prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana - concurso público a ocorrer em 2015. A prestação de serviços é sujeita a 63% de IVA.	986.016	1.005.737	1.025.851	1.046.368	1.067.296	A aprovar pelo executivo e AM	Concurso Público a lançar em 2015, concessão a iniciar em 2016.
Redução de despesa corrente (no âmbito da Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana)	Temporária		A concessão do serviço deverá pressupor a celebração de Acordo de cedência de interesse público, entre as partes, nos termos do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, no que se refere aos Recursos Humanos.	-345.363	-345.363	-345.363	-345.363	-345.363	A aprovar pelo executivo e AM	Acordos de cedência a celebrar com os funcionários que passarem para os Concessionários. A ocorrer em simultâneo com a adjudicação da prestação de serviços (previsto para 2016).
Identificação e quantificação de segmentos da atividade empresarial local ou de participações locais a reestruturar, alienar ou concessão, com uma justificação das vantagens económicas para o município	Permanente	h1)	Lancamento, por parte do MVRSA, de Concessão de atividade de Gestão e venda de água e saneamento (a 30 anos)	4.000.000	4.000.000	10.000	10.000	10.000	A aprovar pelo executivo e AM	Concessão da atividade de Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais Domésticas: EVF em elaboração; Concurso público a lançar em 2016, procedimento com o caderno de encargos é bastante complexo, acresce a necessidade de se obter autorizações prévias para o efeito
Medidas concretas e quantificadas tendentes à melhoria e ao equilíbrio dos resultados operacionais das empresas do setor empresarial local	Temporária	j)	Platuação a emitir pela VRSA-SGU, SA, a clubes e associações locais pela utilização das instalações do Complexo desportivo. Os valores serão suportados pelo Município com base em Contratos programa a celebrar com clubes e Associações locais; e ao Município pelas utilizações das instalações do Complexo desportivo para eventos municipais	1.000.000	1.000.000	650.000	200.000	0	A aprovar pelo executivo e AM	Celebração de contratos programa com os clubes e associações e VRSA, SGU, SA, para efeitos de suportar as utilizações do Complexo desportivo, por aquelas entidades para o desenvolvimento da sua atividade desportiva e para eventos.
Limitação da despesa corrente, incluindo um plano detalhado e quantificação da redução de custos com pessoal e com a aquisição de bens e serviços.		k)								
Concessão da Prestação de serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana no Município de Vila Real de Santo António.	Temporária	k1)	Limitar despesa corrente ao valor da concessão (previsto no caderno de encargos)						A aprovar pelo executivo e AM	Limitar despesa corrente ao valor da concessão [ver alínea g2]
Redução do spread aplicado nas taxas de juros dos empréstimos do Rescalço/Financiamento	Temporária	k2)	Negociação das taxas de juro	-902.657	-860.515	-817.632	-773.953	0		Impacto total com a redução do spread para níveis próximos dos 3%.
Redução de despesa corrente	Permanente	k3)	Crimes ativos na aquisição de bens e serviços; y) Combustíveis e lubrificantes; ii) Material de escritório; iii) Encargos com instalações; iv) Locação de edifícios; v) Comunicações; vi) Dedicações e estadas; vii) Estudos e pareceres, projetos e consultadoria; viii) Assistência técnica; ix) Outros bens; x) Reparações de habitações; xi) Serviços de saúde; xii) Conservação de bens; xiii) Transportes; xiv) Seminários, exposições e similares; xv) Outros trabalhos especializados; xvi) Outros serviços. Rub: 03	1.075.061	-3.914.228	-24.922	0	0	A aprovar pelo Executivo	Elaboração um plano detalhado e quantificado que compreenda o final do ano de 2015 e mais quatro anos (2016-2019)
Redução de despesa de capital	Permanente	k4)	Redução de juros de mora. Rub: 0305	1.881.028	-3.201.211	0	-1.801.730	0		Elaboração um plano plurianual investimentos detalhado e quantificado que compreenda o final do ano de 2015 e mais quatro anos (2016-2019)
	Permanente	k5)	Limites anuais na aquisição de bens e serviços: i) Software informático. Rub: 07	6.568	-8.756	0	0	0	A aprovar pelo Executivo	

7

Medidas	Natureza (permanente ou temporária)	Alínea (*)	Impactos previstos					Atos Deliberativos (*)	Prazos de implementação (trimestres de início e de conclusão)
			2016	2017	2018	2019	2020		
Descrição			(em €)	(em €)	(em €)	(em €)	(em €)		
Medidas de racionalização dos custos com pessoal, incluindo as relativas ao pagamento de trabalho extraordinário e ao desenvolvimento de programas de rescisão por mútuo acordo;		i)							
Redução no pagamento de trabalho extraordinário e ajudas de custo	Permanente	i1)	157.050	157.050	157.050	157.050	157.050	A aprovar pelo Executivo	O Município impõe como limite anual de despesa para pagamento de trabalho extraordinário e ajudas de custo o montante de 157.050€, a partir de 2015.
Redução de outros abonos variáveis e eventuais	Permanente	i2)	-7.511	-281	-1.122	-1.403	0	A aprovar pelo Executivo	Aplicar a partir do ano de 2016
Avaliação da sustentabilidade e eventual renegociação das condições das parcerias público-privadas;	Permanente	m)							
Limites à realização de investimento.	Permanente	n)	166.837	168.505	170.190	171.892	173.611	Legislativo (Orçamento do Estado)	
ii) Maximização da receita									
Determinação da participação variável no IRS, à taxa máxima prevista nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;	Permanente	a)	577.290	577.290	577.290	577.290	577.290	Aprovado em AM	Medida aplicada a partir de 01-01-2010
Definição da taxa máxima de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas nos termos previstos no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;	Permanente	b)	153.846	155.385	156.939	158.508	160.093	Aprovado em AM	Medida aplicada a partir de 01-01-2013
Definição das taxas máximas nos impostos municipais, designadamente o IMI, nos termos previstos na respetiva legislação, incluindo a não aplicação de qualquer fator minorativo e a aplicação dos fatores majorativos previstos, sem prejuízo do disposto na alínea d) do artigo 35.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;	Permanente	c)	7.704.254	7.781.297	7.859.110	7.937.701	8.017.078	Aprovado em AM	Medida aplicada a partir de 01-01-2013 (aplicável ao IMI referente a 2012). O valor de IMI previsto para 2015 tem por base a relação a que se refere o n.º 2 do artigo 119º do CIMI, disponibilizada no dia 19-06-2015, na Liquidação do IMI no Portal das Finanças.
Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, e abstenção de concessão de benefícios durante o PAM, exceto se autorizado pelo PAM, mediante justificação das vantagens económicas para o município;	Temporária	d)	1.712	1.712	1.712	1.712	1.712	Aprovado em AM	Implementação no ano de 2016
Fixação dos preços cobrados pelo município nos setores do saneamento, água e resíduos, nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, incluindo a possibilidade de fixação de tarifas sociais;	Temporária	e)	456.317	439.395	422.305	405.044	387.610	A aprovar pelo executivo e AM	O Município está obrigado a aplicar o tarifário de acordo com as recomendações da ERSAR. Facto que irá ocorrer apenas no ano de 2016, o tarifário carece de aprovação por parte dos órgãos municipais. O impacto da medida não está refletido na receita prevista na rubrica 07
Identificação e quantificação de novos preços e tributos municipais a lançar, incluindo derramas, taxas e encargos de mais-valia;		f)	575.614	600.850	603.109	605.390	607.694		Exploração autorizada em 2015 - A projeção da receita na rubrica 07039903, o valor em cada ano corresponde apenas à renda fixa de 15.000€/mês acrescido de IVA, não foi tido em conta o eventual acréscimo resultante da diferença entre o produto de 25% da receita global da exploração dos estacionamento e da renda fixa, conforme prevê o contrato celebrado entre as partes.
Parque de estacionamento e estacionamento na pública	Temporária	f1)	223.614	225.850	228.109	230.390	232.694	Aprovado em AM	A incluir na atualização do Regulamento Geral de Taxas Municipais a efetuar até ao final do ano de 2015. O impacto desta receita não está refletido na projeção da receita
Aluguer de salas (Biblioteca, Centro Cultural, Arquivo Histórico, etc...)	Permanente	f2)	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	A aprovar pelo executivo e AM	Taxa a aplicar a partir de 2016
Taxa Hotelaria/Turística	Permanente	f3)	250.000	275.000	275.000	275.000	275.000	A aprovar pelo executivo e AM	A incluir na atualização do Regulamento Geral de Taxas Municipais a efetuar até ao final do ano de 2015. O impacto desta receita não está refletido na projeção da receita
Cobrança do autocarro social, utilização da Casa do Avô, recolha de monas, entre outras...	Permanente	f4)	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	A aprovar pelo executivo e AM	Concurso público a lançar em 2016. A receita da venda permitirá redução de dívida de ML/P na VRSA-SQUEM, que ascende a cerca de 26 milhões de euros.
Identificação e quantificação do património municipal e serviços a alienar, concessionar ou ceder a exploração, com uma justificação das vantagens económicas para o município;	Permanente	g1)	24.500.000					A aprovar pelo executivo e AM	

7

Medidas	Natureza (permanente/ temporária)	Alineia (*)	Descrição	Impactos previstos						Ata Deliberativa (*)	Prazos de implementação (trimestres de início e de conclusão)
				2015 (em €)	2017 (em €)	2018 (em €)	2019 (em €)	2020 (em €)			
Identificação e quantificação de segmentos da atividade empresarial local ou de participações locais a reestruturar, alienar ou concessionar, com uma justificação das vantagens económicas para o município;	Permanente	g2)	Alienação de ativos territoriais da EMI: Outros Imóveis propriedade da EMI								Ações a desenvolver pela EMI. As vantagens económicas serão de forma indireta para o Município, uma vez que a obtenção de recursos financeiros por parte da EMI, permitirá a diminuição da sua dívida bancária
	Permanente	g3)	Terrenos: Vasco do Gama em Monte Gordo	1.750.000	3.000.000	0	500.000		A aprovar pelo executivo e AM		Concurso público a lançar em 2016 - Plano pormenor para loteamento em execução (visa permitir a venda por lotes)
	Permanente	g4)	Hotel na Praia de Monte Gordo		750.000	2.250.000	750.000		A aprovar pelo executivo e AM		Aguarda resposta da Administração central - Será objeto de concessão
	Permanente	g5)	Projeto da Ponta da Areia	10.000.000					A aprovar pelo executivo e AM		Aguarda resposta da Administração central
	Temporária	g6)	Instalação do novo Parque de Campismo de Monte Gordo						A aprovar pelo executivo e AM		Aguarda resposta da Administração central sobre a utilização dos terrenos e posterior concessão (que pode prever a constituição e exploração do equipamento)
	Permanente	h1)	Cancelamento do Contrato de Gestão entre o Município e a EMI em consequência do lançamento por parte do MVRSA de Concessão da atividade de Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais Domésticas	-250.000	-250.000	-250.000	-250.000	-250.000	A aprovar pelo executivo e AM		Concessão da atividade de Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais Domésticas: EVF em elaboração; Concurso público a lançar em 2015, procedimento com o caderno de encargos é bastante complexo, acresce a necessidade de se obter autorizações prévias para o efeito
Medidas concretas e quantificadas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município;	Temporária	h2)	Concessão da atividade de Gestão e venda de água e saneamento a 30 anos	4.000.000	4.000.000	10.000	10.000	10.000	A aprovar pelo executivo e AM		
	Permanente	i)	Otimização de arrecadação de receita nos processos de contraordenação que existem no Município. Rub: 0402 - Multas e outras penalidades	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	A aprovar pelo executivo e AM		Aprovar o Regulamento Municipal de processos de Execução fiscal e Contraordenações e motivar uma maior atuação por parte da Fiscalização Municipal
iii) Outras Medidas											
			Otimização da cobrança de receita:								
	Permanente		Cobrança de rendas de habitação social	512.438	168.783	0	0				Preve-se o recebimento em 2015, 2016 e 2017 (total de 24 meses)
	Permanente		Cobrança de dívida de terceiros (VNC) por parte do Divisão do urbanismo	92.438	46.219				Executivo		Preve-se o recebimento em 2015, 2016 e 2017 (total de 24 meses)
	Permanente		Cobrança de dívida referente a Obras executadas por conta de terceiros (Município de Castro Marim)	180.000	70.000				Executivo		Existem negociações com o Município de Castro Marim para a cobrança do valor em dívida em 24 meses

(*) Indicar a alínea do nº 1 do art. 39º ou do nº 1 do art. 36º da Lei nº 53/2014, abrangida pela medida respetiva

(**) Indicar tipo de deliberação (Presidente/Executivo/Asssembleia Municipal) e natureza do ato (legislativo / regulamentar)

Nota: Sugere-se que as medidas sejam identificadas de forma sequencial, com o seguinte ordenação: i) Racionalização da despesa; ii) Maximização da receita; iii) Outras Medidas

8

Mapa Resumo do Orçamento

Município de Vila Real de Santo António

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	39.756.240	Correntes	32.443.005
Capital	1.171.950	Capital	8.485.185
Total:		Total:	40.928.190
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	0
Total Geral:	40.928.190	Total Geral:	40.928.190

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



11

Mapa Resumo do Orçamento por Capítulo

Resumo do orçamento por Capitulo para 2016

Receitas		Montante	Despesas		Montante
01	Impostos directos	9.597.188	01	Despesas com o pessoal	7.609.193
02	Impostos indirectos	306.987	02	Aquisição de bens e serviços	12.326.101
03	Contribuições para Seg.Social,Cx.G.-Aposent. e ADSE		03	Juros e outros encargos	6.232.510
04	Taxas, multas e outras penalidades	886.166	04	Transferências correntes	5.467.253
05	Rendimentos da propriedade	447.498	05	Subsídios	
06	Transferências correntes	3.479.168	06	Outras despesas correntes	307.948
07	Venda de bens e serviços correntes	5.140.202			
08	Outras receitas correntes	19.899.032		Total das Despesas Correntes	32.443.005
	Total das Receitas Correntes	39.756.240			
09	Venda de bens de investimento		07	Aquisição de bens de capital	1.025.783
10	Transferências de capital	113.699	08	Transferências de capital	2.309.358
11	Activos financeiros	878.251	09	Activos financeiros	116.743
12	Passivos financeiros		10	Passivos financeiros	3.605.254
13	Outras receitas de capital	180.000	11	Outras despesas de capital	1.428.047
14	Recursos próprios comunitários		12	Operações extra-orçamentais	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos		17	Operações extra-orçamentais	
16	Saldo da gerência anterior				
17	Operações extra-orçamentais			Total das Despesas de Capital	8.485.185
	Total das Receitas Capital	1.171.950			

Total das Receitas: 40.928.190

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

Total das Despesas: 40.928.190

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

4

Lista Geral do Orçamento por Capítulo

_____, ____ de _____ de _____, _____.

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	7.704.254
010203	Imposto único de circulação	475.414
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.263.673
010205	Derrama	153.846
	Total do Capítulo Económico 01:	9.597.188
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	
02020602	Loteamentos e obras	113.219
02020603	Ocupação da via pública	38.947
02020605	Publicidade	31.245
02020699	Outros	
0202069901	TMDP - Taxa municipal de direitos de passagem	5.399
0202069903	Licenças de Máquinas de Diversão	123
0202069905	Inspecção de Ascensores	32.309
0202069907	Espectáculos e Divertimentos Públicos	726
0202069908	Licenciamento de Taxis	163
0202069910	Licença Especial de Ruído	8.016
0202069999	Outros	76.840
	Total do Capítulo Económico 02:	306.987
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	
0401230101	Cobreadores - Bancas VRSA	64.593
0401230102	Cobreadores - Bancas Monte Gordo	4.873
0401230103	Cobreadores - Bancas VNCacela	5.105
0401230104	Mercado Mensal VNCacela	26.508
0401230199	Outros	600
04012302	Loteamentos e obras	38.937
04012303	Ocupação da via pública	
0401230301	Ocupação via pública - Casuística	10.977
0401230302	Ocupação via pública - Periódica	1.519
0401230399	Outros	191
04012305	Caça, uso e porte de arma	135

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		<small>€</small>
04012399	Outras	
0401239901	TDFTH-Tx de depósito da ficha técnica da habitação	3
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	987
0401239903	Veículos de Tracção Animal	328
0401239905	Inspecção de Ascensores	292
0401239910	Taxa pela Apreciação de Pedidos	241.593
0401239913	Taxa Municipal de Protecção Civil	198.296
0401239914	Taxa Turística	250.000
0401239999	Outras taxas	12.156
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	14.050
040202	Juros compensatórios	7.851
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	5.009
040299	Multas e penalidades diversas	2.163
	Total do Capítulo Económico 04:	886.166
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	4.922
050202	Companhias de seguros e fundos de pensões	71.145
0510	Rendas	
051004	Edifícios	19.835
051099	Outros	101.596
0511	Activos incorpóreos	250.000
	Total do Capítulo Económico 05:	447.498
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.501.536
06030102	Fundo Social Municipal	325.545
06030103	Participação fixa no IRS	577.290
06030199	Outras	798.422
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	276.374
	Total do Capítulo Económico 06:	3.479.168
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	
07010301	Publicações - Centro Cultural	718

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		<small>€</small>
07030104	Bairro 36 Fogos - Bairro dos Navegantes (MG)	9.752
07030105	Bairro 48 Fogos - Bairro Caminhos de Ferro (VRSA)	27.651
07030106	Bairro Operário (VRSA)	183
07030107	Bairro C.P. (VRSA)	2.769
07030108	Bairro 160 Fogos (VRSA)	69.450
07030109	Bairro da Caixa de Previdência (VRSA)	8.653
07030110	Outras rendas em Bairros Sociais	3.732
07030111	Bairro Sto António (rotunda Praça Touros)	60.600
07030112	Bairro Avenida Catalunha	60.600
07030199	Outras rendas de habitação	4.373
070302	Edifícios	
07030201	Mercado VRSA	74.941
07030202	Mercado Monte Gordo	12.658
07030203	Mercado VNCacela	7.904
07030299	Outras rendas de edifícios	9.090
070399	Outras	
07039902	Outras Receitas de Vendas e Serviços	626.647
07039903	Concessão parques estacionamento	111.807
	Total do Capítulo Económico 07:	5.140.202
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019999	Diversas	19.899.032
	Total do Capítulo Económico 08:	19.899.032
	Total das Receitas Correntes:	39.756.240
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	102.500
090110	Famílias	2.401
0902	Habitações	
090210	Famílias	8.797
	Total do Capítulo Económico 09:	113.699
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	166.837
10030199	Outras	240.000

A

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07010399	Outras Publicações e impressos	8.115
070108	Mercadorias	
07010801	Consumo de Agua	20.078
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011001	Sucata	20.258
07011099	Outros	101
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	5.237
070205	Actividades de saúde	101
070207	Alimentação e alojamento	47.185
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020803	Serviços culturais	
0702080302	Venda de Bilhetes de Espectáculos	1.541
0702080399	Outros	57
07020804	Serviços desportivos	1.981
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	
0702090101	Recolha e tratamento	661
07020902	Resíduos sólidos	
0702090201	Recolha e tratamento	1.692.130
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes Escolares - Vinhetas	13.976
07020904	Trabalhos por conta de particulares	6.306
07020905	Cemitérios	97.182
07020906	Mercados e feiras	
0702090601	Feira da Praia VRSA	211.418
0702090602	Festa de Monte Gordo	33.472
07020908	Parques de campismo	
0702090801	Visitas e Ténis	6.930
0702090899	Outros de Parque de Campismo	1.830.917
070299	Outros	
07029999	Outros	148
0703	Rendas	
070301	Habitações	
07030101	Bairro 112 Fogos - Sítio do Encalhe (VRSA)	4.359
07030102	Bairro Manta Rota 32 Fogos	5.356
07030103	Bairro 72 Fogos - Bairro da Barquinha (VRSA)	41.164

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		<small>€</small>
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	471.414
	Total do Capítulo Económico 10:	878.251
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130199	Outras	180.000
	Total do Capítulo Económico 13:	180.000
	Total das Receitas de Capital:	1.171.950
Total do Orçamento da Receita:		40.928.190

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
01	Administração Autárquica	
0101	Assembleia Municipal	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010204	Ajudas de custo	2.500
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021302	Outros	10.000
	Total do Capítulo Económico 01:	12.500
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020115	Prémios, condecorações e ofertas	100
0101 020118	Livros e documentação técnica	250
0101 020121	Outros bens	500
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020213	Deslocações e estadas	1.000
0101 020217	Publicidade	600
0101 020225	Outros serviços	
0101 02022503	Outros Serviços	200
	Total do Capítulo Económico 02:	2.650
	Total das Despesas Correntes:	15.150
	Total da Divisão Orgânica 0101:	15.150
0102	Câmara Municipal	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	134.000
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em Funções	3.263.992
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	47.766
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	584.137
0102 010111	Representação	53.737
0102 010113	Subsidio de refeição	497.561
0102 010114	Subsídio de férias e de Natal	688.624
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	99.512
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	124.390
0102 010204	Ajudas de custo	25.413
0102 010205	Abono para falhas	10.946

b

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		
0102 010210	Subsídio de trabalho nocturno	23.883
0102 010211	Subsídio de turno	51.746
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	7.961
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	9.952
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	236.264
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	32.341
0102 010304	Outras prestações familiares	20.898
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	421.847
0102 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	845.854
0102 0103050202	Segurança Social - Regime Geral	378.132
0102 01030503	Segurança social-Regime geral	3.000
0102 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	34.637
Total do Capítulo Económico 01:		7.596.693
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020101	Matérias-primas e subsidiárias	3.030
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	45.930
0102 02010202	Gasóleo	198.035
0102 02010299	Outros	132.175
0102 020104	Limpeza e higiene	15.619
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	20.286
0102 020108	Material de escritório	86.111
0102 020110	Produtos vendidos nas farmácias	354
0102 020112	Material de transporte-Peças	54.844
0102 020114	Outro material-Peças	9.065
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	2.909
0102 020117	Ferramentas e utensílios	13.627
0102 020118	Livros e documentação técnica	9.657
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	50
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	80.703
0102 020121	Outros bens	782.729

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	1.934.064
0102 020202	Limpeza e higiene	2.276.648
0102 020203	Conservação de bens	324.527
0102 020204	Locação de edifícios	1.948.258
0102 020205	Locação de material de informática	11.536
0102 020209	Comunicações	206.023
0102 020210	Transportes	282.662
0102 020212	Seguros	125.216
0102 020213	Deslocações e estadas	89.887
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	848.587
0102 020215	Formação	1.902
0102 020216	Seminários, exposições e similares	1.069.710
0102 020217	Publicidade	115.398
0102 020218	Vigilância e segurança	26.413
0102 020219	Assistência técnica	136.908
0102 020220	Outros trabalhos especializados	396.786
0102 020222	Serviços de saúde	225.242
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	236.084
0102 020225	Outros serviços	
0102 02022503	Outros Serviços	612.479
Total do Capítulo Económico 02:		12.323.451
0102 03	Juros e outros encargos	
0102 0301	Juros da dívida pública	
0102 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0102 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
0102 0301030201	PRF-plano de reequilíbrio financeiro	992.512
0102 0301030299	Emp. M/ L prazo - outros	59.900
0102 030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
0102 03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	
0102 0301050201	PAEL-Programa de apoio à economia local	701.559
0102 0301050299	Outros	273.487
0102 0303	Juros de locação financeira	
0102 030303	Edifícios	2.727
0102 0305	Outros juros	
0102 030502	Outros	4.202.325
Total do Capítulo Económico 03:		6.232.510

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 04	Transferências correntes	
0102 0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 040101	Públicas	
0102 04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	3.118.897
0102 0405	Administração local	
0102 040501	Continente	
0102 04050102	Freguesias	135.935
0102 04050104	Associações de municípios	215.823
0102 04050106	Regiões de turismo	1.000
0102 04050108	Outros	28.724
0102 0406	Segurança social	
0102 040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	462.490
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	1.154.738
0102 0408	Famílias	
0102 040802	Outras	331.196
0102 0409	Resto do mundo	
0102 040903	Países terceiros e organizações internacionais	18.450
Total do Capítulo Económico 04:		5.467.253
0102 06	Outras despesas correntes	
0102 0602	Diversas	
0102 060201	Impostos e taxas	385.848
0102 060203	Outras	
0102 06020301	Outras restituições	27.582
0102 06020302	IVA pago	110.907
0102 06020304	Serviços bancários	105.521
0102 06020305	Outras	178.090
Total do Capítulo Económico 06:		807.948
Total das Despesas Correntes:		32.427.855
0102 07	Aquisição de bens de capital	
0102 0701	Investimentos	
0102 070101	Terrenos	52.562
0102 070102	Habitações	
0102 07010203	Reparação e beneficiação	10.285
0102 070103	Edifícios	
0102 07010307	Outros	2.330
0102 070104	Construções diversas	

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
0102 07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	332.793
0102 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	1.042
0102 07010405	Parques e jardins	1.395
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas	550
0102 07010410	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	2.275
0102 070107	Equipamento de informática	15.177
0102 070108	Software informático	10.947
0102 070110	Equipamento básico	
0102 07011001	Equipamento de recolha de resíduos	236
0102 07011002	Outro	267
0102 070113	Investimentos incorpóreos	18.491
0102 0702	Locação financeira	
0102 070203	Edifícios	180.907
0102 0703	Bens de domínio público	
0102 070303	Outras construções e infraestruturas	
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	108.224
0102 07030304	Iluminação pública	17.966
0102 07030312	Cemitérios	265.337
0102 070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	5.000
	Total do Capítulo Económico 07:	1.025.783
0102 08	Transferências de capital	
0102 0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 080101	Públicas	
0102 08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	2.100.000
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	209.358
	Total do Capítulo Económico 08:	2.309.358
0102 09	Activos financeiros	
0102 0908	Unidades de participação	
0102 090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	116.743
	Total do Capítulo Económico 09:	116.743
0102 10	Passivos financeiros	
0102 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0102 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	2.382.446
0102 100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	1.222.808
	Total do Capítulo Económico 10:	3.605.254
0102 11	Outras despesas de capital	

Município de Vila Real de Santo António

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 1102	Diversas	
0102 110299	Outras	1.428.047
Total do Capítulo Económico 11:		1.428.047
Total das Despesas de Capital:		8.485.185
Total da Divisão Orgânica 0102:		40.913.040
Total do Capítulo Orgânico 01:		40.928.190
Total do Orçamento da Despesa:		40.928.190

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

1

Resumo da Despesa por Classificação Orgânica

X

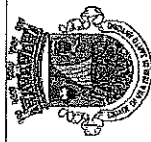
Município de Vila Real de Santo António
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2016)

Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
0101 Assembleia Municipal	15.150,00	0,00	15.150,00
0102 Câmara Municipal	32.427.854,74	8.485.184,95	40.913.039,69
Total Geral:	32.443.004,74	8.485.184,95	40.928.189,69

7

Grandes Opções do Plano (GOP)

1. Objetivo 2. Justificativa 3. Impacto 4. Benefícios 5. Riscos 6. Conclusão



Município de Vila Real de Santo António

GOP - Grandes Opções do Plano para 2016

O b j e t o	P r o j e t o A n o	P r o j e t o N º	Aq. Sub ac.	Designação	Classif. Org. Económica		Fim de Real	% de Fonte Financiam.			Resp. (Mês/Ano)	Fases de Exec.		Realizado (a)	Ano Corrente 2016				Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	Anos Seguintes			Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e) +(f)+(g)+(h)
					Orig.	Económica		AC	AA	FC		Início	Fim		2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	2020 e Seg. (h)							
1	1	111		Funções Gerais											207.157	207.157		154.450	58.050	26.250	105.000			550.907	
1	1	111	05/8	Administração Geral											207.157	207.157		154.450	58.050	26.250	105.000			550.907	
1	1	111	05/24	Aquisição de terrenos	0102 070101	O				3	01/05	12/23			26.250	26.250		26.250	26.250	26.250	105.000			210.000	
1	1	111	06/5012	Operação de leasing imobiliário	0102 070203	O				3	01/05	12/18			53.707	53.707		1.000						54.707	
1	1	111	06/5012	Aquisição de Edifício											127.200	127.200		127.200	31.800					286.200	
1	1	111	06/5012	Câmara Municipal- Instalações provisórias	0102 070203	O				3	01/06	12/18			127.200	127.200		127.200	31.800					286.200	
2	2	242		Funções Sociais											90.063	90.063		3.000						93.063	
2	2	242		Ordenamento do Território											55.063	55.063		1.000						56.063	
2	2	242	14/1	Execução de Trabalhos de Requalificação Urbana PASSO A PASSO	0102 07030301	E				7	01/14	12/18			55.063	55.063		1.000						56.063	
2	2	246		Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza											30.000	30.000		1.000						31.000	
2	2	246	12/10	Cemitério											30.000	30.000		1.000						31.000	
2	2	246	12/10	Construção de catacumbas/ossários/wc	0102 07030312	O				4	01/12	12/18			30.000	30.000		1.000						31.000	
2	2	251		Cultura											5.000	5.000		1.000						6.000	
2	2	251	13/2	Biblioteca - fundo documental	0102 070305	O				1	01/13	12/18			5.000	5.000		1.000						6.000	
3	3	320		Funções Económicas											5.000	5.000		1.000						6.000	
3	3	320		Indústria e Energia											5.000	5.000		1.000						6.000	
3	3	320	14/2	Iluminação pública- Conservação/Ampliação de rede	0102 07030304	E				7	01/14	12/18			5.000	5.000		1.000						6.000	
4	4	410		Outras Funções										116.743	17.644.926	17.644.926		116.743	116.743	116.743	233.484			18.345.382	
4	4	410		Outras Funções											17.528.183	17.528.183								17.528.183	
4	4	410	11/1	Outras Funções - Outras											17.528.183	17.528.183								17.528.183	
4	4	410	11/1	Material de escritório	0102 020108	O				3	01/11	12/18			62.252	62.252								62.252	
4	4	410	11/1	Outros bens	0102 020121	O				3	01/11	12/18			552.326	552.326								552.326	
4	4	410	11/1	Encargos com instalações	0102 020201	O				3	01/11	12/18			860.500	860.500								860.500	
4	4	410	11/1	Serviços de limpeza	0102 020202	O				3	01/11	12/18			1.698.048	1.698.048								1.698.048	
4	4	410	11/1	Comunicações	0102 020209	O				3	01/11	12/18			92.019	92.019								92.019	
4	4	410	11/1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102 020214	O				3	01/11	12/18			472.187	472.187								472.187	
4	4	410	11/1	Seminários e similares	0102 020216	O				3	01/11	12/18			572.710	572.710								572.710	
4	4	410	11/1	Assistência técnica	0102 020219	O				3	01/11	12/18			79.213	79.213								79.213	
4	4	410	11/1	Trabalhos especializados	0102 020220	O				3	01/11	12/18			208.760	208.760								208.760	
4	4	410	11/1	Outros serviços	0102 02022503	O				3	01/11	12/18			415.641	415.641								415.641	
4	4	410	11/1	Transferências correntes para empresas municipais	0102 04010101	O				3	01/11	12/18			2.118.897	2.118.897								2.118.897	
4	4	410	11/1	Reparação de habitações	0102 07010203	O				3	01/11	12/18			10.285	10.285								10.285	
4	4	410	11/1	Construção de viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07010401	O				3	01/11	12/18			332.793	332.793								332.793	
4	4	410	11/1	Construção de sistemas de drenagem de águas residuais	0102 07010402	O				3	01/11	12/18			1.042	1.042								1.042	
4	4	410	11/1	Construção de parques e jardins	0102 07010405	O				3	01/11	12/18			1.395	1.395								1.395	



Município de Vila Real de Santo António

GOP - Grandes Opções do Plano para 2016

O b j e t o	P r o j e t o A n o/Nº	Ac. Sub ac.	Designação	Classif.		Frm de Financiam. Real	% de Fonte		Rasp (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2016		Anos Seguintes				Total Previsto (f)=(a)+(b)+(e) +(f)+(g)+(h)
				Org. Económica	Real		AA	FC				Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	
4	410 11/1	21	Investimento em equipamento informático	0102	070107	0			3	01/11	12/18	15.177	15.177					15.177
4	410 11/1	22	Investimento em software	0102	070108	0			3	01/11	12/18	10.947	10.947					10.947
4	410 11/1	24	Investimentos incorpórios	0102	070113	0			3	01/11	12/18	18.491	18.491					18.491
4	410 11/1	28	Investimentos - terrenos	0102	070101	0			3	01/11	12/18	26.312	26.312					26.312
4	410 11/1	33	Equipamento básico - outro	0102	07011002	0			3	01/11	12/18	267	267					267
4	410 11/1	34	Matérias-primas e subsidiárias	0102	020101	0			3	01/11	12/18	2.530	2.530					2.530
4	410 11/1	37	Investimentos-edifícios-outros	0102	07010307	0			3	01/11	12/18	2.330	2.330					2.330
4	410 11/1	39	equipamento de recolha de resíduos	0102	07011001	0			3	01/11	12/18	236	236					236
4	410 11/1	40	Construções diversas-instalações desportivas e recreativas	0102	07010406	0			3	01/11	12/18	550	550					550
4	410 11/1	41	Instalações sem fins lucrativos	0102	040701	0			3	01/11	12/11	468.863	468.863					468.863
4	410 11/1	45	Famílias - outras	0102	040802	0			3	01/11	12/18	64.697	64.697					64.697
4	410 11/1	46	Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	0102	07010410	0			3	01/11	12/18	2.275	2.275					2.275
4	410 11/1	51	Instalações sem fins lucrativos	0102	080701	0			3	01/11	12/18	164.512	164.512					164.512
4	410 11/1	54	Outras despesas de capital	0102	110299	0			3	01/11	12/18	1.428.047	1.428.047					1.428.047
4	410 11/1	57	encargos com a saúde	0102	010301	0			3	01/11	12/18	101.877	101.877					101.877
4	410 11/1	58	Assistência na doença dos funcionários públicos	0102	01030501	0			3	01/11	12/18	207.635	207.635					207.635
4	410 11/1	59	caixa geral de aposentações	0102	0103050201	0			3	01/11	12/18	303.556	303.556					303.556
4	410 11/1	60	Segurança social - regime geral	0102	0103050202	0			3	01/11	12/18	106.825	106.825					106.825
4	410 11/1	62	Gasolina	0102	02010201	0			3	01/11	12/18	3.630	3.630					3.630
4	410 11/1	63	Gasóleo	0102	02010202	0			3	01/11	12/18	59.001	59.001					59.001
4	410 11/1	64	Outros combustíveis e lubrificantes	0102	02010299	0			3	01/11	12/18	62.659	62.659					62.659
4	410 11/1	65	Limpeza e higiene	0102	020104	0			3	01/11	12/18	15.619	15.619					15.619
4	410 11/1	66	Vestuário e artigos pessoais	0102	020107	0			3	01/11	12/18	20.036	20.036					20.036
4	410 11/1	67	Produtos vendidos nas farmácias	0102	020110	0			3	01/11	12/18	129	129					129
4	410 11/1	68	Material de transporte-peças	0102	020112	0			3	01/11	12/18	30.144	30.144					30.144
4	410 11/1	69	Couro material-peças	0102	020114	0			3	01/11	12/18	6.065	6.065					6.065
4	410 11/1	70	Prémios, condecorações e ofertas	0102	020115	0			3	01/11	12/18	2.409	2.409					2.409
4	410 11/1	72	Ferramentas e utensílios	0102	020117	0			3	01/11	12/18	13.238	13.238					13.238
4	410 11/1	73	Livros e documentação técnica	0102	020118	0			3	01/11	12/18	6.940	6.940					6.940
4	410 11/1	74	Artigos honoríficos e de decoração	0102	020119	0			3	01/11	12/18	50	50					50
4	410 11/1	75	Material de educação, cultura e recreio	0102	020120	0			3	01/11	12/18	51.948	51.948					51.948
4	410 11/1	76	Conservação de bens	0102	020203	0			3	01/11	12/18	284.233	284.233					284.233
4	410 11/1	77	Locação de edifícios	0102	020204	0			3	01/11	12/18	974.349	974.349					974.349
4	410 11/1	78	Locação de material de informática	0102	020205	0			3	01/11	12/18	11.536	11.536					11.536
4	410 11/1	80	Transportes	0102	020210	0			3	01/11	12/18	185.662	185.662					185.662
4	410 11/1	81	Seguros	0102	020212	0			3	01/11	12/18	86.193	86.193					86.193



Município de Vila Real de Santo António

GOP - Grandes Opções do Plano para 2016

O b j e t o	P r o j e t o A n o	Aq. Sub ac.	Designação	Classif. Orçamental	Fim de Real	% de Fonte de Financiam.	Resp	Datas (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2016				Anos Seguintes		Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e) +(f)+(g)+(h)
											Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	2020 e Seg. (h)
4	410 11/1	82	Deslocações e estadas	0102 020213	O	0	3	01/11 12/18		73.742	73.742	902					73.742
4	410 11/1	83	Formação	0102 020215	O	0	3	01/11 12/18		902	902						902
4	410 11/1	84	Publicidade	0102 020217	O	0	3	01/11 12/18		17.398	17.398						17.398
4	410 11/1	85	Vigilância e segurança	0102 020218	O	0	3	01/11 12/18		13.962	13.962						13.962
4	410 11/1	86	Serviços de saúde	0102 020222	O	0	3	01/11 12/18		78.513	78.513						78.513
4	410 11/1	88	Empréstimos de M/L prazo - outros	0102 0301030259	O	0	3	01/11 12/18		50	50						50
4	410 11/1	90	Outros juros	0102 030502	O	0	3	01/11 12/18		4.001.514	4.001.514						4.001.514
4	410 11/1	91	Associações de municípios	0102 04050104	O	0	3	01/11 12/18		141.823	141.823						141.823
4	410 11/1	93	Outras transferências correntes	0102 04050108	O	0	3	01/11 12/18		28.044	28.044						28.044
4	410 11/1	94	Sistemas de solidariedade e segurança social	0102 040601	O	0	3	01/11 12/18		273.720	273.720						273.720
4	410 11/1	96	Países terceiros e organizações internacionais	0102 040903	O	0	3	01/11 12/18		2.850	2.850						2.850
4	410 11/1	97	Impostos e taxas	0102 060201	O	0	3	01/11 12/18		156.114	156.114						156.114
4	410 11/1	98	Outras restituições	0102 06020301	O	0	3	01/11 12/18		13.509	13.509						13.509
4	410 11/1	99	Serviços bancários	0102 06020304	O	0	3	01/11 12/18		1.530	1.530						1.530
4	410 11/1	100	Outras restituições - outras	0102 06020305	O	0	3	01/11 12/18		173.284	173.284						173.284
4	410 11/1	101	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0102 010306	O	0	3	01/11 12/18		7.519	7.519						7.519
4	410 11/1	103	Outras construções e infraestruturas-cemitérios	0102 07030312	O	0	3	01/14 12/18		235.337	235.337						235.337
4	410 11/1	105	Freguesias	0102 04050102	O	0	3	01/11 12/18		23.535	23.535						23.535
4	410 11/1	106	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O	0	3	01/11 12/18		53.162	53.162						53.162
4	410 11/1	107	Iluminação pública	0102 07030304	O	0	3	01/11 12/18		12.966	12.966						12.966
4	410 11/1	109	Juros de locação financeira-edifícios	0102 030303	O	0	3	01/11 12/11		1.677	1.677						1.677
4	420		Transferências entre administrações							116.743	116.743			116.743	116.743		817.199
4	420 15/2		Realização do capital social do FAM-Fundo de Apoio Municipal	0102 090802	A	3	01/15 12/21		116.743	116.743			116.743	116.743	116.743	233.484	817.199
Totais das GOP - Grandes Opções do Plano										116.743	17.947.150	17.947.150	d	275.193	174.793	142.993	338.484
																	18.995.356

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

12

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)



Município de Vila Real de Santo António

PPI - Plano Plurianual de Investimentos para 2016

O b j e t o	P r o j e t o A n o/Nº	Aç.	Sub ac.	Designação	Classif. Org. Org. Económica	Firm de Financiam. Real	% de Fonte de Financiam.			Resp	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2016				Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	Anos Seguintes			Total Previsto (f)=(a)+(b)+(c) +(f)+(g)+(h)
							AC	AA	FC		Início	Fim			2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	2020 e Seg. (h)							
1				Funções Gerais											207.157	207.157		154.450	58.050	26.250	105.000				550.907
1	111			Administração Geral											207.157	207.157		154.450	58.050	26.250	105.000				550.907
1	111 05/8			Aquisição de terrenos	0102 070101	O			3	01/05	12/23				26.250	26.250		26.250	26.250	26.250	105.000				210.000
1	111 05/24			Operação de leasing imobiliário	0102 070203	O			3	01/05	12/18				53.707	53.707		1.000							54.707
1	111 06/5012			Aquisição de Edifício											127.200	127.200		127.200	31.800						286.200
1	111 06/5012	1		Câmara Municipal- Instalações provisórias	0102 070203	O			3	01/06	12/18				127.200	127.200		127.200	31.800						286.200
2				Funções Sociais											90.063	90.063		3.000							93.063
2	242			Ordenamento do Território											55.063	55.063		1.000							56.063
2	242 14/1			Execução de Trabalhos de Requalificação Urbana PASSO A PASSO	0102 07030301	E			7	01/14	12/18				55.063	55.063		1.000							56.063
2	246			Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza											30.000	30.000		1.000							31.000
2	246 12/10			Cemitério											30.000	30.000		1.000							31.000
2	246 12/10	9		Construção de catacumbas/ossários/wc	0102 07030312	O			4	01/12	12/18				30.000	30.000		1.000							31.000
2	251			Cultura											5.000	5.000		1.000							6.000
2	251 13/2			Biblioteca - fundo documental	0102 070305	O			1	01/13	12/18				5.000	5.000		1.000							6.000
3				Funções Económicas											5.000	5.000		1.000							6.000
3	320			Indústria e Energia											5.000	5.000		1.000							6.000
3	320 14/2			Iluminação pública- Conservação/Ampliação de rede	0102 07030304	E			7	01/14	12/18				5.000	5.000		1.000							6.000
4				Outras Funções										116.743	840.306	840.306		116.743	116.743		233.484				1.540.762
4	410			Outras Funções											723.563	723.563									723.563
4	410 11/1			Outras Funções - Outras											723.563	723.563									723.563
4	410 11/1	15		Reparação de habitações	0102 07010203	O			3	01/11	12/18				10.285	10.285									10.285
4	410 11/1	17		Construção de viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07010401	O			3	01/11	12/18				332.793	332.793									332.793
4	410 11/1	18		Construção de sistemas de drenagem de águas residuais	0102 07010402	O			3	01/11	12/18				1.042	1.042									1.042
4	410 11/1	19		Construção de parques e jardins	0102 07010405	O			3	01/11	12/18				1.395	1.395									1.395
4	410 11/1	21		Investimento em equipamento informático	0102 070107	O			3	01/11	12/18				15.177	15.177									15.177
4	410 11/1	22		Investimento em software	0102 070108	O			3	01/11	12/18				10.947	10.947									10.947
4	410 11/1	24		Investimentos incorporados	0102 070113	O			3	01/11	12/18				18.491	18.491									18.491
4	410 11/1	28		Investimentos - terrenos	0102 070101	O			3	01/11	12/18				26.312	26.312									26.312
4	410 11/1	33		Equipamento básico - outro	0102 07011002	O			3	01/11	12/18				267	267									267
4	410 11/1	37		Investimentos-edifícios-outros	0102 07010307	O			3	01/11	12/18				2.330	2.330									2.330
4	410 11/1	39		Equipamento de recolha de resíduos	0102 07011001	O			3	01/11	12/18				236	236									236
4	410 11/1	40		Construções diversas-instalações desportivas e recreativas	0102 07010406	O			3	01/11	12/18				550	550									550
4	410 11/1	46		Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	0102 07010410	O			3	01/11	12/18				2.275	2.275									2.275
4	410 11/1	103		Outras construções e infraestruturas-cemitérios	0102 07030312	O			3	01/14	12/18				235.337	235.337									235.337
4	410 11/1	106		Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O			3	01/11	12/18				53.162	53.162									53.162



Município de Vila Real de Santo António

PPI - Plano Plurianual de Investimentos para 2016

O b j e t o	P r o j e t o A n o/Nº	Ag. Sub ac.	Designação	Classif. Orgam. Económica	Fm de Financiam. Real	% de Fonte de Financiam. AC AA FC	Resp (Mês/Ano) Início Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2016		Anos Seguintes				Total Previsto (f)=(a)+(b)+(e) +(f)+(g)+(h)	
										Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		2020 e Seg. (h)
4	410 11/1	107	Iluminação pública	0102 07030304	O		3	01/11 12/18		12.986	12.986						12.986
4	420		Transferências entre administrações						116.743	116.743	116.743	116.743	116.743	116.743	233.484	817.199	
4	420 15/2		Realização do capital social do FAM-Fundo de Apoio Municipal	0102 090802	A		3	01/15 12/21	116.743	116.743	116.743	116.743	116.743	116.743	233.484	817.199	
Totais do PPI - Plano Plurianual de Investimentos									116.743	1.142.528	1.142.528	0	275.193	174.793	142.993	338.484	2.190.794

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____

Handwritten mark or signature.

Actividades Mais Relevantes (AMR)

Table header row with 10 columns: 1. Empty, 2. Empty, 3. Empty, 4. Empty, 5. Empty, 6. Empty, 7. Empty, 8. Empty, 9. Empty, 10. Empty.



Município de Vila Real de Santo António

AMR - Atividades Mais Relevantes para 2016

O b j e	P r o j e t o A n o/N º	A c. S ub a c.	Designação	Classif. Orçamental	Fm de Real	% de Fonte Financiam.			Resp	Datas (Mês/Ano) Início Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2016				Anos Seguintes			Total Previsto (h)=(a)+(b)+(e) +(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC					Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	2020 e Seg. (h)	
4			Outras Funções										16.804.619	16.804.619						16.804.619
4	410		Outras Funções										16.804.619	16.804.619						16.804.619
4	410 11/1	3	Outras Funções - Outras										16.804.619	16.804.619						16.804.619
4	410 11/1	3	Material de escritório	0102 020108	O				3	01/11 12/18			52.252	52.252						52.252
4	410 11/1	4	Outros bens	0102 020121	O				3	01/11 12/18			552.326	552.326						552.326
4	410 11/1	5	Encargos com instalações	0102 020201	O				3	01/11 12/18			860.500	860.500						860.500
4	410 11/1	6	Serviços de limpeza	0102 020202	O				3	01/11 12/18			1.698.048	1.698.048						1.698.048
4	410 11/1	7	Comunicações	0102 020209	O				3	01/11 12/18			92.019	92.019						92.019
4	410 11/1	8	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102 020214	O				3	01/11 12/18			472.187	472.187						472.187
4	410 11/1	9	Seminários e similares	0102 020216	O				3	01/11 12/18			572.710	572.710						572.710
4	410 11/1	10	Assistência técnica	0102 020219	O				3	01/11 12/18			79.213	79.213						79.213
4	410 11/1	11	Trabalhos especializados	0102 020220	O				3	01/11 12/18			208.760	208.760						208.760
4	410 11/1	12	Outros serviços	0102 02022503	O				3	01/11 12/18			415.641	415.641						415.641
4	410 11/1	13	Transferências correntes para empresas municipais	0102 04010101	O				3	01/11 12/18			2.118.897	2.118.897						2.118.897
4	410 11/1	34	Matérias-primas e subsidiárias	0102 020101	O				3	01/11 12/18			2.530	2.530						2.530
4	410 11/1	41	Instituições sem fins lucrativos	0102 040701	O				3	01/11 12/11			468.863	468.863						468.863
4	410 11/1	45	Famílias - outras	0102 040802	O				3	01/11 12/18			64.697	64.697						64.697
4	410 11/1	51	Instituições sem fins lucrativos	0102 080701	O				3	01/11 12/18			184.512	184.512						184.512
4	410 11/1	54	Outras despesas de capital	0102 110299	O				3	01/11 12/18			1.428.047	1.428.047						1.428.047
4	410 11/1	57	encargos com a saúde	0102 010301	O				3	01/11 12/18			101.877	101.877						101.877
4	410 11/1	58	Assistência na doença dos funcionários públicos	0102 01030501	O				3	01/11 12/18			207.635	207.635						207.635
4	410 11/1	59	caixa geral de aposentações	0102 0103050201	O				3	01/11 12/18			303.556	303.556						303.556
4	410 11/1	60	Segurança social - regime geral	0102 0103050202	O				3	01/11 12/18			106.825	106.825						106.825
4	410 11/1	62	Gasolina	0102 02010201	O				3	01/11 12/18			3.630	3.630						3.630
4	410 11/1	63	Gasóleo	0102 02010202	O				3	01/11 12/18			59.001	59.001						59.001
4	410 11/1	64	Outros combustíveis e lubrificantes	0102 02010299	O				3	01/11 12/18			62.659	62.659						62.659
4	410 11/1	65	Limpeza e higiene	0102 020104	O				3	01/11 12/18			15.619	15.619						15.619
4	410 11/1	66	Vestuário e artigos pessoais	0102 020107	O				3	01/11 12/18			20.036	20.036						20.036
4	410 11/1	67	Produtos vendidos nas farmácias	0102 020110	O				3	01/11 12/18			129	129						129
4	410 11/1	68	Material de transporte-peças	0102 020112	O				3	01/11 12/18			30.144	30.144						30.144
4	410 11/1	69	Outro material-peças	0102 020114	O				3	01/11 12/18			6.065	6.065						6.065
4	410 11/1	70	Prémios, condecorações e ofertas	0102 020115	O				3	01/11 12/18			2.409	2.409						2.409
4	410 11/1	72	Ferramentas e utensílios	0102 020117	O				3	01/11 12/18			13.238	13.238						13.238
4	410 11/1	73	Livros e documentação técnica	0102 020118	O				3	01/11 12/18			6.940	6.940						6.940
4	410 11/1	74	Artigos honoríficos e de decoração	0102 020119	O				3	01/11 12/18			50	50						50
4	410 11/1	75	Material de educação, cultura e recreio	0102 020120	O				3	01/11 12/18			51.948	51.948						51.948
4	410 11/1	76	Conservação de bens	0102 020203	O				3	01/11 12/18			284.233	284.233						284.233



Município de Vila Real de Santo António

AMR - Atividades Mais Relevantes para 2016

O b j e t o	P r o j e t o /Ano/Nº	Ac. Sub ac.	Designação	Classif.		Fm de Financiam.			Resp (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2016					Anos Seguintes		Total Previsto (f)=(a)+(b)+(e) +(f)+(g)+(h)
				Org.	Económica	Real	AC	AA	FC			Total (b) = (c) + (d)	Financiam. Definido (c)	Financ. Não Definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	2020 e Seg. (h)	
4	410 11/1	77	Locação de edifícios	0102	020204	0				3	01/11 12/18	974.349	974.349						974.349
4	410 11/1	78	Locação de material de informática	0102	020205	0				3	01/11 12/18	11.536	11.536						11.536
4	410 11/1	80	Transportes	0102	020210	0				3	01/11 12/18	185.662	185.662						185.662
4	410 11/1	81	Seguros	0102	020212	0				3	01/11 12/18	86.193	86.193						86.193
4	410 11/1	82	Deslocações e estadas	0102	020213	0				3	01/11 12/18	73.742	73.742						73.742
4	410 11/1	83	Formação	0102	020215	0				3	01/11 12/18	902	902						902
4	410 11/1	84	Publicidade	0102	020217	0				3	01/11 12/18	17.398	17.398						17.398
4	410 11/1	85	Vigilância e segurança	0102	020218	0				3	01/11 12/18	13.962	13.962						13.962
4	410 11/1	86	Serviços de saúde	0102	020222	0				3	01/11 12/18	78.513	78.513						78.513
4	410 11/1	88	Empréstimos de ML prazo - outros	0102	0301030299	0				3	01/11 12/18	50	50						50
4	410 11/1	90	Outros juros	0102	030502	0				3	01/11 12/18	4.001.514	4.001.514						4.001.514
4	410 11/1	91	Associações de municípios	0102	04050104	0				3	01/11 12/18	141.823	141.823						141.823
4	410 11/1	93	Outras transferências correntes	0102	04050108	0				3	01/11 12/18	28.044	28.044						28.044
4	410 11/1	94	Sistemas de solidariedade e segurança social	0102	040903	0				3	01/11 12/18	273.720	273.720						273.720
4	410 11/1	96	Países terceiros e organizações internacionais	0102	060201	0				3	01/11 12/18	2.850	2.850						2.850
4	410 11/1	97	Impostos e taxas	0102	06020301	0				3	01/11 12/18	156.114	156.114						156.114
4	410 11/1	98	Outras restituições	0102	06020304	0				3	01/11 12/18	13.509	13.509						13.509
4	410 11/1	99	Serviços bancários	0102	06020305	0				3	01/11 12/18	173.284	173.284						173.284
4	410 11/1	100	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0102	010306	0				3	01/11 12/18	7.519	7.519						7.519
4	410 11/1	105	Freguesias	0102	04050102	0				3	01/11 12/18	23.535	23.535						23.535
4	410 11/1	109	Juros de locação financeira-edifícios	0102	030303	0				3	01/11 12/11	1.677	1.677						1.677
Totais das AMR - Atividades Mais Relevantes												0	16.804.622	16.804.622	0	0	0	0	16.804.622

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____

W

Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2016-2019

2016 2017 2018 2019

Quadro Plurianual de Programação Orçamental
2016-2019

Município de Vila Real de Santo António

Descrição	2016	2017	2018	2019
Receitas correntes	39.756.240 €	20.372.600 €	19.710.393 €	19.471.258 €
Receitas próprias	36.277.073 €	16.864.414 €	16.172.897 €	15.904.160 €
Transferências Estado	3.479.168 €	3.508.186 €	3.537.495 €	3.567.097 €
Receitas de capital	1.171.950 €	4.409.626 €	2.773.751 €	1.775.453 €
Receitas próprias	293.699 €	3.834.996 €	2.250.000 €	1.250.000 €
Transferências Estado	878.251 €	574.630 €	523.751 €	525.453 €
Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €
Total receita	40.928.190 €	24.782.226 €	22.484.143 €	21.246.710 €
Despesas correntes	32.443.005 €	17.401.087 €	16.844.563 €	15.965.033 €
Despesas com o pessoal	7.609.193 €	7.281.207 €	7.214.720 €	7.122.302 €
Aquisição de bens e serviços	12.326.101 €	5.285.882 €	5.265.355 €	5.248.495 €
Juros e outros encargos	6.232.510 €	2.406.764 €	2.299.694 €	1.991.456 €
Transferências correntes	5.467.253 €	1.953.558 €	1.597.417 €	1.141.415 €
Outras despesas correntes	807.948 €	473.675 €	467.377 €	461.365 €
Despesas de capital	8.485.185 €	4.061.214 €	4.035.345 €	3.969.721 €
Aquisição de bens de capital	1.025.783 €	345.537 €	317.171 €	248.989 €
Transferências de capital	2.309.358 €	44.846 €	44.846 €	44.846 €
Activos financeiros	116.743 €	116.743 €	116.743 €	116.743 €
Passivos financeiros	3.605.254 €	3.554.088 €	3.556.585 €	3.559.143 €
Outras despesas de capital	1.428.047 €	- €	- €	- €
Total despesa	40.928.190 €	21.462.301 €	20.879.909 €	19.934.754 €
Saldo corrente	7.313.235 €	2.971.513 €	2.865.829 €	3.506.225 €
Saldo capital	7.313.235 €	348.412 €	1.261.595 €	2.194.269 €
Saldo Receita-Despesa	- €	3.319.925 €	1.604.235 €	1.311.956 €

10

ANEXOS:

**Plano de Atividades e Orçamento de 2016 da VRSA,
Sociedade de Gestão Urbana, E.M. SA**



Handwritten signature and initials.

Plano de Atividades e Orçamento 2016



Vila Real de Santo António, 30 de setembro de 2015

Handwritten signature and initials

Conteúdo

Sumário Executivo.....	4
1 - Plano de Atividades.....	6
2 - Unidades Orgânicas.....	6
2.1 - Unidade de Ambiente.....	6
Missão.....	6
Visão.....	7
Política de Qualidade.....	7
Estratégia e Principais Objetivos.....	7
a) Exploração, man. e conservação das atuais infra-estruturas e equipamentos.....	7
b) Valorização de competências e Segurança dos Recursos Humanos	8
c) Novas Tecnologias da Informação.....	8
d) Eficiência Energética	8
Objetivos Estratégicos	8
O plano de Investimentos.....	10
Investimentos na área de Abastecimento de Água.....	10
Investimentos na área de Águas Residuais	10
2.2 - Unidade de Território	6
Missão.....	11
Visão.....	11
Política de Qualidade.....	12
Estratégia e Orientações Principais.....	12
2.2.1 - Centro Urbano de Vila Real de Santo António.....	12
2.2.2 - Parques de Estacionamento	13
Principais Objetivos	14
O plano de Investimentos.....	15
2.3 - Unidade Complexo Desportivo.....	6
Missão.....	15
Visão.....	16
Valores.....	16
Estratégia e Orientações Principais.....	16

Handwritten marks: a large 'D' and a checkmark.

Principais Objetivos	18
Plano de Investimentos.....	18
2.4 – Unidade PMOT's	19
Missão.....	19
Visão.....	19
Valores.....	19
Estratégia e Orientações Principais.....	19
Principais Objetivos	20
2.5 – Unidade Novos Projetos	20
Missão	20
Visão.....	20
Estratégia e Orientações Principais.....	21
Principais Objetivos	21
O plano de Investimentos.....	21
2.5.1-Valorização do Litoral – Concelho Vila Real de Santo António	21
2.5.2-Valorização da Frente Ribeirinha de Vila Real de Santo António	21
2.5.3-Valorização de imóveis e terrenos Municipais.....	22
3 - Atividades Internas	22
4 - Outras Referências.....	19
5.1 - O Investimento / Financiamento.....	24
5.2 - Orçamento de Exploração	25
5.3 - Demonstrações Financeiras Previsionais	26
Balanço Previsional.....	26
Demonstração de Resultados Previsional	27
Mapa Tesouraria Previsional.....	29
6 - Parecer do Fiscal Único	29

§ M

Sumário Executivo

O presente documento consiste no plano de atividades e orçamento para o orçamento do ano de 2016. Neste documento pretende espelhar-se as perspetivas futuras de cada unidade, tendo como referência o mandato que o acionista determina.

Neste plano são apresentados diversos investimentos, os quais visam, sobretudo, o melhoramento dos serviços prestados e a redução da despesa. É de salientar que nem todos os investimentos terão um retorno imediato mas, à semelhança do pretendido para o ano de 2015, todos estão norteados para o crescimento e o desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António, fomentando índices de qualidade de vida superiores.

Não sendo certo o rumo que a economia tomará, desde o seu nível micro até ao seu nível macro, deverão ser acautelados os devidos riscos quanto à capacidade de execução da proposta agora apresentada.

Para prestar um serviço de excelência, a VRSA SGU EM SA tem em especial atenção os seus colaboradores, os seus fornecedores e os seus clientes.

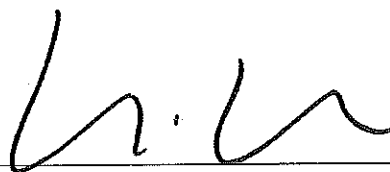
Quanto aos seus colaboradores, a exigência pretendida, em 2015, no que respeita à evolução das competências comportamentais e pessoais e à capacidade de resiliência perante as diversas situações que a empresa enfrentar, mantém-se para o ano de 2016. Do ponto de vista dos fornecedores a exigência mantém-se quanto ao cumprimento dos compromissos, mormente quanto aos prazos médios de pagamento e cumprimento de todas as etapas da contratação pública. Os nossos clientes, a razão da nossa existência, contarão com uma equipa disposta a surpreendê-los com serviços que sejam adequados à melhoria da sua qualidade de vida, por um justo valor.

Cabe então, à VRSA SGU EM SA, acreditando no caminho traçado, adequar as atividades desenvolvidas desde a sua origem à atualidade, considerando o novo paradigma de crescimento económico, quadro regulador dos municípios e do setor empresarial local e sobretudo à dinâmica socioeconómica dos nossos "clientes", os MUNICÍPIOS do concelho de VRSA.

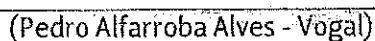
Deste modo, a administração da SGU, no estrito cumprimento dos seus Estatutos, vem por este meio apresentar o documento de referência estratégico para o ano 2016, ou seja, o Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

Vila Real de Santo António, 30 de setembro de 2015

O Conselho de Administração



(Luís Filipe Soromenho Gomes - Presidente)



(Pedro Alfarroba Alves - Vogal)



(Pedro Tiago Finote Pires - Vogal)

1 - Plano de Atividades

O objeto social da VRSA SGU EM SA, seguindo o disposto na lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, assenta em dois planos:

- I) Gestão de serviços de interesse geral;
- II) Promoção do desenvolvimento local e regional.

Estes planos materializam a ação desenvolvida pela empresa e direcionam a sua atuação para o futuro. Assim, a atividade da empresa atravessa os domínios do planeamento territorial através da promoção da revisão do PDM e da execução de Planos de Pormenor, mas passa, também, pelo licenciamento no urbano do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, pela gestão do Centro Comercial a Céu Aberto, gestão do estacionamento de viaturas ligeiras e autocaravanas e, ainda, pela gestão de ativos municipais (elemento diferenciador e inovador no que respeita à Gestão Pública Municipal), sendo exemplo o complexo desportivo, o sistema de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

Para o desenvolvimento das atividades que lhe estão cometidas, a VRSA SGU estrutura-se em cinco unidades orgânicas (áreas de negócio): a Unidade Ambiente, Unidade Território (onde se insere o Centro Urbano - Urbanismo Centro Histórico e o projeto do Centro Comercial a Céu Aberto; e os Parques de Estacionamento; Fiscalização), Unidade Complexo Desportivo, Unidade dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) e a Unidade dos Novos Projetos.

2 - Unidades Orgânicas

2.1 - Unidade de Ambiente

Missão

A Unidade Ambiente continua a assentar toda a atividade na reafirmação da sua missão, ou seja, na satisfação das necessidades de abastecimento de água e de saneamento básico do concelho de VRSA, promovendo a requalificação ambiental, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica e social.

[Handwritten signature and initials]

Visão

A unidade pretende ser reconhecida como parceiro de excelência no setor, cujo contributo para a melhoria das condições ambientais e da saúde pública é merecedor da confiança dos nossos clientes, do Município e da população em geral, assegurando um forte compromisso público de responsabilidade ambiental e social e garantindo um ambiente de trabalho de grande qualidade para os nossos colaboradores.

Política de Qualidade

Conscientes da evolução das necessidades e expectativas, não só dos consumidores e utentes como, também, dos trabalhadores e da empresa no seu todo, haverá uma orientação da atividade para a otimização de todos os recursos, redução dos custos, minimização das operações que não acrescentem valor e para o reforço das competências dos colaboradores.

Estratégia e Principais Objetivos

a) Exploração, manutenção e conservação das atuais infra-estruturas e equipamentos

Tendo bem presente o considerável número de infraestruturas existentes, antigas ou recém-construídas no âmbito do POVT, os especiais cuidados ao nível da manutenção, conservação e requalificação de equipamentos, torna-se imperativo dotar a unidade dos adequados recursos técnicos e humanos de forma a ser possível o cumprimento dos respetivos planos.

Uma das prioridades da unidade continua a ser, também, a execução de um plano transversal de ações de redução de fugas e perdas de água que passará pela definição de zonas de medição e controlo a partir do cadastro global de infraestruturas, ultimado com a inclusão das obras realizadas em 2015, combate a ligações clandestinas e substituição de contadores.

Continua a ser uma pretensão da unidade a implementação do plano de racionalização de consumos de energia ao que acresce a implementação de processos de produção de energia, de forma a serem obtidos ganhos ao nível da eficiência energética.

Persistirá a política de substituição sistemática dos contadores de água por aparelhos dotados de possibilidade de leitura remota, com ganhos ao nível da fiabilidade e rapidez de leitura, bem como ao nível da redução dos respetivos custos.

h M

b) Valorização de competências e Segurança dos Recursos Humanos

A unidade continuará a promover a qualificação dos seus colaboradores, estabelecendo planos de formação vocacionados para a melhoria das suas competências, acompanhando a evolução tecnológica e organizacional.

O desenvolvimento destas competências será simultaneamente agregado à criação de medidas que assegurem e preservem a segurança, higiene e saúde dos colaboradores.

Pretendendo criar uma cultura de mérito, a VRSA SGU EM SA está a implementar um sistema de avaliação de desempenho coerente com os objetivos fixados para cada processo de gestão.

c) Novas Tecnologias da Informação

A unidade continuará a implementar varias soluções tecnológicas disponíveis, sendo de maior destaque:

- Implementação do Balcão Digital.
- Georreferenciação de todos os contadores e caixas de ramal da rede de água e de saneamento.

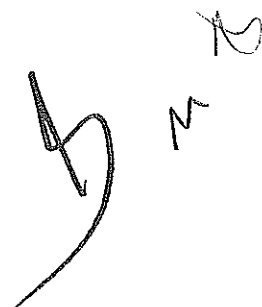
d) Eficiência Energética

Sendo o consumo energético uma variável bastante relevante na atividade da empresa, deverão continuar os esforços no sentido da otimização do consumo energético das diversas subunidades.

Pretende-se durante o ano de 2016 definir os trâmites e desenvolver obra para a produção de energia elétrica através de painéis solares a instalar nas coberturas dos novos reservatórios de água de Monte Gordo e de Vila Real de Santo António, razão porque os valores do capital próprio necessário para o efeito estão já consignados no plano de investimentos para esse ano.

Objetivos Estratégicos

1. Abastecimento de Água/ Saneamento de Águas Residuais
 - 1.1. Redução do número de avarias;
 - 1.2. Identificar e reparar perdas de água;
 - 1.3. Redução das Perdas de Água;



- 1.4. Redução dos custos com combustíveis;
- 1.5. Reduzir custos energéticos.
- 1.6. Redução dos custos de manutenção viaturas e equipamentos;
- 1.7. Cumprir planos de manutenção de redes de saneamento, nomeadamente inspeções de câmaras de visita e limpeza de coletores;
- 1.8. Reduzir o peso dos custos operacionais no custo total do m3 de água vendida e águas residuais tratadas.

2. Gestão Comercial

- 2.1. Garantir prazos de resposta às reclamações aos clientes aceitáveis e cumprindo a legislação;
- 2.2. Melhorar a eficiência do atendimento;
- 2.3. Cumprir o plano de substituição de contadores;
- 2.4. Aumento da eficiência das notificações para ligação de saneamento;
- 2.5. Aumento da satisfação dos clientes;
- 2.6. Reduzir o peso dos custos comerciais no custo total do m3 de água vendida e águas residuais tratadas.
- 2.7. Diminuição da dívida acumulada;
- 2.8. Diminuir o número de acordos não cumpridos.

3. Gestão de Higiene e Segurança

- 3.1. Melhorar a consciencialização dos colaboradores relativamente aos aspetos relacionados com a SHST;
- 3.2. Levantamento de todos os postos de trabalho com riscos e sua avaliação;
- 3.3. Controlo do cumprimento do uso de EPI's.

4. Gestão Planeamento Projeto e Cadastro

- 4.1. Consolidação cadastral das redes existentes e das edificadas no âmbito do POVT;
- 4.2. Georreferenciação;
- 4.3. Caracterização e delimitação das ZMC na rede de abastecimento de água;
- 4.4. Gestão de perdas de água
- 4.5. Controlo de Grandes Consumidores.

5. Gestão Recursos Humanos

- 5.1. Dotar o pessoal de nível de qualificação adequada ao desenvolvimento das atividades e ao cumprimento dos objetivos definidos, promovendo o incremento da produtividade da unidade;
- 5.2. Promover a criação do manual de funções.

O plano de Investimentos

Investimentos na área de Abastecimento de Água

Os investimentos previstos consistem na conclusão dos investimentos propostos no ano 2014, os quais tiveram início com a aprovação, no ano de 2012, da candidatura submetida ao Programa Operacional de Valorização do Território, e cuja conclusão se prevê para o primeiro trimestre de 2016.

Os investimentos irão permitir o incremento do nível de cobertura e do nível de satisfação proporcionado pela crescente qualidade da água fornecida. Assim, a solução consiste em criar novos sistemas e expandir os atualmente existentes, de forma a possibilitar que toda a população que reside ou visita o município de Vila Real de Santo António, seja abastecida a partir do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve.

Serão projetados e definidas as condições para a produção de energia elétrica de fonte não poluente, a partir de painéis solares a instalar nas coberturas dos reservatórios de Monte Gordo e Vila Real de Santo António.

Execução de Infraestruturas não previstas no âmbito de POVT e que permitam fechar os circuitos de abastecimento obsoletos, possibilitando assim anular condutas e sectores antigos, reduzindo a possibilidade de existirem perdas significativas e contribuindo para a substituição gradual de condutas de fibrocimento.

Daremos continuidade à ampliação e reabilitação das redes de abastecimento nas zonas onde se prevê a expansão da área urbana, nomeadamente nas Hortas e nas zonas norte, norte/poente e sul da cidade de Vila Real de Santo António, e ainda, o aumento da capacidade de grande parte das redes existentes e do seu bom seccionamento em Monte Gordo, Manta Rota e Vila Nova de Cacela.

Investimentos na área de Águas Residuais

Os investimentos previstos consistem na conclusão dos investimentos propostos no ano

4

M

A

2014, os quais tiveram início com a aprovação, no ano de 2012, da candidatura submetida ao Programa Operacional de Valorização do Território, e cuja conclusão se prevê para o primeiro trimestre de 2016.

Iremos dar especial atenção à reabilitação dos coletores que deixaram de estar em uso e que transitaram para coletores pluviais, de modo a dotá-los da necessária capacidade drenante e dessa forma poder transferir a sua gestão para a entidade tutelar: município.

Especial atenção à resolução das deficiências técnicas que as novas redes e infraestruturas possam apresentar, nomeadamente na boa drenagem das águas residuais, ou no surgimento de novos pontos críticos de obstrução da rede de esgotos.

Para os efeitos referidos em epígrafe, torna-se necessário reabilitar a capacidade de trabalho do equipamento de desobstrução de esgotos instalado numa viatura ligeira, designadamente com a aquisição de um novo grupo motobomba, uma vez que o atual tem mais de 20 anos.

Por outro lado, torna-se imprescindível dotarmo-nos de meios humanos e técnicos capazes de garantir as devidas ações de gestão e manutenção dos novos equipamentos, nomeadamente das novas Estações Elevatórias, dados os elevados níveis de tecnologia utilizada, bem como para o cumprimento das ações de rotina no âmbito do serviço de piquete 24h por 24h.

2.2 - Unidade de Território

Missão

Tem como missão promover o desenvolvimento ordenado do território, a valorização e salvaguarda do património edificado com valor reconhecido, a criação de condições a longo prazo de forma a potenciar uma maior atratividade do concelho e a criação de mais-valias de negócio para a população residente, num quadro de sustentabilidade económica, ambiental e social.

Visão

É pretendido intervir no território de forma a ordená-lo, discipliná-lo e criar polos de grande atratividade económica para o concelho. É de salientar a pretensão da VRSA SGU, com a criação de bases duradouras de equidade no território de forma a merecer a confiança dos nossos parceiros, do Município e da população em geral, assegurando um forte compromisso público de responsabilidade social. É, também, pretendido assegurar a valorização do

património edificado, nomeadamente da zona classificada como Núcleo Pombalino, de forma a potenciar o crescimento económico sustentado a longo prazo. No fundo, o que se pretende é tornar VRSA um dos concelhos com melhor qualidade de vida da União Europeia.

Política de Qualidade

É de salientar que os procedimentos internos da Unidade Território, na sua vertente de urbanismo, assentam sobre uma política de equidade no tratamento de todos os potenciais intervenientes, no rigor técnico e legal e na transparência de todos os processos.

Tem sido adotado um acompanhamento técnico de proximidade, esclarecendo e interagindo com a população na prossecução do objetivo final de ordenamento do território nas suas várias vertentes.

Melhorar os índices de qualidade de vida da população do concelho de VRSA, atuando com eficácia e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Estratégia e Orientações Principais

A atividade desta unidade pode ser bipartida.

2.2.1 – Centro Urbano de Vila Real de Santo António

O principal objetivo da Unidade Território para o ano 2016 pressupõe a continuidade do processo de valorização do centro urbano de Vila Real de Santo António, através da reformulação do conceito de utilização do espaço público onde é potenciada a atividade económica. Assim, foi implementado um novo conceito comercial e cultural de elevado reconhecimento regional e concorrente direto de outros focos comerciais instalados no Algarve e Oeste da Andaluzia. A implementação do projeto VRSA a Céu Aberto operou uma mudança profunda e de forte impacto visual no coração da cidade, transformando o Centro Histórico de Vila Real de Santo António num Centro Comercial a Céu Aberto.

A valorização do espaço público do centro urbano de Vila Real de Santo António não pode ser dissociada do valor intrínseco do património edificado já existente, cujas características são definidas como únicas e que é necessário salvaguardar, recuperar, potencializar e promover. Mantendo esse propósito, é objetivo fundamental da unidade criar as condições necessárias

Handwritten initials: "S" and "M" with a signature below them.

de proximidade entre os proprietários privados e a entidade licenciadora das operações urbanísticas e atividades económicas e culturais a desenvolver. Apesar de o retorno obtido através desta relação não ser imediato, haverá a possibilidade de, a médio prazo, criar uma relação de simbiose com os particulares visando o objetivo comum de incrementar as receitas que advêm dos, cada vez mais assíduos, visitantes que desfrutarão de um ambiente histórico e culturalmente vivo.

Como corolário desta estratégia e na simbiose entre o património edificado e a atividade comercial instalada, durante o ano de 2016 é pretendido continuar o percurso rumo à almejada afirmação turística do Núcleo Histórico Pombalino de Vila Real de Santo António, com a promoção de um conjunto de edifícios que serão recuperadas e que, entre si, formarão unidades hoteleiras de excelência que possam vir a ser exploradas por entidades com créditos firmados no mercado turístico e com reconhecimento internacional.

2.2.2 - Parques de Estacionamento

A subunidade dos Parques de estacionamento tem como objetivo soberano o equilíbrio financeiro, na medida em que se deve ser autossuficiente.

Atualmente, esta subunidade gera receitas provenientes de 4 fontes distintas:

- i. Parque de Estacionamento Centro Comercial a Céu Aberto;
- ii. Parque de Autocaravanas da Muralha;
- iii. Parque de Autocaravanas da Manta Rota;
- iv. Parque de Estacionamento da Manta Rota.

O negócio de exploração dos parques de autocaravanas resulta de duas necessidades:

- i. Rentabilização do espaço público;
- ii. Regularização do estacionamento das autocaravanas (eliminação das concentrações informais).

Os parques de autocaravanas assentam na promoção do auto caravanismo no município de Vila Real de Santo António, eliminando as concentrações informais de auto caravanistas e

permitem aumentar a rotatividade dos lugares de estacionamento junto do comércio local e zonas balneares.

É, ainda, de salientar que o Parque de Estacionamento do Centro Comercial a Céu Aberto adveio da necessidade de garantir rotatividade no estacionamento junto à zona comercial do centro histórico de Vila Real de Santo António.

Principais Objetivos

- Executar os projetos de intervenção no espaço público do centro urbano de Vila Real de Santo António;
- Requalificar a Avenida da República na sua frente Pombalina (passeio poente da avenida da república) aumentando a área pedonal;
- Adaptar/adquirir mobiliário urbano à nova imagem do espaço idealizado;
- Promover externamente (Algarve, Baixo Alentejo e Andaluzia Oeste) o conceito do Centro Comercial a Céu Aberto;
- Promover atividades culturais de valorização do espaço público e dinamização dos eventos chave do CCCA e programação cultural ao longo do ano;
- Estimular a criação e promoção artística e potenciando o diálogo entre a cidade e o seu público, local, nacional e internacional;
- Promover o crescimento económico local e regional;
- Requalificar o espaço público;
- Orientar o serviço para o cliente, melhorando o respetivo nível de qualidade;
- Promover e implementar uma relação de proximidade e confiança junto dos comerciantes locais;
- Criar uma relação de confiança entre os proprietários dos imóveis inseridos na área de atuação do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António e o gabinete técnico de acompanhamento e licenciamento, encontrando formas de o seu património poder estar sempre reabilitado.

- Transmitir a necessidade de valorização do património edificado como meio de aumento da atividade económica.
- Requalificar social e ambientalmente espaços degradados do concelho.

O plano de Investimentos

Serão utilizados vários instrumentos financeiros disponíveis no momento e outros que, no decurso do ano 2016, estejam acessíveis à VRSA SGU considerando, sempre, a integração no conceito e projeto em desenvolvimento. Atualmente, estão em curso candidaturas ao PO Algarve 21 e continuarão a ser estudadas novas candidaturas novos fundos.

É objetivo primordial dar seguimento ao projeto "VRSA a Céu Aberto" através da aquisição de equipamentos e mobiliário urbano que dotam a cidade de melhorias significativas ao nível do espaço público. Requalificar as áreas e equipamentos já existentes, através da conservação, reparação e manutenção dos equipamentos, apresenta-se também fundamental para alcançar os objetivos propostos.

A dinamização cultural do CCCA é outro vetor fundamental para garantir a atratividade do espaço e captação de novos visitantes, confluindo assim para a dinamização económica de VRSA, enfatizando a vivência do espaço público e elevando o nível de oferta cultural. Estimular a criação e promoção artística através da implementação de um calendário de eventos e atividades a desenvolver ao longo do ano.

2.3 - Unidade Complexo Desportivo

Missão

O Complexo Desportivo existe para servir dois grandes grupos: o desporto de alto rendimento e o desporto como elemento essencial para a criação de estilos de vida saudáveis. Neste sentido, a missão do Complexo Desportivo assenta nos seguintes pressupostos:

- Promoção do desenvolvimento do desporto de alto rendimento, fornecendo a motivação e as infraestruturas desportivas necessárias para despertar o espírito de competição e para superar os recordes de cada atleta

- Ser um centro desportivo socialmente responsável, valorizando a prática desportiva não só nos atletas de alto rendimento, mas também na população local, funcionando como motor do desenvolvimento social e humano das populações

Visão

Considerando a missão apresentada, o Complexo Desportivo define as seguintes linhas orientadoras para o seu futuro:

- Caminhar no sentido de ser o centro de alto rendimento de referência nas modalidades de atletismo e de alguns desportos coletivos.
- Continuar a atuar segundo padrões de excelência, recorrendo a todos os meios disponíveis para oferecer instalações de excelência e responder às necessidades de cada atleta.

Valores

O Complexo Desportivo é orientado pelos seguintes valores:

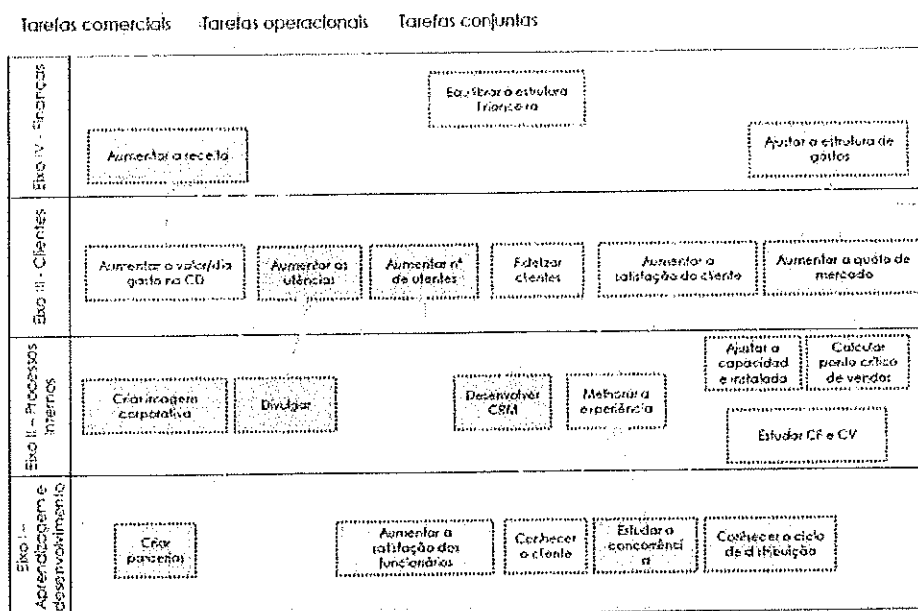
- Foco no cliente
- Rigor
- Profissionalismo
- Cooperação
- Transparência

Estratégia e Orientações Principais

De forma a orientar a atividade e a enquadrar a atuação do Complexo Desportivo na sua missão, visão e valores, foi elaborado um mapa estratégico cuja orientação final e principal consiste no equilíbrio da estrutura financeira do Complexo Desportivo. Este mapa estratégico assenta em quatro grandes eixos cujas relações de causalidade e complementaridade são incontestáveis. De seguida são apresentados os eixos e as suas orientações.

S M

Mapa estratégico



a) Eixo I – Aprendizagem e desenvolvimento

Orientações principais:

- Criar parcerias
- Aumentar a satisfação dos funcionários
- Conhecer o cliente
- Estudar a concorrência
- Conhecer o ciclo de distribuição

b) Eixo II – Processos internos

Orientações principais:

- Criar imagem corporativa
- Divulgar
- Desenvolver ferramentas de gestão da relação com o cliente (CRM)
- Melhorar a experiência
- Estudar custos fixos e custos variáveis
- Ajustar a capacidade instalada
- Calcular o ponto crítico de vendas

c) Eixo III – Clientes

Orientações principais:

- Aumentar as utilizações
- Aumentar o número de utentes

S M

- Fidelizar clientes
- Aumentar a satisfação do cliente
- Aumentar a quota de mercado

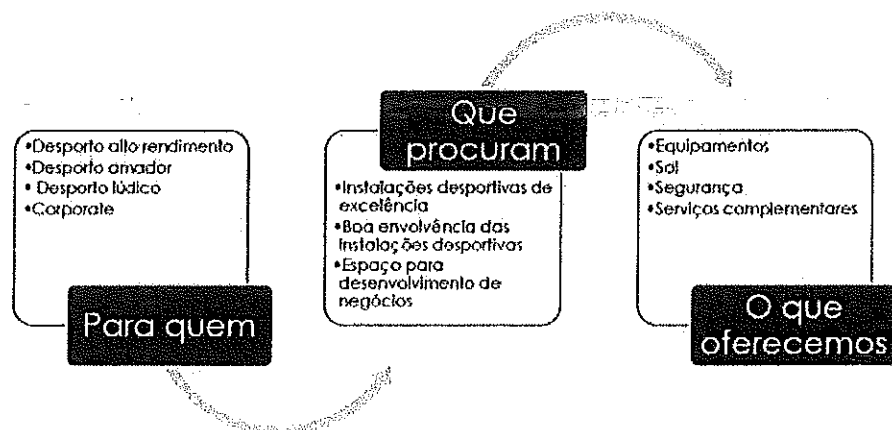
d) Eixo IV – Finanças

Orientações principais:

- Aumentar a receita
- Ajustar a estrutura de gastos
- Equilibrar a estrutura financeira

Principais Objetivos

Proposta de Valor



Os objetivos para os diferentes segmentos de clientes, assenta na prestação dos serviços que respondam à proposta de valor apresentada.

Plano de Investimentos

Os investimentos a realizar no Complexo Desportivo têm como objetivo a criação de valor, através de uma oferta melhorada e que vá ao encontro das necessidades dos seus clientes.

[Handwritten signature and initials]

Neste âmbito, estão previstas ações de melhoria dos edifícios e até alargamento das instalações desportivas, com recurso a capitais próprios ou fundos que se enquadrem na atividade do Complexo Desportivo. Salienta-se que a execução destes investimentos está dependente da viabilidade económica e financeira dos mesmos. Poderá existir investimentos que serão realizados com a finalidade de reduzir a despesa corrente.

2.4 – Unidade PMOT's

Missão

Adequar os instrumentos de gestão territorial às dinâmicas sociais, antecipando-os e respondendo tecnicamente às expectativas da população, face a essas dinâmicas.

Visão

Os instrumentos de gestão territorial municipal como elemento de competitividade e atratividade do território, incrementando o potencial de qualidade de vida das populações.

Valores

A unidade PMOT's é orientada pelos seguintes valores:

- Ética
- Visão de médio e longo prazo
- Rigor
- Cooperação
- Transparência
- Resiliência

Estratégia e Orientações Principais

Reordenamento das áreas urbanas, melhorando a qualidade urbana do mesmo, permitindo integrar e adequar as ocupações às novas dinâmicas sociais e exigências socioeconómicas.

4 3

Incentivo da utilização dos espaços rurais ou naturais, com ações que levaram a essa classificação, permitindo sustentadamente a sua integração nas ações que permitam a melhoria de qualidade de vida das populações.

Principais Objetivos

Ao nível do PDM, revisão do plano diretor municipal (Tendo-se iniciado um processo em Julho de 2007 as alterações legislativas fizeram cair o processo em curso, existindo a necessidade de se iniciar novo processo com base na Nova Lei de Bases da Política dos Solos), tal processo obriga a uma programação da estratégia futura do município e à sua discussão com o conjunto de entidades estatais distintas que tutelam o território.

Ao nível do Planos de Pormenor, atualizar os Planos de Pormenor existentes promovendo a sua correção onde se verifique a sua incapacidade de aplicação. Promover a execução de novos Planos de Pormenor nas áreas de maior pressão urbanística e de valor para o desenvolvimento ordenado do município.

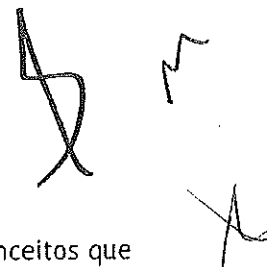
2.5 – Unidade Novos Projetos

Missão

Operacionalizar os planos nacionais, regionais e locais aprovados que têm como incidência territorial o Concelho de Vila Real de Santo António.

Visão

Maximizar a utilidade marginal dos Ativos Públicos em benefício da melhoria da qualidade de vida da população de Vila Real de Santo António.



Estratégia e Orientações Principais

Desenvolver os conceitos e procurar os *developers* e os exploradores desses conceitos que permitam no curto prazo gerar emprego junto da população, com atividades de alto valor acrescentado (melhorando os rendimentos médios da população), formando-a constantemente (melhorando a sua competitividade).

Principais Objetivos

Identificar oportunidades de negócio, cruzando necessidades de desenvolvimento e tendências de mercado. Criação e alargamento da rede de contactos de potenciais investidores (esta rede tem que conter entradas de investidores públicos e privados, bem como particulares e empresas) e estudar a viabilidade de projetos propostos aconselhando na sua implementação e operação.

O plano de Investimentos

2.5.1-Valorização do Litoral – Concelho Vila Real de Santo António

Desde a Ribeira do Lacém, à foz do Guadiana, a VRSA SGU irá promover e desenvolver estudos para dinamizar um dos principais ativos do concelho, a sua frente marítima.

2.5.2-Valorização da Frente Ribeirinha de Vila Real de Santo António

A frente ribeirinha de Vila Real de Santo António é a imagem de marca do concelho pelo que se pretende a sua valorização: Começando no seu limite norte, onde é pretensão do Município alojar um parque empresarial dedicado à economia do mar, passando pela requalificação da zona da muralha onde se pretende criar um conjunto de atrativos investimentos geradores de riqueza para a população, seguindo pela margem do porto de recreio, prevendo o seu alargamento, chegando ao antigo Jardim, carente de melhoramentos e alguns equipamentos, e culminando na zona sul do rio, desde o bairro do Lazareto à praia de Santo António que exige uma requalificação e integração com novos equipamentos e unidades turísticas.

2.5.3-Valorização de Monte Gordo

Quanto à freguesia de Monte Gordo, a sua praia sendo um expoente no turismo do Algarve e polo turístico de atratividade do sotavento Algarvio, encerra um dos ativos prioritários quanto à requalificação do espaço de praia, seus acessos e o estacionamento, que permita o desenvolvimento nas áreas já aprovadas de novas atividades hoteleiras, diversificando a oferta existente e incrementando a gama de serviços. Referir que este processo de melhoria das condições oferecidas, face ao elevado valor financeiro do investimento, exige inovação e compromisso com todos os intervenientes, desde os organismos públicos com responsabilidades na área em apreço, aos privados que lá desenvolvem a sua atividade.

2.5.4-Valorização de imóveis e terrenos Municipais

O incremento da oferta turística de qualidade na cidade de Vila Real de Santo António disponibilizando edifícios públicos e privados integrados na Área de Reabilitação Urbana. Concluir-se-á a reabilitação de um imóvel municipal para albergar o polo de formação do IEFP. Em cartela estão outros projetos que dentro da missão e visão, se enquadram na ação da unidade.

3 - Atividades Internas

Continuará a ser implementada uma organização voltada para a excelência na prestação de serviços ao cliente interno, assente em princípios de otimização da eficiência na utilização de recursos e de consumo dos meios empregues.

Pretende-se aperfeiçoar a estrutura do organigrama dando uma nova dinâmica a toda a unidade território (Licenciamento Urbano, PMOT's, Novos Projetos, Fiscalização, Espaço Público, Parques) otimizando a organização dos recursos técnicos.



4 - Outras Referências

Os pressupostos gerais que serviram de base à elaboração da previsão da situação económico-financeira para o ano 2016 resumem-se nos quadros seguintes, a preços correntes.

A informação que serviu de base para os cálculos previsionais considera a atividade desenvolvida no exercício de 2015, espelhada nos registos contabilísticos.

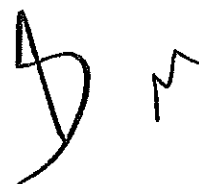
Os prazos médios de recebimentos e pagamentos foram estipulados com base no histórico da empresa, onde não devem ultrapassar os 30 e os 60 dias, respetivamente, o que não tem sido possível cumprir no passado recente.

Ao nível do volume de negócios, a empresa irá procurar a atividade decorrente das Unidades Ambiente, Território e Complexo Desportivo. Melhorando ainda o processo de otimização da exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais.

Os gastos com pessoal foram calculados de acordo com o quadro de pessoal existente nesta data, com os ajustamentos que decorrem da proposta de Orçamento de Estado para 2015.

Com base nas previsões que iremos submeter à aprovação, estima-se que os resultados líquidos antes de impostos, correspondem às orientações legais aplicáveis a este tipo de empresas (art.º 40 da Lei 50 de 2012 – Regime jurídico do sector empresarial local), segundo as quais, “as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados”.

Como podemos constatar o Resultado Antes de Impostos é positivo, no montante de 46.942,98€.



5 - ANEXOS

5.1 - O Investimento / Financiamento

O Plano de Investimentos para 2016, revela a preocupação da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA, no melhoramento e modernização das infraestruturas existentes e na dinamização e desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António. Vão ser efetuados investimentos em quatro unidades de negócio: Ambiente, Complexo Desportivo, Território e Novos Projetos, correspondendo a cerca de 16%, 38%, 4% e 42% do investimento total, respetivamente, conforme mapa abaixo mencionado.

A VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA pretende que os investimentos sejam financiados com os Cash-Flows gerados nas unidades, com a atribuição de subsídios ao investimento, pela contratação de financiamentos junto do Banco Europeu de Investimento, fundos comunitários e também através de parcerias público-privadas.

Rúbricas	2016
Unidade Ambiente	919.000,00 €
Unidade Complexo Desportivo	2.175.418,50 €
Unidade Território	201.850,00 €
Unidade Novos Projetos	2.405.209,00 €
Total dos Investimentos	5.701.477,50 €

[Handwritten signature and initials]

5.2 - Orçamento de Exploração

O cálculo previsional foi efetuado de acordo com as perspetivas futuras e de acordo com as informações contabilísticas históricas e previsionais preparadas por cada área de negócio da empresa.

As amortizações e depreciações, previsionais foram calculadas com base nos Ativos existentes e previstos, pela aplicação das taxas previstas nos Decretos Regulamentares 2/90 ou 25/2009 de 14 de Setembro, consoante a data de utilização do imobilizado seja anterior ou posterior a 31/12/2009.

Atividade corrente	TOTAL
Rendimentos	
Total Rendimentos	12.320.388,02 €
Gastos	
CMVMC	1.357.614,78 €
Fornecimentos e Serviços Externos	3.116.467,57 €
Gastos com o Pessoal	2.184.960,42 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	2.161.893,26 €
Outros Gastos e Perdas	1.865.573,73 €
Total Gastos	10.686.509,77 €
Resultado Operacional	1.633.878,25 €
Gastos e Perdas de Financiamento	1.586.935,27 €
Resultado Antes Impostos	46.942,98 €
Imposto Sobre o Rendimento do Período	20.233,54 €
Resultados Líquido do Período	26.709,44 €

5.3 - Demonstrações Financeiras Previsionais

De acordo com o Orçamento de Exploração, apresentam-se de seguida os seguintes mapas previsionais:

Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Tesouraria Previsional.

Balanço Previsional

Rúbricas	2016
Ativo	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	39.974.897,01 €
Propriedades de investimento	44.864.012,07 €
Goodwill	-
Ativos intangíveis	18.497.564,42 €
Ativos biológicos	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	-
Participações financeiras - outros métodos	-
Acionistas/sócios	-
Outros ativos financeiros	3.182,46 €
Ativos por impostos diferidos	-
	103.339.655,96 €
Ativo Corrente	
Inventários	123.540,03 €
Ativos biológicos	-
Clientes	5.532.147,78 €
Adiantamentos a fornecedores	-
Estados e outros entes públicos	847.465,06 €
Acionistas/sócios	-
Outras contas a receber	804.473,85 €
Diferimentos	36.505,02 €
Ativos financeiros detidos para negociação	-
Outros ativos financeiros	-
Ativos não correntes detidos para venda	-
Caixa e depósitos bancários	615.978,47 €
	8.570.464,38 €
Total do ativo	111.910.120,34 €

D M

Rúbricas	2016
Capital Próprio e Passivo	
Capital Próprio	
Capital realizado	36.620.980,00 €
Ações (quotas) próprias	-
Outros instrumentos de capital próprio	-
Prémios de emissão	-
Reservas legais	36.048,34 €
Outras reservas	252.901,15 €
Resultados transitados	- 4.554.150,50 €
Ajustamentos em ativos financeiros	1.150.758,12 €
Excedentes de revalorização	-
Outras variações no capital próprio	11.502.245,13 €
Resultado líquido do período	26.709,44 €
Interesses minoritários	-
Total do capital próprio	45.035.491,68 €
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	-
Financiamentos obtidos	40.554.776,83 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-
Passivos por impostos diferidos	-
Outras contas a pagar	4.803.000,00 €
	45.357.776,83 €
Passivo corrente	
Fornecedores	12.133.369,02 €
Adiantamentos de clientes	-
Estado e outros entes públicos	85.233,54 €
Acionistas/sócios	-
Financiamentos obtidos	534.359,07 €
Outras contas a pagar	8.759.877,84 €
Diferimentos	4.012,36 €
Passivos financeiros detidos para negociação	-
Outros passivos financeiros	-
Passivos não correntes detidos para venda	-
	21.516.851,83 €
Total do passivo	66.874.628,66 €
Total do capital próprio e do passivo	111.910.120,34 €



Demonstração de Resultados Previsional

Rendimentos e Gastos	2016
Vendas e Serviços Prestados	10.752.524,08 €
Subsídios à Exploração	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-
Variação nos inventários da produção	-
Trabalhos para a própria entidade	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.357.614,78 €
Fornecimentos e Serviços Externos	3.116.467,57 €
Gastos com o pessoal	2.184.960,42 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-
Provisões (aumentos/reduções)	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)	-
Aumentos/reduções de justo valor	-
Outros rendimentos e ganhos	1.567.863,94 €
Outros gastos e perdas	1.865.573,73 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e Impostos	3.795.771,51 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2.161.893,26 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.633.878,25 €
Juros e rendimentos similares obtidos	-
Juros e gastos similares suportados	1.586.935,27 €
Resultado antes de Impostos	46.942,98 €
Imposto sobre o rendimento do período	20.233,54 €
Resultado líquido do período	26.709,44 €
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período	
Resultado líquido do período atribuível a: (2)	
Detentores do capital da empresa-mãe	
Interesses minoritários	
Resultado por ação básico	

[Handwritten marks: a large 'X' and a signature]

Mapa Tesouraria Previsional

Rúbricas	2016
Saldo Anterior	657.909,55 €
Recebimentos	
Total Recebimentos	23.849.529,52 €
Pagamentos	
CMVMC	1.131.345,65 €
Fornecimentos e Serviços Externos	2.597.056,31 €
Gastos com o Pessoal	2.184.960,42 €
Outros Gastos	1.710.559,25 €
Pagamentos Diversos	15.636.951,25 €
Total Pagamentos	23.260.872,89 €
Melos Libertos Líquidos	588.656,63 €
Saldo Final	1.246.566,18 €

6 - Parecer do Fiscal Único



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita sob o n.º 23
Auditor (C.M.V.M.)

Membro de / Member of



HIB International
www.hib.com

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERNANZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos da alínea j) do n.º 6 do art.º 25 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2016, da *VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM S.A.*, consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas

HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro / Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte / North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: geral@orasroc.pt

Web: www.orasroc.pt



M
X

Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

de



M
S

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião acima expressa, cumpre-nos referir as situações seguintes:

8.1 A concretização de cerca de 2,4M€ do total dos investimentos previstos depende da prévia obtenção de meio de financiamento, nomeadamente a candidatura a novos fundos, e também a viabilidade económica e financeira dos mesmos, conforme decorre do referido nos pontos 2.2.2 e 2.3 do Plano de Atividades e Orçamento 2016.

8.2 Está prevista, até final de 2015, a conclusão das obras co-financiadas em curso relacionadas com a Unidade de Ambiente, situação com impacto, para 2016, ao nível do incremento das depreciações para os novos ativos e também do rendimento associado aos subsídios ao investimento que lhes estão subjacentes, situação que justifica o aumento de 67,3% previsto para os *Outros rendimentos e ganhos*, e também a variação negativa de 100% prevista para os *Trabalhos para a própria empresa*, comparativamente com o orçamento para 2015. A previsão de não obtenção de *Juros e rendimentos similares* para 2016 decorre da estimativa de recebimento total dos subsídios no âmbito do POVT até ao final do ano de 2015, por via da conclusão das respetivas obras, e consequente inexistência de depósitos a prazo relacionados. O Orçamento de tesouraria prevê a recuperação de dívidas de clientes com origem em anos anteriores, onde se incluem as do Município de Vila Real de Santo António abrangidas pelo FAM, em aproximadamente 3,4M€. Acresce ainda que para cumprimento do estabelecido no n.º 2 do art.º 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, está prevista no Orçamento de tesouraria, a transferência financeira de 1,5M€, por parte do Município de Vila Real de Santo António, a realizar em 2016, para equilibrar o resultado líquido negativo previsto para 2015.

Lisboa, 15 de outubro de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, R.O.C. n.º 1266

X

ANEXOS:

Mapa das Entidades Participadas

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Mapa entidades participadas (Artigo 46.º n.º 2, alínea c) da Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Nome	Sede	NIF	Investimentos Financeiros	Participação %
VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA	Rua José Barão, n.º 4, Vila Real de Santo António	508.160.570	45.805.599	100,000%
Águas do Algarve, SA	Rua do Raposo, n.10 Faro	505.176.300	804.687	1,980%
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Barros de São João da Venda, Almarcil	503.600.270	232.682	1,969%
CCAM Sotavento Algarvio, CRL	Rua Borda d'Água de Aguiar, Tavira	501.073.035	438	0,003%
ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	Rua 25 de Abril, Castro Marim	504.408.755	82.611	33,330%
AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Rua General Humberto Delgado, Faro	502.971.096	203.554	6,250%
Associação de Municípios do Guadiana de Fins Específicos a)	Rua 25 de Abril, Castro Marim	513.597.930	0	50,000%
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, Coimbra	501.627.413	5.931	0,320%

a) Associação constituída em 30 de Junho de 2015, com a participação dos Municípios de Vila Real de Santo António e de Castro Marim

10



DECLARAÇÃO DE VOTO

Apresentada em reunião
ordinária de
17 de Dez. 2015

O Sr. Presidente anunciou na reunião ordinária de 9 de dezembro a marcação de uma reunião extraordinária para reapreciação no Orçamento para 2015 — já aprovado com o voto contra da CDU, — das correções orçamentais exigidas pela autoridade reguladora que controla as contas do município que, por iniciativa da maioria PSD, se sujeitou aos mecanismos de correção de endividamento excessivo — primeiro PAEL, depois FAM. A justificação apresentada até fazia sentido, dado que era do nosso conhecimento a proposta de orçamento e apenas teríamos de nos pronunciar sobre a proposta reformulada.

Ora, a Ordem de Trabalhos desta reunião foi substancialmente acrescentada com a inclusão de diversos pontos que envolvem conceções de estratégia espreiadas por centenas de páginas, novos regulamentos, programas de concurso e cadernos de encargos.

Pela sua natureza e prazo, estas novas propostas têm associada não apenas a entrega de serviços a privados, mas a abertura para a privatização em áreas sensíveis da vida municipal, como o abastecimento de água às populações, o saneamento básico, a recolha de lixo domésticos e industriais, a limpeza de rios, ribeiras e praias, o complexo desportivo municipal, bem como a gestão e entrega dos ramais pagos com o investimento público e até com fundos comunitários.

Toda a lógica desta estratégia, só reversível com graves prejuízos para os cofres do município, obriga a câmara municipal a abdicar do exercício das suas competências de proximidade e de gestão junto das populações em áreas primordiais da vida quotidiana e confirma a análise feita pela CDU e apresentada em declarações de voto quando das aprovações do PAEL e do FAM, em cuja proposta final acabou por incluir mais de dois milhões de euros destinados à cobertura dos prejuízos da SGU.

O que se está aqui a propor são passos acelerados no caminho para a privatização do sistema das águas e saneamento, com as consequências que isto terá para a população que vai ficar sujeita a um agravamento dos preços e, provavelmente, a uma menor qualidade.

As estratégias articuladas para a revisão do Plano Diretor Municipal, Planos de Pormenor e respetivas alterações, ficam submetidas a esta lógica de fundo, bem como a da participação do município de Castro Marim na gestão privada dos resíduos sólidos urbanos, recolha de objetos volumosos, resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, praias e ribeiras.

Lógicas de gestão privadas que também estão na base da construção de uma unidade hoteleira privada dentro do Complexo Desportivo Municipal de Vila Real de Santo António, de natureza pública.

Todos os equipamentos e redes de abastecimento ou recolha que custaram uma vida inteira de sacrifícios ao erário público vão ser transferidos para o património das empresas vencedoras dos concursos.

O conjunto de decisões que estão sujeitas à apreciação desta câmara municipal são de uma enorme gravidade. Em marcha está há vários anos uma política de endividamento irresponsável, compensado com o agravamento das taxas e tarifas municipais, com a alienação e privatização do património e serviços públicos. Tais opções da maioria PSD, a concretizarem-se, significam que o futuro do concelho ficará hipotecado para

as próximas gerações. E tudo isto é feito, não só de forma inaceitável perante os órgãos de decisão – câmara e assembleia municipal – transformando-os numa espécie de notários das decisões políticas da maioria PSD, mas também, às escondidas da própria população que, na sua esmagadora maioria, desconhece os reais impactos destas medidas.

A CDU não só não acompanha este caminho que está a ser concretizado, como alertará e mobilizará as populações para que manifestem a sua opinião face a estas medidas.

Para a CDU, o que faz todo o sentido é que a gestão dos serviços públicos da competência da câmara municipal continue a ser feita por administração direta, com a distribuição do trabalho por todos os eleitos, a participação dos trabalhadores e das populações, pois esta é a única forma de garantir que o produto da economia local não vá parar ao desperdício ou ao aumento dos lucros do sistema financeiro.

Para a CDU, tal como o povo português removeu nas últimas eleições legislativas a maioria PSD/CDS que quase deixava o país de rastros, também saberá julgar a política de direita que o PSD aplica em Vila Real de Santo António, removendo-a da câmara, dando mais força à CDU, cujo projeto autárquico se afirma cada vez mais como a única alternativa para o concelho de VRSA.

Esta declaração de voto fundamenta o nosso voto contra nos seguintes pontos:

- ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016;
- ~~REABERTURA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;~~
- ~~ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO~~
- DEFINIÇÕES, CONCEITOS, CRITÉRIOS E APLICAÇÕES DE NORMAS E PRINCÍPIOS
- URBANÍSTICOS - 2. RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO - PROCEDIMENTO DE DISCUSSÃO PÚBLICA; CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS ("MONSTROS" OU "MONOS") E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO
- ANTÓNIO E NAS FREGUESIAS DE CASTRO MARIM E DE ALTURA, AMBAS DO CONCELHO DE CASTRO MARIM;
- CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CONCURSO PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE
- EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ADITAMENTO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO EM MONTE GORDO;

Vila Real de Santo António, 17 de dezembro de 2015

O Vereador

José Cruz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
NUMERO ENTRADA 100/2015
DATA 28 / 12 / 2015



Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de
Vila Real de Santo António
Praça Marquês de Pombal – Vila Real de Santo
António
8900-231 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

02 (02.02.01)-200/08/02 / DCAF

**ASSUNTO: MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. APRECIACÃO TÉCNICA DOS DOCUMENTOS
PREVISIONAIS DO ANO DE 2016 (PAEL) (2.ª ANÁLISE).**

Na sequência do estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, envia-se a V. Exa. a apreciação técnica dos documentos previsionais do ano de 2016 feita por esta Direção-Geral, para os devidos efeitos.

De acordo com o disposto no art.º 44.º do RFALEI o limite definido no QPPO para o ano n+1 é vinculativo. Aquando da apresentação do Orçamento Municipal para 2015 o QPPO estabeleceu um limite de despesa para 2016 de €23.698.518, sendo que a proposta apresentada de €40.928.189,69 não cumpre o limite definido.

Chama-se igualmente a atenção para o facto de que a previsão de despesa de investimento excede os montantes definidos no PAF, pelo que nos termos do art.º 104.º da LOE2015 a sua execução carecerá das autorizações previstas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

A apreciação técnica emitida por esta Direção-Geral deverá acompanhar os documentos previsionais a apresentar à assembleia municipal.

Volta-se a reiterar o facto de que, estando o Município no 3.º ano de aplicação do plano de ajustamento financeiro e depois de já ter beneficiado, no âmbito do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro, de empréstimos de 57,6M€ para pagamento de dívidas, a trajetória financeira do Município é totalmente divergente do previsto no PAF, verificando-se mesmo um aumento muito expressivo dos montantes em dívida e dos pagamentos em atraso, o que consubstancia não só uma violação das metas previstas no PAF, como também das obrigações impostas pela LCPA e diferentes Leis do Orçamento do Estado.

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o nº do processo

1/2



Deste modo, o Município terá que tomar as devidas e necessárias medidas de contenção orçamental, por forma a que a execução do Município seja pautada por uma afetação crescente de saldos orçamentais de receitas efetivas para a redução das suas dívidas, em particular das dívidas correntes, invertendo e corrigindo esta tendência de acumulação sistemática de nova dívida.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral



Lucília Ferra

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

I – Enquadramento

A presente análise dá cumprimento ao preconizado na alínea b), n.º 1, do artigo 10.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que vincula os Municípios aderentes ao Programa I a submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais e eventuais revisões, para apreciação técnica antes da sua apresentação, para aprovação à assembleia municipal que, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e no RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são:

- GOP (Grandes Opções do Plano) e;

- Orçamento.

Realça-se que os documentos previsionais em análise foram elaborados no segundo ano de vigência do novo RFALEI, diploma que introduz um reforço progressivo na disciplina orçamental, no que respeita à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual, às regras de endividamento e à extensão do perímetro de entidades.

O Município de Vila Real de Santo António elaborou, aprovou e submeteu à DGAL os documentos previsionais para o ano 2016, os quais foram alvo de apreciação técnica por parte desta Direção-Geral, tendo exarado parecer sobre os mesmos e remetida a análise ao Município no dia 27-11-2015. A análise focou-se nos principais agregados do orçamento municipal bem como, na verificação das disposições legais inerentes à elaboração do orçamento municipal para o ano 2016.

Nesse sentido, o apuramento efetuado pela DGAL permitiu concluir que a proposta apresentada pelo Município:

1. **Não cumpria a regra do equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI);**
2. **Não foi respeitado o disposto no artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, no que concerne os limites aos quais se vincularam, em sede da elaboração do Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO). No QPPO apresentado no Orçamento Municipal de 2015, o teto da**

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

despesa para o ano de 2016 era de €23.698.518,30 e a proposta inicialmente submetida apresentava um valor total de despesa de €40.946.460,50;

3. Não deu cumprimento ao previsto no artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015, o qual refere que, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, os Municípios não podem orçamentar receitas respeitantes a venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração e;
4. Não cumpria a regra previsional do POCAL, referente aos montantes de receitas do OE, dado que os valores estimados na proposta inicial submetida excediam os valores inscritos no mapa XIX da LOE2015.

Face ao parecer exarado pela DGAL, procedeu o Município de Vila Real de Santo António à reformulação do seu OM₂₀₁₆, no sentido de dar cumprimento às disposições legais supra referidas, remetendo os documentos aprovados para sua reapreciação.

II – Análise do *template* de comparação (de acordo com os dados remetidos pelo Município em anexo)

Quadro I – Empréstimo PAEL

Instrumento	Instituição de Crédito	Calendário de Operações		Montante da operação				
		Início	Termo	Contratado	Utilizado	1ª Tranche (60%)	2ª Tranche (20%)	3ª Tranche (20%)
PAEL	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	2014	2033	24.466.151,44	24.334.083,72	14.679.690,86	4.893.230,29	4.761.162,57

Verifica-se que foram libertadas as 3 *tranches* do empréstimo concedido no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no valor total de €24.334.083,72.

O montante transferido diverge do montante contratado pelo facto de terem sido anulados documentos de despesa no valor de €124.194,19, tendo ainda sido abatidos ao montante de financiamento, o valor de €7.873,53, referente a documentos de despesa considerados não elegíveis.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

Para além das verbas referentes ao PAEL o Município beneficiou de um reequilíbrio financeiro no montante de €33.314.322,94, dos quais utilizou €33.229.543,71.

Quadro II – Comparação das previsões da receita e despesa

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (1)	Valores Previstos no PAF para 2016 (2)	Desvio face ao previsto (3) = (2) - (1)
Total receita	40.928.189,69	24.684.219,43	-16.243.970,26
Receitas correntes	39.756.240,10	22.784.878,50	-16.971.361,60
Receitas de capital	1.171.949,59	1.899.340,93	727.391,34
Total despesa	40.928.189,69	23.813.114,07	-17.115.075,62
Despesas correntes	32.443.004,74	20.795.760,13	-11.647.244,61
Despesas de capital	8.485.184,95	3.017.353,94	-5.467.831,01

A receita e a despesa prevista no OM₂₀₁₆ apresentam valores superiores aos valores previstos para 2016 no PAF, uma revisão que ascende aos €16.243.970,26 no lado da receita e a €17.115.075,62 do lado da despesa.

Quadro III – Comparação dos saldos considerando as receitas e despesas efetivas, expurgadas das tranches em falta do PAEL (quando aplicável)

em euros

Descrição	Valores Estimados	
	PAF2016	OM2016
Saldo Global	3.397.403,38	3.721.997,10
Saldo Primário	6.699.576,57	9.954.507,22

O saldo global e primário decorrente da proposta de OM₂₀₁₆ são formalmente positivos, no entanto, estes valores estão sobreavaliados pelos valores inscritos na rubrica **Outras Receitas Correntes**, face ao previsto no PAF. O Município refere que a receita estimada nesta classificação inclui o montante €19.596.466,58 necessário para o cumprimento da regra do equilíbrio previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI). Neste valor dos €19.596.466,58 está incluído a expectativa de recurso ao apoio do Fundo de Apoio Municipal (FAM) com o montante de €17.933.589,59.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

Expurgando o efeito provocado pela previsão desta receita com o FAM (conforme espera o Município) os saldos globais e primários apresentariam um comportamento desfavorável face ao previsto no PAF, sendo de -€14.211.592,49 e -€7.979.082,37 respetivamente, evidenciando um risco orçamental significativo e um claro desvio face à trajetória prevista no PAF, devendo a realização da despesa estar dependente da efetiva contratualização do empréstimo.

A despesa prevista com o serviço da dívida subiu bastante no OM₂₀₁₆ comparativamente ao PAF, verificando-se que o grau de cobertura do serviço da dívida pelo saldo primário é mais desfavorável no OM₂₀₁₆ do que no PAF.

Os dados enviados no *template* pelo Município não coincidiam com os dados existentes na DGAL relativo à candidatura do PAEL. Contactado o Município, foi referido que os quadros I, II e III, teriam sido alterados em sede de esclarecimentos ao Tribunal de Contas, aquando do visto dos contratos de empréstimo do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro. A alteração promovida foi objeto de deliberação na Assembleia Municipal de 27-03-2014. Desta forma, os valores considerados no comparativo OM₂₀₁₆ com o PAF foram os que constam dos novos quadros I, II e III.

1.1 - Principais variações no lado da receita

Na previsão das **Receitas Correntes**, apura-se um elevado desvio favorável que ascende aos **€16.971.361,60**, o que representa um aumento de 74,5% face ao previsto no PAF para o ano 2016.

Contribuem para este desvio, essencialmente, as componentes **Rendimentos de Propriedade, as Vendas de Bens e Serviços Correntes e as Outras Receitas Correntes**.

Ao nível dos **Impostos Diretos**, o desvio positivo ascende a **€201.059,71**. Na parcela do IMI, o desvio é favorável em €163.919,41 justificada pelo Município, por força da redução das isenções temporárias. O IMT também tem uma estimativa positiva de €38.635,71 no OM₂₀₁₆ face ao PAF.

Nos **Impostos Indiretos**, o desvio desfavorável face ao PAF, o qual incorre em **-€503.487,11**, deve-se, de acordo com a fundamentação apresentada pelo Município, à quebra de receita face ao plano previsto, nas rubricas loteamento e obras, ocupação da via pública e publicidade.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

Relativamente à rubrica das **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, o desvio inferior apurado de **-€588.579,40** é explicado pelo Município, como decorrente da aplicação da média da receita cobrada nos últimos 24 meses.

Ainda em relação às receitas correntes, convém enaltecer que o POCAL determina, na alínea a) do seu ponto 3.3.1.¹, que a previsão das *"importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a atualização de impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes"*.

Nesta sequência, afere-se que os valores previstos no OM2016 referentes a **Impostos Diretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades**, se encontram ligeiramente sobredotados face aos montantes que decorrem da aplicação da regra previsional constante da alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL². No conjunto das três classificações (Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades) a previsão no OM para 2016 é superior à média das cobranças dos últimos 24 meses, no montante de €406.392,97 em grande parte fruto da previsão de receita do IMI e da receita de taxas.

A previsão de receita do IMI, embora excedendo o valor da média dos últimos 24 meses, parece estar em linha com a arrecadação que se tem verificado em 2015.

Ao nível dos **Rendimentos de Propriedade**, existe um desvio desfavorável no valor de **-€1.190.069,67**. É referido que a média da receita cobrada nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano, a principal diferença é proveniente da rubrica dos dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras, no PAF estava previsto €1.100.556,33 e no orçamento para 2016 prevê-se somente €71.145,00.

Relativamente às **Transferências Correntes**, apura-se um desvio favorável que ascende aos **€247.563,26**, justificando o Município que os desvios decorrem essencialmente do valor previsto na rubrica do Fundo de Equilíbrio Financeiro, que apresenta uma média superior ao previsto no PAF, com um valor de €1.516.551,36 contra o previsto no PAF de €1.349.011,39 e da rubrica Outras, que

¹ Nos termos constantes da 5ª versão (a mais recente), introduzida pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

² Período de referência: outubro de 2013 a setembro de 2015, inclusive.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

apresenta o valor médio de €798.422,17 contra o valor de €527.729,81 previsto no PAF, o valor nesta rubrica decorre de verbas previstas receber do IEPF referente a programas de emprego. Na proposta de orçamento para 2016, não está prevista qualquer receita na rubrica Empresas públicas municipais e intermunicipais, no PAF estava prevista uma receita de €250.000,00.

Na componente das **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, o desvio obtido é desfavorável no valor de **-€1.035.658,50**. Dentro desta classificação, a principal influência negativa é nos serviços, sendo referido pelo Município que a média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano. O afastamento que se verifica entre o OM₂₀₁₆ e o PAF deve-se, essencialmente, ao facto da média das receitas cobradas na rubrica "Recolha e Tratamento" ser de 1,6M€ face aos 2,5M€ previstos no PAF. Na venda de bens e nas rendas, os desvios foram reduzidos e favoráveis, contrariando um pouco a quebra nos serviços.

De notar que, pese embora a redução da previsão face ao PAF, o montante previsto da venda de bens e serviços correntes é mesmo assim 1,4M€ superior à média verificada nos últimos 24 meses.

Nas **Outras Receltas Correntes**, existe um elevado desvio positivo no montante de **€19.840.533,31**. Na estimativa destas receitas foi incluído no OM₂₀₁₆ o valor de €19.596.466,58 para cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. A verba do FAM também está incluída nesta rubrica, no entanto, ainda não está contratualizada, pelo que, de acordo com a alínea d) do ponto 3.3 do POCAL – Regras Previsionais, o montante solicitado não poderia ser considerado no orçamento, motivo pelo qual a autarquia considerou este montante nas outras receltas correntes, para conseguir ter receita suficiente para a dotação de despesa. Esta inscrição reflete uma sobrestimação da receita no orçamento e existe o risco de a mesma não vir a ser arrecadada, na medida em que ainda não há certeza sobre a aprovação da candidatura apresentada pela autarquia ao FAM.

Neste âmbito, importa referir que apesar da elaboração da proposta de orçamento municipal constituir um instrumento fundamental para o planeamento e gestão municipal, refletindo as reais expectativas do Município e atender ao máximo rigor e aderência à realidade, existem mecanismos no sentido de adequar o orçamento ao real cenário de execução orçamental, pelo que, na falta de norma em contrário, as regras previsionais previstas no POCAL deverão prevalecer aquando do exercício de elaboração. Reajustes às previsões apuradas decorrentes da aplicação das regras

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

previsionais previstas no POCAL são possíveis, carecendo, no entanto, de fundamentação sustentável.

Da análise ao nível das **Receitas de Capital**, apura-se um desvio ligeiramente desfavorável de **-€727.391,34** face ao PAF, o qual decorre essencialmente da dotação inferior prevista ao nível da rubrica Venda de Bens de Investimento - Terrenos.

No que respeita à **previsão orçamental de receitas resultantes da venda de imóveis**, o artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015 refere que na elaboração dos documentos previsionais para 2016, os Municípios não podem orçamentar receitas respeitantes a venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração, constatando-se que o **Município dotou a rubrica em observância à referida disposição legal**, uma vez que a média aritmética apurada é €113.698,71 tendo o Município estimado este mesmo montante no OM de 2016. Desta forma, o desvio na componente da **Venda de Bens de Investimento**, é inferior em **-€886.301,29**. O Município prevê a alienação por lotes do terreno "Vasco da Gama em Monte Gordo" durante o ano de 2016 no montante de €1.750.000,00. É também referido que este valor não está incluído no OM de 2016, por ainda não existir o contrato de promessa de compra e venda.

Na rubrica das **Outras Receitas de Capital**, o desvio é levemente favorável e apresenta o valor de **€180.000,00**. A fundamentação do Município revela que a receita prevista é referente a um valor a receber da VNC - Empreendimentos Turísticos.

1.2 - Principais variações no lado da despesa

Nas **Despesas Correntes**, apura-se um desvio superior ao PAF no montante de **€11.647.244,61**. Este desvio representa uma subida de 56,0% face ao estimado no PAF para o ano de 2016.

No que concerne às **Despesas com o Pessoal**, apura-se um desvio ligeiramente desfavorável face ao PAF, o qual ascende a **€157.029,94**. Este desvio ocorre devido à subida dos encargos com a Segurança Social, sendo que nas remunerações certas e permanentes e nos abonos variáveis ou eventuais a previsão do OM₂₀₁₆ é inferior à estimada no PAF, sendo fundamentado pelo Município pela redução dos programas ocupacionais, das horas extraordinárias e das ajudas de custo.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

Relativamente à **Aquisição de Bens e Serviços**, o elevado desvio desfavorável apurado, que ascende a **€5.581.324,32** face ao PAF, é justificado pelo Município, pela dívida contraída em anos anteriores nomeadamente na rubrica das aquisições de serviços.

Ao nível da rubrica **Juros e outros encargos**, verifica-se também um grande desvio desfavorável, no valor de **€2.930.336,93**, desvio este motivado, essencialmente, pelos juros e outros encargos a pagar referentes à dívida do Município. Confirma-se que os valores inscritos para fazer face aos juros inerentes ao empréstimo PAEL se encontram em conformidade com o plano do empréstimo.

No que alude às **Transferências Correntes**, constata-se um acréscimo na dotação, face ao que havia sido inscrito no PAF, no valor de **€2.296.086,54**. Para esta situação contribui o desvio nas transferências para as Empresas públicas municipais e Intermunicipais, no montante de €1.523.886,61. O Município refere que nesta rubrica está incluído o montante de €3.100.000,00 de dívida transitada que será paga com o recurso ao financiamento a conceder pelo FAM.

No que respeita às **Despesas de Capital**, verifica-se um aumento face ao previsto no PAF em **€5.467.831,01**.

O principal enfoque no desvio nas despesas de capital corresponde às rubricas das **Transferências de Capital e Outras Despesas de Capital**.

No que concerne à **Aquisição de Bens de Capital**, o desvio desfavorável apurado, que ascende a **€534.726,90**, é justificado pelo Município como decorrente, essencialmente, de valores de dívida transitada.

Atendendo à relevância desta componente específica da despesa, procede-se a uma análise comparativa entre os valores apresentados e executados pelo Município e os constantes no PAF aprovado;

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

**Quadro IV – Comparação entre os montantes pagos e os previstos no PAF,
ao nível da Aquisição de Bens de Capital**

		2012	2013	2014	2015	2016	Total
PAF aprovado	Aquisição de bens	1.294.204,91	2.304.955,31	17.024.155,39	478.497,30	491.055,91	21.592.868,82
Execução e OM 2016	Aquisição de bens	1.294.204,91	2.304.955,31	16.619.243,33	450.117,64	1.025.782,82	21.694.304,01

*Na linha da execução para o ano de 2015, consideram-se os pagamentos reportados até ao mês de novembro, no controlo orçamental da despesa na aplicação do SIAL - consulta de 17-12-2015.

Fonte: Controlo Orçamental da Despesa – SIAL e Quadro III_VF do PAF

É possível identificar um pequeno desvio entre a execução ocorrida e a previsão para 2016 e os valores previstos em sede de PAF (excesso de €101.435,19).

Ao nível da rubrica **Transferências de Capital**, apura-se um desvio superior, que ascende a **€2.309.358,17**. Contribui para este desvio, principalmente as transferências previstas para as Empresas públicas municipais e Intermunicipais no valor de €2.100.000,00. O Município refere que esta verba será para equilibrar o resultado líquido negativo, estimado, para o ano de 2015 da empresa VRSA – Sociedade de Gestão Urbana.

Relativamente à rubrica **Ativos Financeiros**, verifica-se que a dotação inscrita para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal se encontra coerentemente dotada face aos valores comunicados por esta Direção-Geral em 26 de setembro de 2014, tendo ainda o município adotado a classificação económica difundida através da **Nota Explicativa – Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM**, do SATAPOCAL. Ao nível das GOP's apresentadas pelo Município, o mesmo procedeu à inscrição no PPI de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação do FAM, em consonância com as instruções da referida nota técnica.

No que alude a **Passivos Financeiros**, constata-se a existência de um desvio desfavorável face ao previsto no PAF. O valor deste desvio ascende a **€1.078.956,08**, sendo a rubrica dos passivos financeiros resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo a responsável pelo desvio ocorrido (€913.539,80). Nos encargos com a amortização de capital, inerente ao empréstimo no âmbito do PAEL, verifica-se que os valores inscritos nas amortizações se encontram em conformidade com o plano do empréstimo.

Relativamente à rubrica **Outras Despesas de Capital**, o desvio superior apurado face ao PAF, e que ascende a **€1.428.046,86**, é justificado pelo Município pelos montantes de dívidas transitados de

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

anos anteriores referentes a processos em tribunal, que são previstos serem regularizados com o recurso à assistência financeira do FAM.

No *Anexo A* à presente ficha, encontra-se reproduzido o “*template*” de acompanhamento do orçamento municipal, com as fundamentações dos desvios mais significativos apresentadas pelo Município de Vila Real de Santo António.

III – Análise do cumprimento das medidas previstas em PAEL

Verifica-se que à data da análise, o Município já usufruiu da totalidade do empréstimo PAEL, totalizando as 3 *tranches* do empréstimo, o montante de **€24.334.083,72**. O montante transferido diverge do montante financiado pelo facto de terem sido anulados documentos de despesa no valor de €124.194,19, tendo ainda sido abatidos ao montante de financiamento, o valor de €7.873,53, referente a documentos de despesa considerados não elegíveis.

Os encargos com o PAEL (juros e amortizações) previstos no mapa “*Plano do Serviço da Dívida*”, disponibilizado pelo Município, encontram-se corretamente assegurados na proposta de OM₂₀₁₆.

De acordo com o preconizado no artigo 40.º sob a epígrafe Equilíbrio Orçamental no RFALEI, os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O Município de Vila Real de Santo António elaborou o orçamento municipal em observância formal a este princípio, uma vez que, a receita corrente prevista no OM₂₀₁₆ é de €39.756.240,10 e a despesa corrente (€32.443.004,74), acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€3.605.254,11) ascende ao valor €36.048.258,85, concluindo-se que o Município observa assim a equação:

$\text{Receita corrente} \geq [\text{Despesa corrente} + \text{Amortizações médias de EMLP}]$

Alerta-se que o equilíbrio orçamental se deverá verificar quer em sede de previsão, quer em sede de execução.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

Não obstante, sobre esta questão poderá o Município, em sede de execução (a 31 de dezembro), enquadrar-se num de 2 cenários³:

- Cenário 1: Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, pois a receita corrente bruta cobrada é superior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP;
- Cenário 2: A receita corrente bruta cobrada é inferior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP, mas tal diferença é menor do que 5% da receita corrente bruta cobrada no ano de 2015.

No caso do cenário 2, a verificação do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental fica dependente da execução orçamental do ano seguinte (n.º 3 do artigo 40.º, do RFALEI), no qual o desvio verificado terá de ser obrigatoriamente compensado, sob pena da violação da indicada regra.

Na alçada do princípio da anualidade e plurianualidade previsto no artigo 41.º do mesmo regime financeiro, o Município enquadrou o seu orçamento num **Q.P.P.O. – Quadro Plurianual de Programação Orçamental** que, de acordo com esta norma legal, faz parte do documento que especifica o Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local, definindo ainda que os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, introduzindo a possibilidade de atualização anual.

Adicionalmente, e de acordo com o artigo 44.º, o **QPPO** define os limites para a despesa do Município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município, sendo os limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Verifica-se que o Município de Vila Real de Santo António não cumpriu com os limites previstos no **QPPO** elaborado no ano 2015, e que eram vinculativos para o ano seguinte, o ano 2016, já que o montante definido para 2016 no **QPPO** que acompanhou o Orçamento Municipal de 2015 era de

³ Nota explicativa do SATAPOCAL sobre a Regra do Equilíbrio Orçamental, disponível no Portal Autárquico.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

€23.698.518, um montante bastante inferior aos €40.928.189,69 da proposta de orçamento agora apresentada⁴.

Confirma-se que os totais da receita e da despesa, constantes do presente QPPO, para o ano de 2016, correspondem aos respetivos valores da proposta do OM₂₀₁₆.

O quadro plurianual de programação orçamental é atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no orçamento municipal. Deste modo, aquando da elaboração do orçamento municipal para o ano 2016, deverão os municípios assegurar que dão cumprimento ao preconizado no artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, respeitando os limites aos quais se vincularam em sede da elaboração do QPPO. Não obstante, uma vez que poderão ocorrer factos supervenientes, não previstos aquando da elaboração das projeções para o ano 2016, e que alteram os montantes aos quais o município se vinculou em sede de QPPO, estes montantes só poderão entrar em linha de conta por via de uma revisão ao orçamento municipal. Uma vez que se pressupõe que as projeções tiveram por base montantes de execução reais, à data da elaboração do OM₂₀₁₆, bem como, compromissos plurianuais já assumidos, alterações aos limites vinculados no QPPO exigem que o município sustente e documente adequadamente os factos.

No que respeita ao dever de publicidade previsto na alínea a), n.º 2 do artigo 79.º do RFALEI, deverá o Município disponibilizar no respetivo sítio eletrónico os documentos previsionais, nomeadamente a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo.

No que concerne às transferências provenientes do O.E, o Município dotou o seu orçamento coerentemente com os montantes previstos no Mapa XIX do Orçamento do Estado para 2015 – Transferências para os Municípios, no âmbito da participação dos Municípios nos impostos do Estado, para o ano 2015, dando, deste modo, cumprimento à alínea c) do ponto 3.3 do POCAL.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou o mapa designado por **Grandes Opções do Plano do ano 2016 (GOP's)**, concluindo-se da sua análise que os investimentos nele inscritos não parecem evidenciar total similaridade com a previsão apresentada no Quadro XII – Lista de Investimentos em curso e previstos, que integra o PAF, pelo que se sugere um controlo ao nível da

⁴ Mesmo expurgando o impacto da dívida que o Município espera vir a financiar no âmbito do FAM (€15.833.590) não se cumpriria o limite definido no QPPO.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

execução mais apertado, por forma a alinhar a mesma com as metas previstas no PAF para restabelecimento da situação financeira a que se encontra vinculado.

Neste âmbito prevê a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2015, no seu artigo 104.º, que os Municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não carecem de autorização prévia dos membros do Governo para assumir encargos ou realizar investimentos que não estejam previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro desde que seja respetado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas, caso contrário, a sua execução carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

Afere-se que o Município prevê exceder o limite global fixado no PAF para este tipo de despesas, pelo que a execução de novos investimentos carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

No que respeita ao cumprimento das medidas propostas no PAF, designadamente a aplicação das taxas máximas de IMI, Derrama e Participação no IRS, para o ano de 2015 com cobrança durante o ano 2016, as mesmas foram fixadas nos limites máximos, conforme estipulado, sendo que esta informação já consta no Portal das Finanças.

Incluída na proposta de orçamento municipal para o ano 2016 consta, a título de **responsabilidades contingentes**, um quadro (n.º 6 do Relatório do Orçamento de 2016), onde o Município identifica 44 situações de créditos não reconhecidos, equivalentes a €4.833.701,28, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como, o mapa das entidades participadas, previsto na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo.

Neste âmbito, importa referir que o conceito de passivo contingente é mais amplo que o de provisão, incluindo situações que não sejam alvo de provisão, e que o valor da provisão reflete um julgamento de valor sobre a probabilidade de encargo e não os encargos potenciais.

Enaltece-se que a existência de passivos contingentes poderá implicar um agravamento do risco orçamental para 2016 e anos futuros. A título informativo, o montante global das provisões registadas no final do 3.º trimestre totalizava €734.672,06 (um valor abaixo dos passivos contingentes considerados pela autarquia), e as disponibilidades, a nível de Caixa e de Depósitos em

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

instituições financeiras, eram de €1.123.562,19⁵, pelo que o Município poderia estar com uma almofada suficiente para acomodar a eventual materialização dos montantes provisionados.

As medidas para a redução da dívida não têm tido o impacto esperado e o Município não tem procedido à implementação de medidas adicionais que corrijam a evolução, verificando-se que, apesar de ter beneficiado de empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, o Município não tem conseguido atingir as metas previstas no PAF no que concerne a diminuição da sua dívida, apresentando mesmo uma trajetória de agravamento da sua situação financeira.

A execução orçamental não tem sido pautada pela contenção da despesa, continuando-se a assumir um nível excessivo de compromissos que redundam na acumulação de mais dívida.

Esta evolução é tanto mais grave porquanto não só a dívida é superior à de 2011, como tem aumentado todos os anos, com um ritmo crescente sobretudo em 2014 que continua em 2015.

De facto, no final de 2011 a dívida total do Município era de 67M€, sendo que no final do 3.º trimestre de 2015, a dívida do Município é de 79,9M€⁶, um aumento de 12,9M€ face a 2011 e um valor muito superior aos 63,8M€ previstos no PAF para o final de 2015.

No final de 2012 a dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores (excluindo empréstimos e incluindo factoring) era de 60,6M€. Em 2013 e 2014 o Município recebeu no âmbito do PAEL e do empréstimo de reequilíbrio financeiro 57,6M€ para pagamento dessas dívidas, mas fruto da execução orçamental da autarquia, em vez de se manter ou diminuir o montante em dívida foi aumentando, o que é totalmente contrário à trajetória de ajustamento com a qual o Município se comprometeu no PAF.

A dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores (excluindo empréstimos) é, no final do 3.º trimestre de 2015, de 18,7M€, o que se traduz num valor extremamente elevado, representando um risco de gestão de tesouraria, pelo que o Município deverá enveredar os esforços necessários

⁵ Fonte: SIIAL – Balancete de setembro de 2015. Nos montantes em disponibilidades não foram deduzidos os valores das operações não orçamentais a 30-09-2015 (O.T's) dado que o Município não as identificou no mapa do endividamento, sendo que abatendo eventuais valores de cauções e outras operações de tesouraria o saldo de disponibilidades reduzir-se-ia, podendo afetar a capacidade de suprir as eventuais situações provisionadas.

⁶ No mapa do endividamento referente ao 3.º trimestre de 2015, todas as dívidas foram reportadas como sendo de curto prazo ou de médio e longo prazo. Não existe a informação sobre as operações não orçamentais (O.T's) o que implica que na realidade, a dívida orçamental seja um pouco abaixo dos 79,9M€ a 30-09-2015.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

para cumprir a redução da sua dívida de curto prazo, que no PAF apresentado se previa ser de 4,9M€ no final de 2015.

Acresce que esta acumulação de dívida se tem traduzido num aumento dos pagamentos em atraso, em violação do disposto na LCPA, sendo que no final de novembro de 2015 estes totalizam 11,1M€⁷.

Neste âmbito, chama-se a atenção para o facto de que o Município não inscreveu no seu passivo o valor de €817.199,48 referente à subscrição das unidades de participação do FAM. Assim sendo, deverá o Município proceder a esta correção, recomendando-se a leitura da nota elaborada pelo SATAPOCAL disponível em www.portalautarquico.pt Página Inicial > Finanças Locais > POCAL > SATAPOCAL > Outros Entendimentos.

IV – Parecer

Uma vez que o Município já beneficiou da totalidade das *tranches* inerentes ao empréstimo PAEL e de reequilíbrio financeiro, seria expectável a continuidade no esforço de consolidação orçamental, o que se traduziria numa redução da despesa efetiva face ao PAEL. No entanto, verifica-se que o Município considera ainda um avultado montante de dívida transitada, a qual será ainda transferida para o exercício de 2016, sendo que não tem prosseguido uma política de consolidação orçamental.

De facto, apesar dos compromissos assumidos no PAF, a dívida da autarquia tem aumentado todos os anos, passando de 67M€ em 2011 para 79,9M€ no final do 3.º trimestre de 2015.

Este aumento reflete-se sobretudo na dívida não financeira de curto prazo, que no final do 3.º trimestre de 2015 atingiu os 18,7M€, sendo que no PAF apresentado, a autarquia tinha como previsão terminar 2015 com 4,9M€ de dívida de curto prazo. De notar que, este é exatamente o tipo de dívida que mais reflexo tem na economia e na tesouraria dos fornecedores, bem como nos riscos de tesouraria para o próprio Município.

De notar que, apesar dos compromissos terem sido assumidos já no âmbito da LCPA, tem-se verificado um aumento dos pagamentos em atraso.

⁷ A 31-12-2014 os pagamentos em atraso registados no SIJAL eram de €8.812.281,03.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

Neste âmbito, o Município tem a expectativa de arrecadar no ano de 2016 o valor de 17,9M€ através do recurso ao FAM para colmatar esta situação, sendo que, não só esta receita é ainda incerta, como não havendo uma inversão de trajetória e a assunção de políticas de consolidação orçamental, políticas que já deveriam ter sido aplicadas em sede do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, a receita adicional não resolverá o problema de desequilíbrio estrutural da autarquia.

Atendendo à situação de acentuado desvio face à trajetória do PAF e ao reforço progressivo na disciplina orçamental na redução do endividamento, execução orçamental subordinada à LCPA - Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso e ao PAEL, a prudência recomenda que a execução das dotações da despesa revistas em alta na proposta de orçamento municipal para 2016 comparativamente aos pressupostos avançados no PAF, esteja dependente da efetiva arrecadação da receita e da verificação da redução prevista noutras despesas.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou um orçamento com uma previsão de receita e de despesa superior à do PAF e em observância à regra de equilíbrio orçamental, prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez que a receita corrente prevista é suficiente para fazer face à despesa corrente estimada, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Da análise à proposta de orçamento municipal para o ano 2016, foram identificadas, em termos de responsabilidades contingentes, 44 potenciais situações de crédito não reconhecido, que totalizam €4.833.701,28, conforme previsto na alínea a), do n.º1, do artigo 46.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro (RFAEI). Estes passivos contingentes, atendendo ao seu volume, podem, caso se venham a materializar, agravar a situação financeira da autarquia.

Dada a adesão ao PAEL (Programa I) é obrigatório a fixação das taxas máximas no IMI, Derrama e Participação no IRS. Constata-se que o Município tem aplicado (e pretende continuar a aplicar) as taxas máximas nestas receitas.

No que concerne à aplicação das regras previsionais, afere-se que os Impostos Diretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades se encontram ligeiramente sobredotados face aos montantes que decorrem da aplicação da regra previsional constante da alínea a) do ponto 3.3.1. do POCAL⁸.

⁸ Período de referência: outubro 2013 a setembro 2015, inclusive.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I**ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016**

A previsão da receita proveniente de venda de bens de investimento, nomeadamente de venda de bens imóveis, apresentada pelo Município de Vila Real de Santo António, na sua proposta de Orçamento, cumpre o previsto no artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015.

O Município apresenta o agregado **Despesas de Capital**, com um aumento face ao previsto no PAF. A **Aquisição de Bens de Capital** também apresenta uma previsão no OM₂₀₁₆ superior à estimativa do PAF. Uma vez que se afere que o Município prevê exceder o limite global fixado no PAF para este tipo de despesas, a execução de novos investimentos carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

De acordo com o artigo 44.º, o QPPO define os limites para a despesa do Município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes, sendo os limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes. Na elaboração da proposta de orçamento municipal para o ano 2016, o Município não deu cumprimento ao preconizado no artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, dado que os limites aos quais se vinculou em sede da elaboração do QPPO, não foram respeitados.

Alerta-se para o facto de o Município estar obrigado a cumprir o plano apresentado, conforme o aprovado, caso contrário, terá de tomar medidas corretivas dos desvios, conforme o previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei supra mencionado, sendo que atendendo à trajetória financeira do Município medidas adicionais surgem como absolutamente necessárias.

A execução do Município deverá assim ser pautada por uma afetação crescente de saldos orçamentais de receitas efetivas para a redução das suas dívidas, em particular as dívidas correntes, para que se obtenham os saldos orçamentais com os quais o Município se comprometeu em sede de candidatura ao PAEL, bem como a trajetória descendente do seu endividamento, com a tomada de medidas adicionais, caso tal venha a ser necessário. Atendendo a que a margem no incremento da receita parece diminuta, deverão ser equacionadas medidas de redução da despesa. Na parte da despesa, atendendo ao elevado peso dos juros e outros encargos, seria de todo desejável a procura de soluções que permitissem reduzir a fatura de juros a pagar, que no OM₂₀₁₆ surgem com um valor de cerca de 6,2M€, uma verba bastante elevada para a autarquia na sua atual

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF para 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Venda de bens e serviços correntes	5.149.201,73	6.175.860,23	1.035.658,50	
Venda de bens	49.270,03	29.327,37	-19.942,66	A média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi superior ao previsto no Plano. A diferença de 20.078€ refere-se a dívidas de água (dívidas anteriores a 31-10-2016) que se encontra por receber.
Serviços	3.919.242,85	5.106.684,73	1.457.441,88	A média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi inferior ao previsto no Plano. O desvio que se verifica entre o OM 2016 e o PAF deve-se, essencialmente, ao facto da média das receitas cobradas na rubrica "Recolha e Tratamento" ser de 1,6 milhões de euros face aos 2,3 milhões de euros previstos no PAF. Acresce ainda que a receita prevista no PAF para a rubrica "Parque de estacionamento" (583 mil euros) é superior à receita prevista no OM 2016 de cerca 112 mil euros e que está incluída na rubrica "Rendas".
Rendas	1.141.689,85	739.818,13	-401.840,72	O desvio verificado deve-se ao facto da média das receitas cobradas nos últimos 24 meses ser superior ao previsto no PAF para 2016. O aumento das receitas na rubrica "Habituação" no OM 2016 (298.640,84€) face ao valor previsto no PAF (175.137,27€), deve-se a novos contratos de arrendamento de habitação social que tiveram início no final de 2015 e durante o ano de 2016. A rubrica "Outras" inclui a receita prevista concessão dos parques de estacionamento no Concelho que ronda os 112 mil euros, no PAF a receita dos parques de estacionamento estava prevista de 583 mil euros na rubrica "Serviços".
Outras receitas correntes	19.899.031,57	58.498,26	-19.840.533,31	A média das receitas cobradas nos últimos 24 meses foi superior ao previsto no PAF. A receita prevista inclui o montante 19.596.466,38€ necessário ao cumprimento da regra do equilíbrio previsto no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (RFALII).
Receitas de capital	1.171.949,59	1.899.340,93	727.391,34	
Venda de bens de investimento	113.698,71	1.000.000,00	886.301,29	
Terrenos	104.901,46	1.000.000,00	895.098,54	A receita prevista na rubrica "Terrenos - Sociedades e outras sociedades não financeiras" no OM 2016 refere-se à média da receita dos últimos 36 meses. A receita prevista no PAF ascende a 1.000.000€.
Habituações	8.797,25	0,00	-8.797,25	Receita prevista no OM 2016 igual receita média cobrada nos últimos 36 meses. A receita prevista no PAF (0,00€).
Edifícios	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	878.250,88	899.340,93	21.090,05	No OM 2016, a rubrica "Transferências de capital" inclui a previsão de receitas do PEP (166.837,00€), a expectativa de cobrança de dívida por parte do Município de Castro Marim na rubrica "Outras" (240.000,00€) e a receita com projetos cofinanciados (471.413,88€) na rubrica "Administração central-estado-participação em projetos cofinanciados". No PAF a receita prevista de 899.340,93€ refere-se ao Fundo de equilíbrio financeiro - capital e a outras receitas previstas com projetos no investimento cofinanciados.
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	166.837,00	232.890,33	66.053,33	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF para 2016	Diferença ao previsto	Observações / Justificação
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	180.000,00	0,00	-180.000,00	A receita prevista no OM 2016 é superior à receita inscrita no PAF. A receita prevista refere-se a 180.000,00€ (valor a receber da VNC - Empreendimentos Turísticos)
Rep. não abastada nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	
Total receita	40.928.189,69	24.684.219,43	-16.243.970,26	Orçamento base zero 23.012.870,91€ + 17.933.589,59€ (PAM)
Receitas correntes	39.756.240,10	22.784.878,50	-16.971.361,60	
Receitas de capital	1.171.949,59	1.899.340,93	727.391,34	
Despesas correntes	32.443.004,74	20.795.760,13	-11.647.244,61	
Despesas com o pessoal	7.609.192,51	7.452.162,57	-157.029,94	
Remunerações certas e permanentes	5.369.328,92	5.589.121,93	219.793,01	5.369.328,92€ Orçamento base zero
Abonos variáveis ou eventuais	266.891,71	447.129,75	180.238,04	Obzero = 266.891,71€
Segurança social	1.972.971,88	1.113.910,89	-557.060,99	Obzero = 1.245.560,56€ + dívida contraída (727.411,32€)
Aquisição de bens e serviços	12.326.180,82	6.744.776,58	-5.581.324,32	Obzero = 5.139.828,58€ + dívida contraída 7.014.543,05€
Aquisição de bens	1.455.972,93	2.111.961,25	655.988,32	Obzero = 366.996,51€ + dívida contraída = 888.976,42€
Aquisição de serviços	10.870.127,89	4.632.815,25	-6.237.312,64	Obzero = 4.744.561,26€ + dívida contraída = 6.125.566,63€
Juros e outros encargos	6.232.510,12	3.302.173,19	-2.930.336,93	Obzero = 2.229.269,46€ + dívida contraída = 4.003.240,65€
Resultantes do PAEL	701.559,17	724.555,67	22.996,50	Obzero = 701.559,17€
Resultantes de curto e longo prazo	1.328.625,96	2.577.617,52	1.248.991,56	Obzero = 1.326.899,30€ + dívida transida 1.726,66€
Resultantes de curto prazo	4.202.324,99	0,00	-4.202.324,99	Obzero = 200.811€ + dívida contraída = 4.001.513,99€
Transferências correntes	5.467.253,00	3.171.166,46	-2.296.086,54	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	3.118.897,14	1.595.010,53	-1.523.886,61	Obzero = 1.000.000,00€ + dívida contraída = 2.118.897,14€
Freguesias	135.934,62	144.637,50	8.702,88	Obzero = 112.400,00€ + dívida contraída = 23.534,62€
Associações de municípios	215.823,02	126.443,43	-89.379,59	Obzero = 74.000,00€ + dívida transida = 141.823,02€
Instituições sem fins lucrativos	1.154.738,12	700.000,00	-454.738,12	Obzero = 685.875,00€ + dívida contraída = 468.863,12€
Famílias	331.195,52	600.000,00	268.804,48	Obzero = 269.688,20€ + dívida contraída = 64.696,94€
Outras	510.664,58	5.075,00	-505.589,58	Nesta rubrica foram consideradas as restantes rubricas do grupo 04 Obzero 206.050,43€ + dívida contraída = 304.614,15€
Subsídios	0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	807.948,29	125.481,41	-682.466,88	Obzero = 463.511,90€ + dívida contraída = 344.435,39€

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2016

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAEL para 2016	Variação ao previsto	Observação / Justificação
Despesas de capital	8.485.184,95	3.017.353,94	-5.467.831,01	
Aquisição de bens de capital	1.025.782,82	491.055,92	-534.726,90	OBzero = 302.219,59€ + dívida contraída = 723.563,23€
Investimentos	448.349,00	232.890,53	-215.458,47	
Terrenos	52.561,58	0,00	-52.561,58	OBzero = 26.250,00€ + dívida transitada = 26.311,58€
Habitações	10.285,29	0,00	-10.285,29	OBzero = 0€ + dívida transitada = 10.285,29€
Edifícios	2.329,52	0,00	-2.329,52	OBzero = 0€ + dívida transitada = 2.329,52€
Construções diversas	338.054,78	232.890,53	-105.164,25	OBzero = 0 + dívida contraída = 338.054,78€
Outros	45.117,83	0,00	-45.117,83	OBzero = 0€ + dívida transitada = 45.117,83€
Locação financeira	180.906,79	258.165,30	77.258,50	OBzero = 180.906,79€
Bens de domínio público	396.527,03	0,00	-396.527,03	OBzero = 95.062,80€ + dívida contraída = 355.858,78€
Transferências de capital	2.309.358,17	0,00	-2.309.358,17	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	2.100.000,00	0,00	-2.100.000,00	OM 2016 = 2.100.000,00€
Freguesias	0,00	0,00	0,00	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	209.358,17	0,00	-209.358,17	OBzero 44.846,16€ + dívida transitada 164.512,01€
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Ativos financeiros	116.743,00	0,00	-116.743,00	Contribuição do Município para a constituição do capital EAM de acordo com o n.º 1 e n.º 3 do art. 17.º da Lei 53/2014 de 25 de Agosto de 2014
Passivos financeiros	3.603.254,10	2.526.298,02	-1.076.956,08	
Resultantes do PAEL	1.222.808,24	1.057.391,96	-165.416,28	OBzero = 1.222.808,24€
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2.382.445,86	1.468.906,06	-913.539,80	OBzero = 2.382.445,86€
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	OBzero = 0,00€
Outras despesas de capital	1.428.046,86	0,00	-1.428.046,86	Dívida transitada
Total despesa	40.928.189,69	23.813.114,07	-17.115.075,62	
Despesa corrente	32.443.004,74	20.795.760,13	-11.647.244,61	
Despesa de capital	8.485.184,95	3.017.353,94	-5.467.831,01	